

Ana Paula Silva

**SOCIEDADE DO RISCO, NOVAS FORMAS
DE VIOLÊNCIA E OS DILEMAS DA
CIDADANIA: uma comparação entre Brasil e Estados
Unidos**



ARARAQUARA – SP
2016

ANA PAULA SILVA

**SOCIEDADE DO RISCO, NOVAS FORMAS
DE VIOLÊNCIA E OS DILEMAS DA
CIDADANIA: uma comparação entre Brasil e Estados
Unidos**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Bolsa:

Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - FAPESP - Doutorado no país processo nº 2012/17851-0

FAPESP-BEPE (Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior) processo nº 2015/01510-8

USC- University of Southern California

Supervisora: Professora Dra. Nina Eliasoph

ARARAQUARA – S.P.

2016

Silva, Ana Paula
Sociedade do risco, novas formas de violência e
os dilemas da cidadania: uma comparação entre Brasil
e Estados Unidos / Ana Paula Silva - 2016
201 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)
Orientador: Milton Lahuerta

1. Novas formas de violência. . 2. Crise da Política.
3. Brasil. 4. Estados Unidos. 5. Cidadania. I. Título.

ANA PAULA SILVA

SOCIEDADE DO RISCO, NOVAS FORMAS DE VIOLÊNCIA E OS DILEMAS DA CIDADANIA: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Bolsa: FAPESP

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Milton Lahuerta, Professor Doutor

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Campus Araraquara

Membro Titular: Angela Randolpho Paiva, Professora Doutora

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Membro Titular: Maria Alice Rezende de Carvalho, Professora Doutora

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Membro Titular: Gabriel Santis Feltran, Professor Doutor

Universidade Federal de São Carlos

Membro Titular: Dagoberto José Fonseca, Professor Doutor

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara - DEFESA REALIZADA DIA 16/05/2016 ÀS 13H

RESUMO

Sociedade do risco, novas formas de violência e os dilemas da cidadania: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos

A noção de que novas formas de violência despontam no momento pós-fordista e que passam a ser vinculadas ao dilaceramento da cidadania e diminuição da centralidade do trabalho na vida social é fundamental para este trabalho. Tal reflexão tem dois conceitos que proporcionam uma estrutura teórica para esta pesquisa, quais sejam: o novo paradigma da violência (WIEVIORKA, 2009, 2013) e violência difusa (TAVARES DOS SANTOS, 2004). O objeto escolhido para análise são formas de violência que se originam pela impossibilidade de conviver com o "outro", ou seja, contra grupos minoritários, tais como, homossexuais, negros, moradores de rua, mas também com a inabilidade para lidar com opinião, comportamentos, estilos de vida diferentes. Mais especificamente, estão inseridas neste quadro tanto as violências de ódio (hate crimes), quanto os rampage shootings, assim como violência banal motivada por desentendimentos cotidianos, que tem aumentado no Brasil na última década. A proposta principal deste trabalho é compreender de que maneira as formas de violência abordadas estão incluídas no novo paradigma da violência, que é explicado, em grande medida, pela dificuldade de agir politicamente face às mudanças materiais e ideológicas promovidas pelo capitalismo flexível. O objetivo mais específico é evidenciar no Brasil e nos Estados Unidos de que modo os respectivos processos nacionais de construção da cidadania ajudam a compreender os impasses existentes à efetivação de uma dimensão de liberdade ancorada nas premissas do autogoverno e da ação política democrática. Esta segunda dimensão de análise faz parte do estudo comparado proposto, que se estrutura através da análise dos dados sobre as violências e a correlação defendida entre os modelos de cidadania e tipos deste fenômeno social abordado.

Palavras-chave: Novas formas de violência. Crise da Política. Brasil. Estados Unidos.

ABSTRACT

Risk Society, new shapes of violence and citizenship dilemmas: a comparison between Brazil and the United States

The notion that new types of violence arise in the post-Fordist period and that they are associated to citizenship ruptures and to decreased centrality of work in social life is fundamental for this work. Such reflection include two concepts that provide a theoretical basis for this work, which are: the new violence paradigm (WIEVIORKA, 2009, 2013) and diffuse violence (TAVARES DOS SANTOS, 2004). The subjects chosen for analysis are forms of violence that emerge from the impossibility of living with "others", including the ones against minorities such as homosexuals, black people, homeless people, and also the ones related to the inability to deal with different opinions, behaviors, and lifestyles. More specifically, this framework includes hate crimes, rampage shootings, as well as violence motivated by unwise everyday misunderstandings, which has increased in Brazil in the last decade. The main goal of this work is to understand how the forms of violence addressed here are included in the new paradigm of violence, which is deeply explained by the difficulty of acting politically in face of the material and ideological changes promoted by flexible capitalism. The more specific objective is to highlight, in Brazil and the United States, in which ways the respective national processes of citizenship construction help understanding the existent impasses in regard of the effectuation of a dimension of freedom rooted in the premises of self-government and democratic political actions. This second dimension of the research is part of the comparative study that has been defined, which is structured by the analysis of data on the types of violence and the correlation to be held between the models of citizenship and the types of this social phenomenon.

Keywords: New shapes of violence. Political crisis. Brazil. United States of America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO p.8

CAPÍTULO I - A MODERNIDADE TARDIA E A IRRUPÇÃO DA “VIOLÊNCIA DE ÓDIO DIFUSA”

Introdução..... p.14

Reflexão teórica: conflito social, violência e o medo à liberdade..... p.21

Reflexão histórica: o totalitarismo e a violência de ódio..... p.25

O “novo espírito do capitalismo” e a corrosão do caráter..... p.32

A sociedade do risco e o pluralismo "agonístico" p.35

O capitalismo flexível e o "novo paradigma da violência" p.43

CAPÍTULO II – OS ESTADOS UNIDOS E A CRISE DE CONTROLE SOCIAL: O DILEMA DA VIOLÊNCIA METAPOLÍTICA

O excepcionalismo norteamericano e o debate sobre o declínio do associativismo.....p.50

As pesquisas recentes sobre a transformação dos valores morais e da discriminação social nos EUA..... p.60

O conteúdo da cidadania norteamericana: a influência puritana e a intolerância arraigadap.74

O neoliberalismo, o Estado penal e as transformações na violência..... p.85

As raízes da violência metapolítica: crise de controle social e individualismo competitivo.....p.91

Os estudos acadêmicos norteamericanos sobre os *rampage shootings* e seus referenciais teóricos..... p.101

CAPÍTULO III – CIDADANIA E AUTORITARISMO NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O CARÁTER INFRAPOLÍTICO DA “VIOLÊNCIA DE ÓDIO DIFUSA NO BRASIL”

Introdução..... p.118

A formação do estado nacional brasileiro: uma difícil relação entre liberalismo, modernização e cidadania..... p.120

Modernização capitalista e violência no Brasil..... p.135

Transição democrática, autoritarismo e mudança social..... p.142

A redução da miséria e a persistência da violência como problema para a construção da cidadania contemporânea..... p.148

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... p.164

BIBLIOGRAFIA p.172

ANEXOS

Anexo I

Tabelas do FBI sobre crimes de ódio: de 1996 a 2011p.179

Anexo II

Linha do tempo – rampage shootings nos EUA (1982 – 2012)p.193

Anexo III

Reprodução da reportagem do *Huffington Post* do dia 17 de setembro de 2013 sobre os *rampage shootings* que ocorreram no ano de 2012 e 2013 p.196

INTRODUÇÃO

A proposta principal deste trabalho é compreender de que maneira as formas de violência aqui delimitadas estão incluídas em um novo paradigma da violência, que é explicado, em grande medida, pela dificuldade de agir politicamente face às mudanças materiais e ideológicas promovidas pelo capitalismo flexível. Uma das contribuições desta proposta é demonstrar a importância das transformações nos processos de socialização, a partir dos anos 1990, e da teoria política para os estudos da violência. A organização do debate nestes termos é algo já há muito tempo solidificado nos estudos sobre violência no Brasil, mas nos Estados Unidos, principalmente estudos sobre *rampage shootings*, este tipo de abordagem acadêmica não foi encontrada. Segundo o professor do Boston College, Charles Derber, "a maioria dos americanos aprendem a ver o mundo através de uma lente psicologia ou individual. Eles veem sociopatia como essencialmente psicopatia (...). Isto ficou claro na reação em 2012 ao massacre de *Sandy Hook*" (DERBER, 2013)¹. Para ratificar a relevância atribuída a esta proposta, foi delimitado um tipo de violência como objeto de pesquisa, que se caracteriza por se manifestar em situações onde há pouca possibilidade de se expressar um conflito social sob o registro da ação política. O tipo de violência abordado se caracteriza, além de ser bastante atual, por ter como base ou motivação o ódio. Por ódio entende-se um sentimento forte de aniquilação do outro, no qual a pessoa - imbuída de ódio - não é capaz de produzir o repertório de valores necessários para negociar, dialogar e produzir empatia.

No entanto, diferentemente de experiências limites como a do nazismo, este tipo de ódio se manifesta de maneira difusa, fragmentada, e não possui uma única narrativa

¹ O massacre de *Sandy Hook*, ocorreu em Newtown, Connecticut, nos EUA em 14 de dezembro de 2012. Adam Lanza, após matar sua mãe, entrou na escola de Sandy Hook armado, com colete a prova de balas e roupas militares. O atirador matou oito meninas e doze meninos de 6 a 7 anos. Os adultos mortos, 6 ao todo, eram todas mulheres.

que o sustente. Assim, pode-se dizer que a forma de violência abordada é típica deste momento pós-fordista e pode ser enquadrada como difusa porque se dissemina por toda a sociedade e adquire uma multiplicidade de manifestações, todas elas vinculadas ao dilaceramento da cidadania (SANTOS, 2004). Segundo José Vicente Tavares dos Santos:

Os fenômenos da violência difusa adquirem novos contornos, passando a disseminar-se por toda a sociedade. Essa multiplicidade das formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas – violência ecológica, exclusão social, violência entre os gêneros, racismos, violência na escola – configura-se como um processo de dilaceramento da cidadania” (SANTOS, 2004, p.5).

Sobre esta delimitação elaborada pelo José Tavares dos Santos, duas características merecem destaque: o caráter múltiplo destes fenômenos e o fato de estarem associados ao dilaceramento da cidadania. Assim, sobre o primeiro aspecto, é importante dizer que este tipo de violência é de difícil conceituação devido à multiplicidade de formas através das quais ele se manifesta. Por não ter uma definição conceitual precisa, não há um estudo que demonstre sua evolução a partir de uma série histórica abrangente. Neste sentido, objetiva-se delimitar um marco teórico e reflexivo que permita fazer convergir a análise sobre a violência difusa para um foco preciso, centrado em formas de violência caracterizadas tanto pela impossibilidade de conviver com o “outro”, expressa na ação contra grupos minoritários, tais como, homossexuais, negros, moradores de rua, quanto pela inabilidade de lidar com opiniões, comportamentos e estilos de vida diferentes. Assim, o conceito de violência de ódio difusa foi estabelecido para delimitar o objeto deste trabalho. O capítulo I tem como foco explicar as transformações que levam à intensificação deste tipo de violência e, em consequência, explicam suas particularidades.

Assim, o segundo ponto de destaque do argumento de Tavares dos Santos, que é o dilaceramento da cidadania, se constitui como uma das bases explicativas das formas de violência delimitadas. No texto do capítulo que se segue, associa-se este dilema atual da cidadania com a ideologia do “novo espírito do capitalismo”, que é extremamente privatista e instrumental e, portanto, gera impasses para a construção de conflitos sociais que possam ser institucionalizados ou negociados através de uma “ação política concertada”. Este viés de análise se combina com outro aspecto enfatizado por José Tavares dos Santos, que afirma que “a violência difusa [...] é, em larga medida, legitimada pela consciência coletiva, instituindo-se como norma social, ainda que controversa e polêmica” (idem, p.3). Esta abordagem se distingue da de Durkheim sobre o crime, que o identifica como uma ruptura com a consciência coletiva.

O objetivo mais específico será evidenciar, em cada um dos países pesquisados, de que modo os respectivos processos nacionais de construção da cidadania ajudam a compreender os impasses existentes à efetivação de uma dimensão de liberdade ancorada nas premissas do autogoverno e da ação política democrática. Esta segunda dimensão de análise faz parte do estudo comparado proposto, que foi elaborado através da correlação construída entre os modelos de cidadania e os tipos deste fenômeno social abordado, ou seja, as diferentes formas de violência encontradas. Os dados empíricos relativos a estas formas são trazidos para ilustrar e sintetizar as características da violência cotidiana infra e metapolítica, e, posteriormente, tendo como aporte o conjunto teórico estudado, compreendê-las como expressão mais ampla de um problema da política nas sociedades contemporâneas.

O capítulo II, dedicado aos Estados Unidos, busca organizar uma reflexão que associa a formação política deste país com as características de alguns tipos de violência

que persistem ao longo de sua história. Mais importante, no entanto, é ressaltar as transformações contemporâneas estruturais do capitalismo e na política norte-americana que produzem peculiaridades na sociabilidade e nos valores deste país e, conseqüentemente, na violência. Anexadas a esta tese estão algumas tabelas coligidas a partir de relatórios do FBI sobre crimes de ódio, bem como uma linha do tempo, que cobre o período de 1982 a 2012, dos *rampage shootings*. Ao longo do capítulo II estes dados são utilizados e analisados à luz da reflexão proposta sobre a formação política, o associativismo e excepcionalismo americanos. Ao fim do capítulo é também feita uma análise sobre os estudos norte-americanos a respeito dos rampage shootings.

O capítulo III se inicia com a análise do conteúdo da cidadania no Brasil e, posteriormente, examina o processo de transformações nos últimos vinte anos combinando-o com os dados coletados neste ano a respeito da violência de ódio difusa.

CAPÍTULO I

A MODERNIDADE TARDIA E A IRRUPÇÃO DA “VIOLÊNCIA DE ÓDIO DIFUSA”

INTRODUÇÃO

Através do pressuposto de que os tipos de violência aqui tratados constituem-se como um problema da política, o recorte traçado se dá, resumidamente, através da noção de que a disseminação do neoliberalismo como cultura provoca "a crise da política", que é, por sua vez, uma das razões centrais para a intensificação de formas específicas de violência atreladas a problemas na socialização e identidade e que têm como base o ódio. Este capítulo é dedicado a elucidar este processo social. Deste modo, a relação entre violência e política não é explicada aqui como um problema de *institution building*, ou seja, "que envolve as agências da ordem, suas relações com a sociedade civil e a formulação de políticas democráticas de segurança pública" (MACHADO DA SILVA, 1999, p.117). É sabido que estudos de violência que apontam falhas no sistema repressivo são muito relevantes para o aperfeiçoamento das polícias, das prisões, das medidas sócio-educativas e das políticas públicas de segurança pública, no entanto, a ênfase dada aqui à afirmação de que a violência constitui-se predominantemente como um problema da política leva a um caminho teórico distinto. Ou seja, o conceito de política aqui tratado não se refere à engenharia institucional, mas à capacidade de transformar paixões em demandas, projetos, e, em consequência, em conflitos sociais, produzindo, assim, uma esfera pública plural que se distancia da lógica da ruptura.

Deste modo, têm-se como pressuposto que a política deveria ser constitutiva das identidades individuais e coletivas para que as diferenças possam ser trabalhadas de forma democrática, para que opositores estabeleçam uma luta "agonística" e não se

constituam como inimigos. Levando em consideração esta noção de política, compreende-se que a violência é resultado da incapacidade de perceber e lidar com a alteridade e, portanto, resultado de uma socialização precária e/ou autoritária. Portanto, o estabelecimento de uma oposição de ordem-desvio não fornece substância para se compreender as raízes sociais que podem construir um convívio mais propenso a determinados tipos de violência. Para tanto, é preciso identificar o processo de socialização que gera na sociedade civil estes dilemas na cidadania ou, em outros termos, esta crise da política.

Através do uso de um arcabouço teórico e histórico busca-se demonstrar que a violência de ódio difusa se constitui como um fenômeno típico da modernidade tardia, como um resultado da ideologia do “novo espírito do capitalismo” que dá sustentação a um modelo neoliberal de sociedade. Assim, tem-se como base um processo amplo de transformação social que dá fundamento para compreender que a violência se complexifica na medida em que a sociedade também passa por um processo de mudanças convulsivas. Neste sentido, Michel Wieviorka (2009) defende que para pensar a violência atualmente é necessário um novo paradigma, ou seja, é fundamental uma abordagem original que dê um papel central para a subjetividade dos atores e para os processos de perda de sentido ou de produção exagerada de sentido. Além da reflexão do autor supracitado, há uma diversidade de teorias (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; SENNETT, 2010; BECK, 2010; WACQUANT, 2001; MOUFFE, 2003, 2009) que, embora não abordem o tema da violência, buscam compreender as transformações do capitalismo, as mudanças na subjetividade e na socialização e que, por isto, ajudam a compreender as especificidades da violência no momento contemporâneo. Este processo de transformação pode ser sintetizado no fato de que a

transição da acumulação fordista para a flexível trouxe a reboque mudanças no trabalho e diminuição de políticas de bem-estar social, ambas acompanhadas por uma transformação generalizada na ideologia e na socialização.

Assim, o objeto específico desta pesquisa, a violência de ódio difusa, está inserido neste processo histórico mais amplo, no qual o conflito social típico do capitalismo industrial, vinculado às relações contraditórias entre capital e trabalho, já não possui mais centralidade (OFFE, 1989), sendo substituído por um conjunto outro de dilemas relacionados a uma ideologia privatista e instrumental, chamada de “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009). Para compreender os nexos que foram construídos para se chegar a esta suposição e depreender quais as suas implicações, é necessário deixar claro, em primeiro lugar, o que se entende por violência de ódio difusa e, posteriormente, indicar o caminho escolhido para desenvolver esta problemática.

Compreende-se por violência de ódio aquela que é motivada por preconceito em relação à raça, nacionalidade, etnia, religião, orientação sexual, entre outros. O adjetivo “difusa” foi incluído para evidenciar que não há um grande discurso, nem uma prática idêntica que una todos os agressores em um grande grupo. Além disto, a noção de difusão tem a ver com sua extensão territorial, ou seja, elas se difundem tanto em regiões periféricas, centros urbanos ou áreas gentrificadas, assim como em diferentes territórios e países. Cabe destacar este termo abrange a noção de que ódio é múltiplo também no sentido de que não se expressa, em uma sociedade cosmopolita, somente contra grupos socialmente marginalizados, mas pode se constituir contra uma diversidade de comportamentos, opiniões e estilos de vida.

É possível sintetizar e adiantar que, em relação ao processo de transformações do capitalismo contemporâneo, estas formas de violência ocorrem em decorrência de um mecanismo de fuga à liberdade moderna, que se sustenta diante da inabilidade dos sujeitos de lidarem com o cosmopolitismo inerente à modernidade radicalizada. Tendo este ponto de partida para compreender as violências de ódio contemporâneas, se faz necessário acrescentar também outro tipo de violência que possui a mesma origem: os *rampage shootings*. Estes massacres são, na sua grande maioria, executados por jovens em escolas², shopping centers, cinemas, templos e comunidades religiosas. Estes ataques são premeditados e não há um único alvo estabelecido para o ataque, sendo que, em geral, o atirador acaba se suicidando. Busca-se sustentar que, sobretudo no contexto norte-americano, há a formação de sujeitos vulneráveis e isolados que sofrem preconceito e que não se vinculam a grupos consolidados, relacionados às noções de gênero, raça/etnia, nacionalidade, religião, etc. E, devido também a isto, possuem dificuldades de se articular e agir politicamente. O caráter inegociável dos *rampage shootings* e sua nítida referência a problemas na socialização contribuem para o entendimento de que esta violência é típica da modernidade tardia e está associada à dificuldade de agir politicamente no mundo contemporâneo.

Assim, a criminalidade comum, a violência instrumental ou o conjunto de crimes comumente compreendidos como "violência urbana" não se constituem como o objeto de pesquisa delimitado. Isto não significa que a violência comum não tenha também se

² Conhecidos como *school shootings*, estes massacres aumentam principalmente a partir dos anos 1990, nos quais os atiradores, na sua maioria, são alunos que atiram sem alvo estabelecido e, depois, atiram contra si mesmos. Há uma infinidade de reportagens, principalmente nos Estados Unidos, país onde mais acontece este tipo de massacre, que buscam compreender as causas deste fenômeno. Em geral, seja na mídia ou no campo acadêmico americano, as causas deste fenômeno são explicadas pela influência de jogos, filmes e músicas violentos; pela facilidade de comprar armas; por transtornos psicológicos, entre outros. Como exemplo, é possível fornecer duas referências disponíveis na internet: http://www.schoolshooters.info/PL/Articles_files/Rampage%20School%20Shooters-%20A%20Typology.pdf
http://www.cmpa.com/files/media_monitor/99julaug.pdf

transformado, assimilando discursos de ódio, tal como o crime organizado do PCC, por exemplo, contra policiais e contra os chamados "*playboys*". Vários exemplos poderiam ser levados em conta para se demonstrar que o "novo paradigma da violência" está inserido nas transformações também do crime comum, no entanto, a violência de ódio difusa como objeto de pesquisa se justifica para se ressaltar a importância das transformações no processo socializador contemporâneo para a compreensão das motivações da violência. A importância deste processo socializador hegemônico fica mais evidente quando se aborda a violência que não parte de sujeitos marginalizados e estigmatizados, tal como se constitui o "sujeito bandido". Segundo Michel Misse (2010), o conceito de "sujeito bandido" refere-se a uma representação social que tem as seguintes dimensões:

A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória criminável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. A segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma "experiência social" específica, obtida em suas relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária. A terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar por que segue reiteradamente nesse curso de ação criminável (MISSE, 2010, p.24)

Assim, o "sujeito bandido" não é simplesmente um sujeito incriminado, mas que possui simultaneamente uma trajetória marcada por uma proximidade com o crime, de marginalização e estigmatização social. Segundo Misse, o sujeito bandido é, por assim dizer, "especial", aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados" (MISSE, 2010, p.17). Neste sentido, é possível traçar um paralelo com a obra de Judith Butler *Marcos de Guerra: las vidas lloradas* (2010), que aborda como a

vida comum nos EUA está submetida a algumas estruturas de pensamento elaboradas a partir da guerra e isto inclui uma série de precauções, cuidados e visões de mundo. Estes marcos de guerra estabelecem aquelas vidas que merecem ser vividas e, quando perdidas, lamentadas e, por outro lado, aquelas que não merecem ser lembradas ou choradas, tais como os presos de Guantánamo. Assim, mesmo que seja de fundamental importância avaliar como a marginalidade social e estigmatização podem gerar uma propensão maior de os "sujeitos bandidos" cometerem crimes, o que se quer ressaltar aqui são as consequências também violentas do outro lado do pensamento hegemônico que sustentam esta marginalização. Em outros termos, a constituição do "sujeito bandido" e de toda a representatividade social que o envolve é uma das evidências de como está sendo moldada a sensibilidade social e a política no Brasil contemporâneo.

Para sustentar estas afirmações este trabalho se delinea a partir de duas dimensões de análise: uma teórica e outra histórica. A primeira envolve a concepção, bastante arraigada na filosofia política de Hannah Arendt, de que a violência é o oposto do poder, compreendendo este como ação política concertada. Esta concepção contribui para o entendimento de que este tipo de violência aqui delimitado pode ser caracterizado pela construção de um autoritarismo destrutivo que é motivado, na experiência moderna, pelo medo à liberdade (FROMM, 1964). Além disto, este axioma arendtiano é reforçado posteriormente por Michel Wieviorka (2013) na diferenciação metodológica que estabelece entre conflito social e violência, ainda que o autor não faça uso da teoria de Arendt.

Esta reflexão teórica permite construir a ponte entre as transformações históricas do capitalismo e a violência de ódio difusa. A perspectiva histórica é também importante porque atualiza o debate iniciado com Arendt e Fromm, que têm como

referência as barbáries do nazismo, praticadas em um momento de excessiva concentração dos poderes político, econômico e ideológico nas mãos do Estado. Assim, sustenta-se que o caráter múltiplo e difuso da violência está relacionado à fragmentação do novo capitalismo, em que o Estado não tem mais a força que teve, nos momentos de consolidação dos Estados-nação, de tornar homogêneo um discurso e uma identidade nacional.

Assim, há a construção de uma trajetória histórica típico-ideal que parte das análises do nazismo para traçar um fio condutor que identifique as características em comum entre este regime e as expressões contemporâneas de intolerância, assim como as transformações históricas que as distanciam³. Quanto às dimensões atinentes ao processo histórico contemporâneo, é possível resumi-las em três aspectos: o primeiro diz respeito às transformações pessoais do capitalismo flexível, tais como o risco e a insegurança ontológica, que dão base para a reprodução de uma ideologia extremamente privatista e instrumental e, tal como expõe Richard Sennett (2010), para a corrosão do caráter; concomitante a este novo modo de acumulação surgiu e se disseminou a política neoliberal, que, ao mesmo tempo, reduziu drasticamente as políticas de bem-estar social e intensificou os mecanismos de punição através do aumento de prisões, o que gerou, associado às altas taxas de desemprego, a marginalidade avançada (WACQUANT, 2001); é possível dizer que a intensificação da marginalização, somada a uma ideologia privatista e instrumental, pode gerar um ambiente social potencialmente violento que se origina em diversos contextos, não estando necessariamente vinculado às condições de vulnerabilidade econômica.

³ O uso de uma trajetória típico-ideal também se mostra importante porque serve como um guia para buscar nas sociedades delimitadas, Brasil e Estados Unidos, um eixo de análise que conduza a uma síntese que conecte as formas de construção de cidadania peculiares e as expressões de violência também específicas em cada país.

Além disto, é importante acrescentar que no capitalismo as mudanças no modo de produção e nos sistemas de vigilância constituem-se como dimensões da modernidade e estas, por sua vez, são fundamentais para se compreender que um novo tipo de modernidade surge no momento contemporâneo. Ainda, esta compreensão permite identificar aquilo que se apresenta como uma condição: a sociedade do risco, que, atrelada à crise da política, impõe a necessidade de se refletir sobre os possíveis modos de reinvenção da política. Ainda que Ulrich Beck traga esta problemática, Chantal Mouffe aponta algumas lacunas em sua proposta e sugere o modelo de democracia plural e agonística, que tem como referência o pressuposto fundamental que guia esta pesquisa: a contraposição entre conflito social e violência. Assim, depois de tratar de toda a dimensão histórica que envolve a irrupção de um "novo paradigma da violência", o texto a seguir volta à discussão teórica para fundamentar o argumento de que estes aspectos associados explicam as novas formas de violência, com novos sentidos e motivações mais associados à identidade, socialização e busca de produção de sentido.

REFLEXÃO TEÓRICA: CONFLITO SOCIAL, VIOLÊNCIA E O MEDO À LIBERDADE

O suposto, defendido por Hannah Arendt (2000), de que a violência é o oposto do poder, compreendendo-o como ação política concertada, é a principal ideia na qual se baseia este trabalho e a relevância deste axioma se reitera em trabalhos mais contemporâneos como os de Michel Wieviorka (2013) e Chantal Mouffe (2009)⁴. A despeito da distância histórica que separa as análises dos últimos autores em relação à

⁴ Embora o objeto de estudo da autora não seja a violência, sua obra contribui para compreender a importância da institucionalização do conflito social em registro político.

reflexão fundadora de Hannah Arendt, existe um fio condutor que os une, expresso na importância em comum atribuída à esfera da ação política, o que os torna complementares para a análise aqui delimitada.

Para Arendt, a “severa frustração da faculdade de agir [politicamente] no mundo contemporâneo” (LAFER, 2000, p. 9) gera diversas formas de violência. Há, em seu pensamento, uma contraposição entre violência e poder, compreendendo este último como “a habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 2000, p. 36). Vale ressaltar que, para esta autora, a política se constitui no cotidiano como uma ação potencialmente conflituosa, competitiva e agonística, marcada, portanto, por confrontos, os quais ocasionalmente podem gerar violência. Assim como Max Weber, Arendt examina que a violência é a última *ratio* dos governantes, mas discorda da tese segundo a qual o exercício do poder, compreendido como imposição da vontade de um agente sobre os demais, está intrinsecamente conectado aos meios de violência (DUARTE, 2009, p. 21). Diferentemente da tradição do pensamento político ocidental, Arendt não associa conceitualmente poder com coerção, dominação e violência; ao contrário, diferencia noções como força, vigor, poder e violência para dar ênfase ao fenômeno da geração de poder por meio da ação coletiva concertada. Cabe, neste sentido, reter que se o poder, no sentido arendtiano, é construído de forma comunicativa e intersubjetiva, o isolamento toma uma dimensão profunda ao impossibilitar a construção do poder e gerar, portanto, um contexto anti-social de possível anomia, barbárie e tirania.

Tendo como pano de fundo a contraposição entre poder e violência, Michel Wieviorka (2013) retoma algumas teorias clássicas para enfatizar a importância de se compreender o conceito de conflito, seja para sociologia em geral, seja para a sociologia

da violência. Mais especificamente, o autor contrapõe este conceito às noções de ruptura e violência. Isto porque o conflito pressupõe ação, comunicação e geração de poder através de antagonismos. Wieviorka elabora esta reflexão se distanciando de duas abordagens radicais e opostas nas Ciências Sociais que, segundo ele, minimizam o conhecimento sobre o conflito: uma que reduz a vida social à busca pela harmonia, tal como textos influenciados pelo Confucionismo, e outra que tem como base o Darwinismo social e defende a noção de que a luta entre raças ou classes pode resultar em um mundo mais civilizado. Na tradição sociológica, no entanto, é possível localizar um diversificado conjunto de teorias, de Maquiavel a Hobbes e de Marx a Weber, que fornece um espaço considerável ao conceito de conflito. Apenas para enfatizar a recorrência deste tema na obra dos autores supracitados, é possível dizer que Maquiavel e Hobbes se focam nas lutas por poder, enquanto Marx elabora uma “teoria do conflito da estratificação” (*conflict theory of stratification*, no original) e Max Weber enfatiza as divisões de classe social e se foca no controle dos meios materiais de violência (COLLINS, 1975 *apud* WIEVIORKA, 2013, p.697).

Em George Simmel, outro autor que é uma referência na sociologia clássica, o tema do conflito aparece como central e é nele que Michel Wieviorka mais se debruça para diferenciá-lo de violência. O conflito social é, para Simmel, o centro da vida social, que fornece uma fonte fundamental que une a sociedade, porque contribui para a socialização dos indivíduos e para a regularização da vida coletiva. A ideia de conflito pode ser associada à de poder e, em última instância, com a de coerção. É diferente da ideia de sociabilidade; na verdade, significa que os homens são sociáveis, mas também são capazes de se opor e lutar um com o outro. Deste ponto de vista, o conflito acontece quando os interesses dos indivíduos e dos grupos são antagônicos e eles ficam em

conflito por status ou poder. Segundo Wieviorka o conflito não é necessariamente violento, mas as relações entre conflito e violência precisam ser esclarecidas: em certas fases, um conflito pode incluir aspectos de violência, mas se a violência permanece e há a perda da capacidade de ser principalmente racional e de haver controle e limites, nestas circunstâncias o conflito fica completamente erodido e imperam outras racionalidades, de pura ruptura, guerra e terrorismo. O autor estabelece que ruptura e conflito são dois conceitos opostos:

Rupturas ocorrem quando dois indivíduos ou grupos se separam e, na melhor das hipóteses, constroem o abismo que os isola, ignorando-se uns aos outros ou, na pior das hipóteses, buscam a destruição do outro lado. Pela perspectiva adotada aqui, conflito não significa guerra, ou, pelo menos, não um tipo de guerra que, em vez de continuar a política por outros meios (para usar a máxima famosa de Clausewitz), prefere aniquilar um inimigo [*tradução livre*] (WIEVIORKA, 2013, p.699).

Assim, Wieviorka resume que, para ser conflito, é necessário que se tenha três elementos: uma esfera de ação ou um conjunto de questões que são as mesmas para todos os atores; uma relação de oposição; e um princípio de identidade, que significa que os atores se identificam em uma posição na sociedade, como o trabalhador e o patrão, ou, em outros termos, como o proletariado e o capitalista. O autor deixa claro, portanto, que o conflito social pressupõe atores cientes do seu lugar no mundo, de sua identidade social, daquilo que os oprime e, a partir disto, da criação de demandas e de causas a serem defendidas.

Neste sentido, o momento do capitalismo fordista se diferencia muito do mundo social construído no capitalismo flexível, pois o primeiro pode ser identificado como um capitalismo organizado, enquanto que no segundo o que predomina é a incerteza e a insegurança. Para se compreender as diferenças no potencial de construção de conflitos

em cada momento é fundamental aliar esta noção da natureza conflituosa da sociedade a uma abordagem histórica.

REFLEXÃO HISTÓRICA: O TOTALITARISMO E A VIOLÊNCIA DE ÓDIO

A contraposição entre poder e violência gera algumas questões fundamentais tais como: o que leva o indivíduo a abrir mão de sua autonomia e liberdade? Ou, quais condições sociais levam os indivíduos a recusarem os conflitos sociais de maneira agonística e optarem pela ruptura? Tendo como base a reflexão de Bauman (1999), é lícito dizer que esta é uma problemática que se solidifica com a modernidade e se mantém até o momento contemporâneo. Na verdade, como bem sintetiza o autor, a “modernidade diz respeito à produção da ordem, então a ambivalência é o refugio da modernidade” (BAUMAN, 1999, p.23). Ou, em outras palavras, a modernidade se constitui como uma luta constante contra a ambivalência. Um resultado desta luta contra a ambivalência bastante relevante foi o Holocausto, o que significa dizer que este não se constitui como um problema unicamente alemão, ou derivado simplesmente de uma *judeofobia* que existia desde a era pré-moderna e muito menos foi um episódio histórico único e isolado.

Os primeiros a diagnosticarem o Holocausto como consequência de uma autodestruição do esclarecimento foram Adorno e Horkheimer no livro *Dialética do Esclarecimento*. Nas palavras dos autores,

[...] O esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. (...) Contudo, a credulidade, a aversão à dúvida, a temeridade no responder, o vangloriar-se com o saber, a timidez no contradizer, o agir por interesse, a preguiça nas investigações

personais, o fetichismo verbal, o deter-se em conhecimentos parciais: isto e outras coisas semelhantes impediram um casamento feliz do entendimento humano com a natureza das coisas e acasalaram, em vez disso, a conceitos vãos e experimentos erráticos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.19).

Erich Fromm, outro integrante da Escola de Frankfurt, parte do mesmo pressuposto que Adorno e Horkheimer, ou seja, revela os fracassos do ideal Iluminista e, de certa forma, antecipa a constatação de que, para compreender profundamente a violência, é necessária a análise das subjetividades, viés mais consolidado nos estudos contemporâneos. Segundo o autor, no debate científico sobre o nazismo há dois campos opostos de análise: um que desconsidera totalmente a psicologia e considera o nazismo um fenômeno essencialmente político e econômico e outro que defende que o nazismo é um problema inteiramente psicológico. Ao elaborar seu livro *O medo à Liberdade*, Fromm se distancia destes dois polos e defende que “o nazismo é um problema econômico e político, porém o fascínio por ele exercido sobre um povo inteiro tem de ser interpretado em bases psicológicas” (FROMM, 1964, p. 175). Assim, ele leva em consideração a estrutura do caráter daqueles que foram atraídos por este regime e busca compreender as características psicológicas desta ideologia. Para chegar a esta compreensão, ele parte do pressuposto de que, no mundo moderno, ou seja, em um mundo em que são rompidos os vínculos primários que dão segurança ao indivíduo, há dois possíveis caminhos para superar o estado de impotência e solidão: a liberdade positiva e os mecanismos de fuga.

De maneira sintética, o autor define que a liberdade positiva “consiste na atividade espontânea da personalidade integrada em sua totalidade” (idem, p. 214). Os dois mecanismos de fuga, o autoritarismo e o conformismo de autômatos, são utilizados para explicar o comportamento diante do nazismo entre diferentes classes na Alemanha.

O caráter autoritário, segundo ele, se constitui através de características masoquistas e sádicas, sendo que as primeiras se definem pela necessidade de encontrar um senhor, uma autoridade fora da própria pessoa que a poupe da necessidade de tomar decisões e da responsabilidade pelo seu destino. O sofrimento sentido, consequência desta característica, se institui como um meio para o esquecimento do próprio eu. De outra parte, os impulsos sádicos se caracterizam pela necessidade de exercer o domínio completo sobre outra pessoa. Segundo o autor, as pessoas autoritárias não são somente masoquistas ou sádicas, elas “ficam oscilando constantemente entre o lado ativo e o passivo do complexo simbiótico” (FROMM, 1964, p. 136). Podem, no entanto, desenvolver a destrutividade, em que a busca para dominar o outro se transforma na busca para destruí-lo. Implicado na vida social, este tipo de caráter dissolve o conceito de igualdade, já que, para ele, o mundo é dividido entre pessoas que possuem poder e pessoas destituídas do mesmo.

Erich Fromm identifica este autoritarismo e a defesa apaixonada ao nazismo na classe média inferior, a mais abalada pelas consequências deixadas pela Primeira Guerra Mundial. A vida desta classe no momento anterior à guerra era estável. Segundo o autor,

A autoridade da monarquia era indiscutível, de modo que nela se apoiando e com ela se identificando o membro da classe média inferior adquiria um sentimento de segurança e de orgulho narcisista. Igualmente, a autoridade da religião e da moralidade tradicional possuía raízes firmes. A família ainda não fora abalada e era um refúgio seguro em um mundo adverso. O indivíduo sentia que pertencia a um sistema social e cultural estável em que tinha lugar marcado (FROMM, 1964, p. 179)

O pós-guerra abalou profundamente a segurança ontológica principalmente desta classe social, que foi prejudicada pela inflação, que se intensificou em 1923 e,

principalmente, depois da depressão de 1929, a derrota da guerra e, conseqüentemente, da monarquia. Este cenário provocou também um abalo drástico da autoridade proveniente da família sem o amparo de sentido que tinha a monarquia, o Estado e a poupança conquistada durante muitos anos. Segundo Fromm, esta decadência sofrida, aliada ao caráter social da classe média, que pode ser resumido “ao amor aos fortes e ódio aos fracos, hostilidade, mesquinha e parcimônia no que tocava aos sentimentos tanto quanto ao dinheiro, e essencialmente seu ascetismo” (FROMM, 1964, p.177) fez com o nazismo tivesse um apelo emocional tremendo e cativasse profundamente esta parcela da população.

Além desta parcela da população que estava fanaticamente apegada ao nazismo havia outro grupo que não expressou grande resistência (exceto uma pequena minoria que lutou contra o nazismo) nem muita admiração, apenas se resignou ao regime nazista. Este grupo consistia, sobretudo, na classe operária e na burguesia liberal e católica. Para Fromm, este grupo reproduzia um mecanismo de fuga que se encontra em maior quantidade na sociedade moderna: o conformismo de autômatos. O autor resume este mecanismo da seguinte forma: “digamos que o indivíduo cessa de ser ele mesmo; adota inteiramente o tipo de personalidade que lhe é oferecido pelos padrões culturais e, por conseguinte, torna-se exatamente como todos os demais são e como estes esperam que ele seja” (idem, p. 157).

O que é importante destacar aqui é que, ainda de acordo com Fromm, após Hitler subir ao poder e abolir todos os outros partidos, seu regime passou a ser, para a população, idêntico à Alemanha, o que implicava no fato de que combater o nazismo naquele momento significava desligar-se das comunidades dos alemães. Este ponto, que retrata os motivos do conformismo, assim como o fato da classe média ter encontrado

no Estado um amparo de sentido para recompor seu autoritarismo, permitem compreender algo que não foi superado com o fim do nazismo e também aquilo que se transformou completamente. Para dizer mais claramente, ainda que não estejam superados estes mecanismos de fuga à liberdade, ou que a luta contra a ambivalência não tenha terminado juntamente com o nazismo, este regime apenas foi possível nestes moldes porque naquele momento o Estado se constituía na promessa de promover uma sociedade racionalmente planejada, ou, no caso específico do nazismo, de promover ou lutar por uma humanidade homogênea e superior.

O que se transforma é que no momento contemporâneo não é mais o Estado que concentra a função de lutar contra ambivalência, mas o indivíduo sozinho. Segundo Bauman,

Com o Estado moderno recuando de suas ambições de jardinagem e a razão filosófica optando pela interpretação em vez da legislação, a rede de especialização, ajudada e mediada pelo mercado consumidor, assume o cenário no qual os indivíduos devem enfrentar sozinhos o problema da ambivalência no curso dos seus esforços autoconstrutivos pessoais, busca da certeza documentada na aprovação social (BAUMAN, 1999, p.25).

Assim, fica claro que a luta contra a ambivalência permanece, mas há profundas diferenças nos formatos desta luta, nas suas motivações e conseqüências. Em outros termos, a recuperação das origens do nazismo fornece a noção de que a intolerância obviamente não está presente somente no mundo contemporâneo, mas ela se transforma, na medida em que se modificam as formas de eliminação da ambivalência, de busca da ordem ou de negação do conflito social. Isto porque a modernidade, ao mesmo tempo em que inaugura a noção de indivíduo como detentor de direitos e, portanto, livre da obrigatoriedade da tradição, também estabelece a promessa de que

através da razão e da ciência o homem vai ser capaz de controlar a natureza e a sociedade. É neste sentido que a Escola de Frankfurt, sobretudo Adorno e Horkheimer (1985), estabelece que o esclarecimento produziu o seu contrário, a barbárie. Este pensamento estabelece que na modernidade há um dilema, ou problema da política, que permanece no mundo contemporâneo. A partir disto, é necessário esclarecer o motivo de se atribuir "a crise da política" ao capitalismo flexível. Para isto é fundamental diferenciar a noção de modernidade clássica ou industrial da noção de modernidade tardia (ou sociedade do risco).

A modernidade refere-se a um conjunto de instituições e comportamentos estabelecidos na Europa depois do feudalismo e tornadas mundiais no século XX (GIDDENS, 2002, p.21). A modernidade possui, como principais dimensões, o mundo industrializado, compreendido como "relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção" (idem); o capitalismo, "que é um sistema de produção de mercadorias, envolve tanto mercados competitivos de produtos como a mercantilização da força de trabalho" (idem); e a vigilância, que "se refere ao controle e à supervisão de populações submissas" (idem), no intuito de possuir informações para coordenar atividades. A forma social mais importante produzida pela modernidade é o Estado-nação, que monopoliza o controle efetivo dos meios de violência e tem como elemento integrador uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), que significa que todos os indivíduos que dela participam possuem uma ideia ou uma narrativa da comunidade na qual participam, independente da classe social. Além de imaginada, é limitada, devido às suas fronteiras, e soberana, condição, por sua vez, estabelecida pelas estruturas administrativas elaboradas a partir da modernidade.

Ainda que o Estado-nação seja um formato fundamental no capitalismo flexível para as relações comerciais e de política externa, ele não tem mais a força integradora que tinha no momento de modernidade industrial. Pode-se dizer que o Estado-nação foi o grande mediador de conflitos sociais na modernidade industrial, assim como, no âmbito cotidiano, foi o trabalho. Ou seja, ainda que o dilema da modernidade se impusesse (sendo o nazismo o exemplo extremo), o Estado-nação e o trabalho eram os organizadores da política no momento da sociedade industrial e, quando se irrompia uma lógica de ruptura, as formas de violência tradicionais se davam, predominantemente, através de guerra entre Estados e de formas de violência de cunho instrumental. Estas possibilidades de ruptura ainda existem enquanto outras começam a surgir como resultado de um indivíduo profundamente desencaixado, que tem como referência de controle e de organização -, muitas vezes, apenas - uma ideologia narcisista e competitiva.

A crise da política se institui no capitalismo flexível devido à crise das instâncias que organizavam o campo da política e promoviam a autolimitação. Segundo Bauman:

a arte da política, se for democrática, é a arte de desmontar os limites à liberdade do cidadão: a de libertar os indivíduos para capacitá-los a traçar individual e coletivamente seus próprios limites individuais e coletivos. Esta segunda característica foi praticamente perdida. Todos os limites estão fora do limites. Qualquer tentativa de autolimitação é considerada o primeiro passo no caminho que leva direto ao gulag, como se não houvesse nada além da opção entre a ditadura do mercado e a do governo sobre as nossas necessidades - como se não houvesse lugar para a cidadania fora do consumismo. (...) A aversão à autolimitação, o conformismo generalizado e a resultante insignificância da política têm, no entanto, seu preço - um preço aliás exorbitante. O preço é pago na moeda em que é pago geralmente o preço da má política - do sofrimento humano (BAUMAN, 2000, p.12-13).

Dito isto, a modernidade tardia precisa ser compreendida nas suas especificidades, através das de suas dimensões fundamentais, a saber: o capitalismo flexível, a ideologia do "novo espírito do capitalismo" e a condição social da sociedade do risco. Tudo isto engendra um novo tipo de socialização em que a política precisa ser reinventada.

O “NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO” E A CORROSÃO DO CARÁTER

De maneira resumida é possível dizer que este novo tipo de acumulação, através de uma intensa inovação comercial, tecnológica e industrial, se “apoiar na flexibilidade do trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p.140). A flexibilidade do trabalho gera o aumento da subcontratação e do desemprego fazendo com que o poder sindical, que dependia do acúmulo de trabalhadores na fábrica, seja diminuído, ao passo que o trabalhador que goza de maior segurança no emprego “deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (idem, p.144). Para justificar e reproduzir este padrão de acumulação e de comportamento hegemônico foi construído “um conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade” (BOLTASKI; CHIAPELLO, 2009, p. 33) que constitui uma ideologia, nos termos de Luis Dumont⁵, do “novo espírito do capitalismo”. Boltanski e Chiapello buscam na literatura de gestão empresarial um “suporte capaz de dar acesso mais direto às representações associadas ao espírito do capitalismo de uma época” (2009, p. 84). Esta literatura constitui um *corpora*, sendo objeto de estudo destes autores

⁵ Os autores Boltanski e Chiapello em *O novo Espírito do capitalismo* utilizam o conceito de ideologia de Luis Dumont.

textos dos anos 1960 e dos anos 1990 que, por sua vez, apresentam diferenças entre seus discursos em razão das mudanças históricas no modo de produção capitalista. Assim, nos anos 1960 a gestão empresarial passa a associar as empresas à democracia e, em consequência, à razão e à liberdade, em contraposição aos regimes totalitaristas, relacionados à paixão e à barbárie. A literatura dos anos 1990 retoma esta associação da empresa com a democracia, mas para contestá-la. Segundo os autores, a crítica nos anos 1990 consistia no argumento de que: “por se querer racionalizar cada vez mais a marcha das empresas, criaram-se máquinas desumanas. O que é “próprio do homem” mudou de natureza: a razão dos anos 60 *versus* sentimentos, emoção criatividade nos anos 90” (BOLTANSKI; CHIAPELLO 2009, p. 118).

Desta forma, se nos anos 1960 havia uma hierarquia forte nas empresas e o objetivo dos funcionários era construir maneiras de subir nesta hierarquia, nos anos 1990, o propósito era e, ao que tudo indica, continua sendo, o desenvolvimento pessoal, a autoconstrução para se manter aberto e flexível, no intuito de se adaptar permanentemente a novas circunstâncias (ibidem, p. 122-124). Esta ideologia é classificada como “regime de projetos”, pois são eleitos constantemente os maus comportamentos e os comportamentos éticos, que proporcionaram empregabilidade e, mais do que isto, geram a possibilidade de associação sempre a projetos de sucesso. As características desta nova ideologia, que pode ser identificada como privatista e instrumental, geram, no âmbito pessoal, ansiedade e incerteza e, no campo macrossocial, a retração da esfera pública e a desvalorização da cidadania.

No livro *a Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Richard Sennett (2010) fornece alguns exemplos de situações vividas por norte-americanos no momento do capitalismo flexível para demonstrar a ansiedade

causada pela ausência de parâmetros e caminhos seguros juntamente com a imposição de novos controles. Para o autor, a necessidade de adaptabilidade e flexibilidade gera uma desvalorização da experiência adquirida a longo prazo, o que implica na corrosão do caráter que é construído a partir da experiência, lealdade e das metas futuras. No capítulo sobre o risco, Sennett define que a incerteza inerente ao risco o torna desnorteante e deprimente através do exemplo de uma publicitária chamada Rose, com mais de 40 anos, que arrendou seu bar em Nova York para participar de um projeto de dois anos em uma empresa do setor publicitário. Após um ano, no entanto, Rose voltou a tomar conta do bar, pois não havia gostado da experiência. Nas palavras de Sennett,

o que a irritava era mais sutil: sentia-se constantemente em teste, mas nunca sabia exatamente em que posição estava. Não havia medidas objetivas que se aplicassem a fazer um bom serviço, além do zuzum e das aptidões necessárias a “não deixar nada grudar na gente”. E isso era sobretudo irritante porque Rose fazia uma experiência pessoal. Não entrara naquele mundo para vencer financeiramente, só para fazer alguma coisa interessante na vida. (...) É preciso coragem para uma mulher de meia idade como Rose arriscar uma coisa nova, mas a incerteza sobre sua posição, combinada com a negação da experiência que vivera, minou sua coragem. “Mudança”, “oportunidade”, “novo”: tudo soava vazio quando ela decidiu retornar ao Trout [Bar]. Embora sua disposição de arriscar fosse incomum, embora o ramo da mídia seja incomumente fluido e superficial, seu fracasso ilustra algumas confusões mais gerais sobre a orientação da pessoa num mundo flexível (SENNETT, 2010, p. 92-93).

O grande dilema que se coloca aqui é que o capitalismo flexível gera uma sociedade profundamente atomizada, que gera grandes desafios para se sustentar um processo político que valorize a construção permanente da cidadania e dos direitos. Esta inabilidade social se torna ainda mais dramática diante dos desafios inerentes à sociedade do risco, quais sejam, as incertezas, problemas ecológicos, o cosmopolitismo.

A SOCIEDADE DO RISCO E O PLURALISMO "AGONÍSTICO"

A hegemonia da ideologia do "novo espírito do capitalismo" e sua evidente incapacidade de transformar demandas e antagonismos em uma ação política concertada gera a crise da política, que abre lacunas na vida social e uma propensão a que se originem novas formas de violência. Sabe-se, no entanto, que as ideologias, os sistemas econômicos, a política e a violência se transformam, mas há algo a mais que é preciso considerar e que se constitui como uma condição: a sociedade do risco.

Esta condição social está relacionada à crise do *Welfare State*, às transformações na tecnologia e na informação, e à conseqüente integração do mundo, que se consolida principalmente com o término da Guerra Fria. Através do resgate histórico do processo de transição da sociedade industrial para a sociedade do risco, Ulrich Beck demonstra como os modos de vida e a política se transformaram – com o surgimento do que ele denomina por subpolítica –, através do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da economia. Para explicar esta mudança sistêmica na política, Ulrich Beck destaca quatro dimensões deste processo.

A primeira diz respeito à noção de cidadão dividido entre um sistema político-administrativo e outro técnico-econômico. Ou melhor, a partir da sociedade industrial a esfera da política se constituiu como aquela em que os cidadãos usufruem de seus direitos e consentem que o poder e a dominação devam ser exercidos pelos seus eleitos. Por outro lado, a esfera da economia se torna a dos interesses privados no campo do trabalho e das inovações tecnológicas que aumentam o bem-estar coletivo e individual. A conseqüência desta separação, segundo Beck, é que:

Apenas uma parte das competências decisórias socialmente definidoras é inserida no sistema político e submetida aos princípios da democracia parlamentar. Uma outra parte escapa às regras do controle público e justificação, e é delegada à liberdade de investimento das empresas e à liberdade de pesquisa (...). Com o estabelecimento da sociedade industrial, dois processos opostos de organização da transformação social interpenetram-se - a produção da democracia político-parlamentar e a produção de uma transformação social apolítica e não democrática, sob as regras de legitimação do "progresso" e da "racionalização" (BECK, 2010, p.276-277).

Como segunda dimensão deste processo, Beck destaca que esta fronteira perdeu parte de sua sustentação nos países ocidentais industriais devido aos efeitos sociais causados (ameaças à saúde, destruição da natureza, injustiças sociais), o que gerou um impulso político para a construção do Estado Social. No entanto, este modelo não superou esta fronteira estabelecida na sociedade industrial, além de ter entrado em crise⁶. Segundo Beck esta fronteira ao mesmo tempo em que mutilou o político também fez surgir uma faceta política no sistema técnico-econômico devido à "mudança sistêmica do trabalho, fragilização da ordem estamental de gênero, destradicionalização das classes, intensificação das desigualdades sociais e novas tecnologias" (idem, p.278).

Neste sentido, a terceira dimensão a ser considerada é a constituição de uma nova cultura política, que está relacionada ao que Beck denomina de subpolítica. Assim, com a tecnologia de reatores, microeletrônica, genética humana, novos riscos tornam-se evidentes e questões empresariais, científico-tecnológica e da esfera íntima adquirem uma feição política ou subpolítica, nomenclatura que expressa seu status híbrido.

⁶ A crise do *Welfare State* compreende três aspectos distintos e interligados: em primeiro lugar, foi uma crise da lucratividade do sistema capitalista, decorrente do declínio do padrão tecnológico-científico de produção fordista; em segundo lugar, foi uma crise das instituições políticas e da estrutura de governança do Estado capitalista democrático, erguidos em um contexto de estabilidade macro-econômica obtida por meio de um equilíbrio de poder de classe; e por fim, foi uma crise da capacidade de intervenção do Estado no econômico e no social face às transformações aceleradas da economia. Esta crise se desencadeia no fim dos anos 1960 e de acordo com David Harvey, o período de 1965 a 1973 revelou a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições do capitalismo. (HARVEY, D. 1992.p. 134-162).

A quarta dimensão, por sua vez, é a revolução da malha da normalidade através da incorporação de um "sistema subpolítico da modernização científico-técnico-econômica" (idem, p.279). A subpolítica se constitui através de uma nova forma de individualização que passa a ter que administrar os riscos e o caráter cosmopolita da sociedade do risco. Assim esta individualização da modernização reflexiva se reflete principalmente no fato de que "hoje as pessoas não estão sendo 'libertadas' das certezas feudais e religiosas-transcendentais para o mundo da sociedade industrial, mas sim da sociedade industrial para a turbulência da sociedade do risco" (BECK, 1997, p.61). Ou seja, a individualização, nos termos de Ulrich Beck, é uma desincorporação e reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos, os quais surgem, se adaptam diante das condições gerais do Welfare State, que considera os indivíduos como atores de sua própria biografia, de sua identidade, de suas convicções. Ou seja, este processo se materializa através da transformação da esfera privada, que, nas palavras de Beck:

não é o que parece ser: uma esfera delimitada em oposição ao mundo à sua volta. Ela é uma exterioridade internalizada e tornada privada, uma exterioridade de circunstâncias e decisões definidas alhures (...) em patente desconsideração pelas consequências biográfico-privadas (BECK, 2010, p. 197).

Esta exterioridade se transforma sobretudo diante do conhecimento científico e do avanço da tecnologia, dando forma à sociedade do risco que é marcada profundamente pela impossibilidade de estabelecer apenas alguns lugares de perigo ou sujeitar somente algumas pessoas ao risco. Em outras palavras, a produção de riqueza, na sociedade do risco, é acompanhada pela produção disseminada dos riscos e pelo aumento da percepção dos mesmos. Estão incluídos nestes riscos ameaças nucleares,

terroristas, ecológicas, climáticas, alimentares, pandemias, entre outras. Se os riscos evidentemente aumentam com a integração mundial, eles também se tornam mais percebidos devido ao avanço da informação. A consciência do risco gera uma "era especulativa da percepção e do pensamento cotidiano" (idem, p.89), o que pode produzir não somente a consciência da ameaça, mas também o seu inverso "a negação movida pelo medo" (idem, p.91). Segundo Ulrich Beck:

A sociedade do risco envolve assim, justamente com a ampliação dos perigos a simultânea inércia política, uma tendência imanente à sociedade do "*bode expiatório*" (...). É justamente a inabarcabilidade e o desamparo diante das ameaças que, com sua ampliação, favorecem *reações e correntes políticas radicais e fanáticas*, que transformam os estereótipos sociais e os grupos por eles atingidos em verdadeiros "pára-raios" para ameaças que se mantêm invisíveis, inacessíveis à ação (BECK, 2010, p.93).

Ainda que não seja o foco de Ulrich Beck aprofundar os estudos sobre as formas de intolerância geradas na sociedade do risco em situações de crise da política, ele revela os diferentes caminhos que um processo social pode ter a partir das transformações da modernização. Os pressupostos de Beck são semelhantes aos de Erich Fromm (1964), quando este destaca que os homens podem escolher, na modernidade, entre o caminho da liberdade ou, devido à incerteza inerente à perda de sentido da tradição, a recusa à liberdade, que leva inevitavelmente ao autoritarismo ou à anulação da personalidade. Entretanto, as formas de expressão desta recusa são elaboradas de maneiras distintas, pois incluídas nas transformações da ciência e da tecnologia estão também a ampliação dos fluxos migratórios e a intensificação de políticas públicas para minorias, o que impõe um novo tipo de socialização mais plural e cosmopolita.

Como expõe Ulrich Beck, estas mudanças estabelecem “o fim dos outros”, ou melhor, “o fim de todas as nossas bem cultivadas possibilidades de distanciamento” (2010, p.7). Segundo o autor, até então, toda a miséria e toda a violência que os seres humanos infligiram a outros seres humanos estava reservada à categoria dos “outros” –

judeus, negros, mulheres, refugiados, dissidentes, comunistas, etc. De um lado, havia cercas, campos, distritos, blocos militares e, de outro, as próprias quatro paredes – fronteiras reais e simbólicas, atrás das quais aqueles que aparentemente não eram afetados podiam se recolher. Isto tudo continua a existir e, ao mesmo tempo, desde Chernobyl deixou de existir. (...) E aí reside sua força cultural e política. Sua violência é a violência do perigo, que suprime todas as zonas de proteção e todas as diferenciações da modernidade (BECK, 2010, p. 7).

Este contexto transformado pode também ser traduzido como o momento cosmopolita da sociedade do risco, que, nas palavras de Ulrich Beck, significa “a *conditio humana* da irreversível não-exclusão do estrangeiro distante” (BECK, 2008), que coloca a necessidade de reconhecer a pluralidade do mundo no cotidiano. O autor tem como base a história da Alemanha, mas o diagnóstico feito por ele refere-se às mudanças ocasionadas pelo capitalismo flexível na esfera tanto da produção como da vida cotidiana. Desta forma, a flexibilização da jornada de trabalho trouxe formas inovadoras, flexíveis e plurais de subocupação e, em consequência, trouxe situações e padrões de desenvolvimento biográfico inéditos.

Como dito anteriormente, este panorama efetua uma mudança na essência da política, verificável na transição da modernidade simples para a modernidade reflexiva: a primeira concentrando a esfera pública como o seu lugar característico e a segunda evidenciando a “privacidade como a menor unidade concebível dentro do político – contém dentro de si a sociedade mundial” (BECK, 1997, p. 61). Este processo fornece sentido ao conceito de subpolítica (*sub-politics*) cunhado por Ulrich Beck, que significa,

resumidamente, “moldar a sociedade de baixo para cima” (idem, p.35); que à primeira vista (de cima) pode significar perda do poder de implementação, mas, por outro lado, cria a possibilidade permanente de haver arranjos sociais que produzam voz para grupos até então subalternizados. Assim, o indivíduo que emerge na sociedade do risco passa a viver uma dualidade que o coloca, a um só tempo, como responsável pelo próprio sucesso ou fracasso – e, portanto, sob a condição de uma rotina marcada pela pressão e ansiedade – e como possível reformador do mundo, perspectiva que inaugura um novo potencial da política.

Segundo Beck esta é uma condição irreversível seja no âmbito da administração dos riscos, na transformação da individualização e nos processos políticos. Este último processo diz respeito ao fato de que os campos da subpolítica, tais como economia, ciência, vida privada, estão alterando as condições da vida social e fazendo política através de seus próprios meios. Para o autor, "a política não é mais a única e nem mesmo a mais importante instância em que se decide sobre a configuração do futuro social" (BECK, 2010, p.338). Há necessidade, no entanto, de controle destas instâncias através de tribunais fortes e independentes que deveriam ser complementadas por possibilidades de autocrítica. Esta é, resumidamente, a proposta política de Beck para a assimilação das condições que se impõem na sociedade do risco. O diagnóstico das transformações da sociedade industrial para a sociedade do risco e sua irreversibilidade é bastante convincente, no entanto, Chantal Mouffe identifica lacunas em sua proposta política.

Estabelecendo sua problemática no campo da política e em consonância com as abordagens teóricas sobre a natureza conflitiva da estrutura social, Chantall Mouffe elabora uma reflexão bastante relevante para o tema aqui delimitado. A autora critica o

que chama de "*zeitgeist* pós-político" contido nas teorias dos defensores da democracia liberal contemporânea. Segundo a perspectiva da autora, os teóricos liberais da democracia⁷ formam parte de uma visão comum antipolítica que se nega a reconhecer a dimensão antagônica constitutiva do fenômeno político (MOUFFE, 2009, p.10). Para ela, Ulrich Beck é um universalista que busca um "pacifismo legal" através de um estabelecimento de uma democracia cosmopolita, que parte do pressuposto de que a interpretação ocidental dos valores democráticos é a única racional e legítima. Mesmo que bem intencionada, Mouffe aponta que esta concepção está muito perto de justificar a hegemonia do Ocidente e a imposição de seus valores particulares (MOUFFE, 2003).

Mouffe demonstra em grandes linhas que o pensamento democrático liberal distancia a política do conflito social ao partir do pressuposto de que, através de procedimentos supostamente imparciais, é possível desenhar instituições que estimulem a criação de um consenso racional universal que reconcilie todos os interesses e valores sociais em conflito. Ao invés disso, diz a autora, a tarefa dos teóricos e políticos democráticos deveria consistir em promover uma esfera pública vibrante, de luta agonística, onde possam se confrontar diferentes projetos políticos hegemônicos (MOUFFE, 2009, p.11). Com este viés, a autora defende o projeto de democracia radical plural, no qual se compreende que:

as relações de poder são constitutivas do social, então a questão principal da política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos (MOUFFE, 2003, p.14).

⁷ Chantall Mouffe classifica o pensamento liberal contemporâneo em dois grandes paradigmas, que, a despeito das diferenças, compartilham da mesma visão antipolítica: o paradigma agregativo, presente nos pressupostos da teoria da escolha pública (e também na teoria da escolha racional); e o paradigma deliberativo, presente nos pressupostos do pragmatismo norte-americano e da ação comunicativa de Jürgen Habermas (MOUFFE, 2009, p.20).

Nesta abordagem a relação entre democracia e poder deve ser constitutiva das identidades sociais, tendo o pressuposto de que os valores democráticos devem conduzir relações que são antagônicas em um processo "agonístico". De fundamental importância para Mouffe são as consequências da negação do conflito para a política democrática. Isto porque o enfoque consensual, ao invés de criar condições que permitam o florescer de uma sociedade reconciliada, conduz à emergência de antagonismos que uma perspectiva agonística poderia evitar, uma vez que capaz de proporcionar a estes conflitos uma *forma legítima* de expressão (idem, p.12). O divórcio entre a política e o conflito social, expresso na política democrática contemporânea, leva a que indivíduos e grupos sociais politicamente marginalizados constituam suas identidades em um registro moral. Ao invés de serem definidas mediante categorias políticas, as identidades surgem como consequência de uma polarização radical que, em situações-limite, adquire feições de uma luta entre bem e mal, em que não existem adversários políticos, mas inimigos a serem aniquilados.

A perspectiva de Chantal Mouffe se aproxima com a de Hannah Arendt e de Michel Wieviorka na medida em que identifica que a ausência de conflito e, portanto, da incorporação da política nas diversas relações sociais abre um caminho propício para a intolerância e violência. Para Mouffe, o colapso do comunismo, longe de ter "conduzido a uma suave transição para a democracia pluralista, abriu caminho para uma explosão de conflitos étnicos, religiosos e nacionalistas que muitos liberais não podem compreender" (MOUFFE, 2003, p.12). O uso do termo "político" é intensamente abordado nas teorias democráticas liberais - que possuem como base principal o individualismo, o racionalismo e universalismo -, mas é esvaziado pelo entendimento de que os atores agem apenas orientados pelos seus interesses racionais. Como

consequência, as paixões são apagadas do jogo político o que empobrece a compreensão da elaboração de identidades políticas diante das grandes transformações da globalização.

Mouffe aponta uma lacuna na teoria de Beck que é preciso ser considerada nesta pesquisa, pois a abordagem da violência consiste no entendimento de que o conflito social é fundamental para a constituição de uma sociedade mais democrática e plural. Este pressuposto é o que une as principais referências deste trabalho, quais sejam: Arendt (2000), Wieviorka (2009) e Mouffe. Ulrich Beck se afasta deste pressuposto e propõe uma "nova política" que ele expressa como universal. No entanto, mesmo que a sociedade do risco se constitua, de maneira inequívoca, como uma condição social, as formas de incorporação social são múltiplas e estão relacionadas ao conteúdo acumulado de experiência social de cada sociedade. Isto é verificável na comparação de uma sociedade de modernidade periférica radicalizada, como o Brasil, e outra de modernidade radicalizada de um país de capitalismo central, como os Estados Unidos.

O CAPITALISMO FLEXÍVEL E O "NOVO PARADIGMA DA VIOLÊNCIA"

Segundo Wieviorka, o capitalismo do pós-guerra ou o capitalismo fordista se caracterizava pela rigidez, padronização, vigilância e disciplina impostas no mundo do trabalho e que inevitavelmente conduziam a resultados nas visões de mundo e impulsionavam um conjunto de conflitos sociais. Notavelmente a exploração era principalmente o que sintetizava a vida dos trabalhadores deste momento e motivava os conflitos sociais expressados, sobretudo, pelos movimentos sindicais. Apesar disto, este momento do capitalismo possuía duas características que foram perdidas no capitalismo

flexível: a segurança ontológica e uma sensação de utilidade no mundo. Mais especificamente, o autor reflete sobre a dissolução do conflito capital/trabalho e o surgimento de uma ideologia, principalmente entre os jovens, que segundo ele se resume à oposição perdedor/vencedor. Segundo o autor, esta dissolução do conflito separa o indivíduo da sociedade e o coloca em uma rotina onde é necessário provar constantemente que é possuidor de características que expressam “um vencedor” (WIEVIORKA, 2009, p. 14). Assim, os problemas de dominação social passam a ser vistos como problemas pessoais e de fragilidade pessoal. Neste sentido Wieviorka cita um problema francês percebido através de um estudo sobre os jovens:

Uma das grandes lições a serem apreendidas a partir de estudos sobre os jovens nas áreas de classe trabalhadora na França, que têm se envolvido em várias formas de violência, especialmente na escola, é que este comportamento é uma expressão do ressentimento, do sentimento de não reconhecimento e, talvez, em um nível mais profundo da própria inabilidade de dar sentido à vida, agora que não há nenhuma relação social que permita com que eles se definam em uma relação com um adversário, ou um opressor, ou com explorador [*tradução livre*]. (WIEVIORKA, 2009, p.14).

Esta relação entre ausência de sentido e violência tem como base a dicotomia reiterada aqui entre poder e violência, devido à ausência de repertório e condições sociais que permitam, principalmente ao jovem, compreender que a insegurança ontológica é resultado de um problema social do capitalismo flexível e não um problema de fragilidade pessoal ou causado por alguma minoria social – no caso de violência que tem como motivação o preconceito a alguma minoria. As características do capitalismo flexível tratadas aqui condensam-se na demonstração de que a precarização do trabalho, a marginalidade avançada e a ideologia do “novo espírito do

capitalismo” geram um ambiente desfavorável para os sujeitos de assimilem uma conduta social baseada em premissas de convivência cidadã.

Esta ideologia de perdedor/vencedor que expõe Wieviorka está associada ao neoliberalismo, tanto enquanto discurso e modo de pensamento como enquanto práticas político-econômicas. Isto porque, além da incerteza e ausência de uma vida coletiva dotada de sentido, há a redução dos recursos dedicados ao bem-estar social - em áreas como assistência à saúde, ensino público e assistência social -, o que passa a gerar parcelas da população que ficam cada vez mais vulneráveis ao empobrecimento, à estigmatização e à exclusão social. Esta redução e a consequente estigmatização se baseiam na ideia de que os fracassos pessoais são consequência de falhas individuais (HARVEY, 2008). Este contexto, no qual o trabalho deixa de trazer segurança, como no capitalismo fordista, e passa a ser parte do problema da fragmentação e da precariedade, enquanto as cidades passam a ter territórios bem demarcados e cada vez mais isolados, produz a marginalidade avançada, para usar uma expressão de Loïc Wacquant (2001). A palavra avançada significa que este tipo de marginalidade não pôde ser visto no passado, mas a partir da cidade pós-fordista, “como resultado não do atraso, mas das transformações desiguais e desarticuladas dos setores mais avançados das sociedades e economias ocidentais” (WACQUANT, 2001, p. 169). Neste sentido, o autor expõe que é necessário encontrar um entendimento sociológico adequado para a cidadania, pois é ela, e não a classe, a renda, o status do emprego ou a raça que está se tornando o pivô central para a exclusão de bens e serviços (idem, p. 178). Nesta mesma linha de compreensão, Teresa Pires do Rio Caldeira estuda a segregação social, a cidadania e o crime na cidade de São Paulo e demonstra que, nas duas últimas décadas, houve uma

reconfiguração da segregação social que fez o medo se proliferar e reforçar preconceitos. Segundo a autora,

Em geral, grupos que se sentem ameaçados com a ordem social que toma corpo nessas cidades constroem enclaves fortificados para a sua residência, trabalho, lazer e consumo. Os discursos sobre medo que simultaneamente legitimam esta retirada e ajudam a reproduzir o medo encontram diferentes referências. Com frequência, dizem respeito ao crime e especialmente ao crime violento. Mas eles também incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados (CALDEIRA, 2000, p.9).

A marginalidade avançada e este modelo de cidade pós-fordista evidenciam uma condição de isolamento de todos os membros da sociedade, pois, se por um lado, os sujeitos da periferia possuem trabalho precário e estão em sua maioria excluídos de serviços básicos, por outro, a população abastada, em função do medo e da reprodução de preconceitos, não convive e não dialoga com a diferença, além de sofrer com as pressões e incertezas inerentes ao capitalismo flexível.

Esta situação revela uma sociedade atomizada como um todo, em que a violência, se compreendida como o oposto do poder, tal como expõe Hannah Arendt (2000), pode surgir tanto da periferia como de regiões com uma estrutura urbana favorável. Em síntese, a violência de ódio difusa coincide com a aceleração da mundialização da economia, com a intensificação do individualismo, com o fim da guerra fria e com a diminuição de movimento de violência politizada, seja de contestação, seja de estratégias para tomada de poder Estatal, tal como afirma Michel Wieviorka (1997, 2003), professor da EHESS⁸. Assim sendo, este tipo de violência aqui

⁸ Michel Wieviorka é professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales. O texto o “novo paradigma da violência”, publicado no Brasil em 1997, é um capítulo do livro “*Globalization, the State and violence*” organizado por Jonathan Friedman em 2003 – o que demonstra que a relevância desta pesquisa para o campo de estudos sobre violência. Além disto, o autor publicou em 2003 um livro sobre terrorismo e tem trabalhado temas como racismo, diferença e reconhecimento.

recortada é uma das expressões de um novo paradigma da violência, pois esta noção fornece fundamento para compreender uma violência que não é política, mas antes, infra ou metapolítica. Nas palavras do autor:

Sobretudo, ela parece – ao menos provisoriamente – não estar numa correspondência tão estreita com a política e com o Estado quanto a que sugere Max Weber, para quem a essência do político, e mais ainda, do Estado, está no meio específico, que lhe é próprio, que constitui a violência física e seu uso mais ou menos regrado.

No fundo ela parece por vezes constituir bem mais o avesso do político enfraquecido, a marca da pane de Estado, que a essência de um ou de outro. O planeta encontra-se numa era de mutação, em que a violência política continua tendo um lugar considerável, e segundo modalidades relativamente clássicas, mas em que também se desenvolvem violências infra e metapolíticas que constituem as expressões mais significativas, mas talvez provisórias, dessa mutação. Essas violências, bem mais do que a violência política, por definição fria, calculada, instrumental, traz a marca do individualismo moderno, que faz com que cada pessoa, mesmo muito jovem, seja suscetível de querer existir enquanto indivíduo-consumidor e como sujeito (WIEVIORKA, 1997, p.36).

Segundo Wieviorka há um aumento da violência infra e metapolítica a partir dos anos 1990, no entanto, não há uma definição específica de ambos os conceitos, eles aparecem em sua obra relacionados a um processo histórico e, geralmente, ilustrados por exemplos. No intuito de estabelecer a definição clara do que consiste cada conceito, vale recuperar resumidamente os pressupostos de Wieviorka. Assim, a violência instrumental (roubos, laticínios, etc.), o narcotráfico, a privatização da violência estariam incluídas na violência infrapolítica. Segundo ele, em alguns casos a violência infrapolítica pode se revelar como pré-política, podendo assumir posteriormente feições políticas. Neste caso, o conceito de político para Wieviorka se constitui como estrutura organizacional do Estado.

Tendo como base sua abordagem sobre o neoliberalismo e sua compreensão da importância do conflito social, compreende-se que a violência infrapolítica pode ser

descrita como aquela que evidencia uma lacuna assimilação de pressupostos básicos da cidadania. Em consequência, ela está mais propensa a acontecer onde não há uma tradição histórica de construção desta estrutura de valores democráticos. Encaixa-se, portanto, neste tipo de violência, todo o conjunto de expressões que relevam uma inaptidão a convivência com a alteridade.

No segundo caso, a violência metapolítica, Wieviorka, traz como exemplo principal o terrorismo, mas também podem ser incluídos os *rampage shootings*. A violência tem um sentido absoluto, inegociável e geralmente sem alvos específicos, porque ela se destina a toda uma estrutura social na qual o indivíduo não conseguiu reconhecimento e não possui repertório para se expressar através de um sentido político ou achar categorias e formas de lutar por reconhecimento. Este tipo de violência tem uma propensão maior a acontecer em sociedades saturadas de sentido político, geralmente em resposta ao processo de transformação da modernidade que foi estruturado nos países de capitalismo central. Pode ser interpretado também como consequência de uma insegurança ontológica própria da crise da modernidade.

CAPÍTULO II

OS ESTADOS UNIDOS E A CRISE DE CONTROLE SOCIAL: O DILEMA DA VIOLÊNCIA METAPOLÍTICA

O EXCEPCIONALISMO NORTEAMERICANO E O DEBATE SOBRE O DECLÍNIO DO ASSOCIATIVISMO

Nos Estados Unidos as mudanças sociais foram quase sempre moleculares, sendo o tema da igualdade de condições instalado desde a Independência do país. Assim também, tanto a questão racial quanto questões de gênero foram expostas, em diversos momentos na história, de forma radical, seja na Guerra de Secessão e no Apartheid, no primeiro caso, seja em movimentos contraculturais, no caso do segundo. Sem dúvida que estes processos históricos mencionados revelam aspectos distintos da sociedade norte-americana, pois expressam tanto a marca profunda da intolerância quanto o ativismo político da sociedade civil desde a Independência. Sobre este segundo aspecto, deve-se dizer que nos Estados Unidos a unidade nacional e a cidadania foram forjadas, desde a origem, pelo ascetismo puritano, que, como demonstra Angela Randolpho Paiva (2003), foi se transformando e se adequando à esfera pública através da noção de que o fiel deveria ter o princípio moral de se dedicar às coisas mundanas. A marca que o protestantismo deixou na cidadania norte-americana, além da participação, foi a noção de excepcionalismo de sua cultura.

A despeito das possíveis dualidades que podem ser geradas por esta visão de mundo estadunidense, cabe enfatizar que a visão *excepcionalista* que os norte-americanos têm sobre si mesmos e seu país é reiterada ao longo de toda a história como Estado-Nação e atualmente é reforçada tanto no meio político quanto no acadêmico, com justificativas que podem ser seculares ou religiosas. A noção de que os Estados Unidos são um país excepcional foi construída a partir dos colonos puritanos que interpretaram a colonização, para o novo continente, como fuga do caos e como

oportunidade de “purificar” a sua Igreja, como a fundação do Reino de Deus na nova “Terra Prometida”. A percepção dos puritanos deu base para um conjunto de mitos “fundacionais” que são reinterpretados ao longo da história deste país, constituindo a identidade nacional norte-americana. Atualmente, a crença de que os norte-americanos são “o povo escolhido por Deus” é sustentada através do que Bellah, sociólogo comunitarista e professor da Universidade da Califórnia, nomeia de “religião civil”. Também desenvolvendo a noção de “religião civil”, Samuel Huntington, economista conservador estadunidense, argumenta que esta concepção “permite aos norte-americanos associar secularismo político e religiosidade social, juntar Deus e pátria, de maneira a “conferir santidade religiosa ao patriotismo e legitimidade nacionalista às crenças religiosas e, dessa forma, transformar lealdades porventura em conflito em uma lealdade única a um país religiosamente favorecido” (HUNTINGTON, 2004, p. 68 *apud* FONSECA, 2007, p. 155). Tanto para Bellah (1988) como para Huntington (2004), apesar das diferenças profundas na abordagem teórica de ambos os autores, esta religião civil é um aspecto positivo da cultura norte-americana.

Lipset (2000, p. 381) avalia o excepcionalismo como uma característica que apresenta dois lados distintos: pode impulsionar uma ordem social que combina liberdade com igualdade de oportunidades e autogoverno, mas que, associada à diminuição do associativismo e do compromisso cívico, acaba por gerar, segundo o autor, uma decadência moral. O autor tem como uma das principais referências a obra de Tocqueville acerca da democracia norte-americana, o qual também evidencia, assim como Lipset em relação ao excepcionalismo, uma constante tensão ou dualidade a respeito das virtualidades da participação na democracia moderna. Isto se torna claro, em Tocqueville, através da admiração com a participação na vida pública dos norte-

americanos, que é relacionada à participação política na Antiguidade Clássica e, ao mesmo tempo, um receio com a crescente igualdade de condições que foi fornecendo sustentação para o individualismo, que, por sua vez, acaba distanciando os homens do interesse pela coisa pública.

Fazendo uso de uma quantidade relevante de dados, Robert Putnam revela, no seu clássico livro *Bowling alone: the collapse and the revival of American Community*, que a sociedade americana contemporânea tem cada vez mais desconectado seus indivíduos das estruturas sociais, tais como família, igreja ou partidos políticos. Em outras palavras, ele detectou que o capital social, que foi forte nos anos de 1960, está se tornando fraco. O autor destaca que as décadas de 50 e 60 muito dificilmente podem ser chamadas de "anos dourados", especialmente para aqueles que foram marginalizados por causa da raça, gênero, classe social ou orientação sexual. No entanto, seu foco é que o engajamento nas comunidades e o senso de compartilhamento e reciprocidade nunca foram tão intensos - como foi neste período supracitado - na história moderna dos Estados Unidos. Ele entende que o conceito de capital social se refere "às conexões entre indivíduos - redes/grupos sociais e normas de reciprocidade e confiança que surgem deles. Neste sentido, capital social está diretamente relacionada ao que pode ser chamado de 'virtude cívica' [*tradução livre*] (PUTNAM, 2000, p.19)". No entanto, ele reconhece que esta noção possui uma certa ambivalência, pois o capital social "pode acabar se tornando malevolente, com propósitos antisociais, assim como qualquer outra forma de capital [*tradução livre*] (idem, p. 22)". Estas manifestações negativas podem se expressar como sectarismo, etnocentrismo e corrupção. Mesmo que o foco de Putnam não seja demonstrar as ambivalências do capital social, esta análise é relevante para se identificar exatamente o que capital social significa. E, em grande medida, pode

se argumentar que, mesmo com valores muito díspares, tanto movimentos sociais em busca de ampliação dos direitos civis, como grupos de supremacia branca eram fortes nestas décadas devido, entre outras razões, a uma constituição social favorável ao engajamento cívico e a construção de redes e normas de reciprocidade.

Diante disto, é possível entender, em primeiro lugar, que o capital social não constitui um valor específico (mesmo que Putnam pareça usar um conceito de família e política que é tradicional e forte até o momento de capitalismo fordista) mas um mecanismo, uma maneira de se associar que está relacionada às tradições americanas. Na verdade, Putnam esclarece que "'capital social' é, em grande medida, apenas uma nova linguagem para um antigo debate nos círculos intelectuais. O conceito de comunidade sempre se opôs incessantemente ao individualismo visando à primazia em nossa hagiologia política [*tradução livre*] (idem, p.24)". Este tema é profundamente relevante para as tradições americanas e foi muito bem desenvolvido teoricamente por Tocqueville que identificou as associações como a força da democracia americana. Ele opôs a condição das pessoas que vivem em uma sociedade aristocrática com os cidadãos em uma democracia. No primeiro caso, existe um grande número de indivíduos policamente frágeis que dificilmente conseguem estabelecer uma ação política em conjunto e alguns poucos cidadãos muito ricos e poderosos que conseguem facilmente implementar grandes empreendimentos. Em uma democracia, Tocqueville examina que todos os cidadãos são independentes e fracos e, portanto, eles precisam do desejo de se unir para construir associações e, com isso, garantir que suas demandas sejam conquistadas (TOCQUEVILLE, 2014, p.132).

Quando Tocqueville analisou a democracia nos Estados Unidos ele tinha como um dos objetivos pensar a respeito do equilíbrio entre igualdade e democracia. Em seu

juízo, a igualdade (especialmente política e cultural) é garantida pelas instituições da democracia, mas a liberdade precisa ser adquirida constantemente pelo engajamento cívico. Este tipo de busca é necessário, na sua opinião, porque em uma democracia dois fatos são mais propensos a prejudicar a liberdade: primeiro é a tirania da maioria, que é quando a maioria aumenta seu poder e faz com que as minorias se subordinem a eles; em segundo é o individualismo que pode ser prejudicial quando os indivíduos estão confortáveis com a igualdade e apenas se preocupam com as suas próprias vidas e deixam as questões políticas para que apenas o governo tome conta.

Preocupado principalmente com o segundo ponto problematizado por Tocqueville, Putnam demonstra como os americanos, ao diminuírem seu vínculo nas comunidades, deram força para individualismo e para o desengajamento cívico. Seguindo uma oposição entre liberdade e individualismo ou comunidades e individualismo, Putnam mostra algumas entrevistas que foram feitas no final do século XX e que destacam que os americanos compartilham um sentido de desengajamento cívico. Em suas palavras:

Entre os *baby boomers* entrevistados em 1987, 53% pensavam que a geração de seus pais era melhor em termos de 'ser um cidadão consciente, envolvido em ajudar os outros na comunidade', enquanto apenas 21% pensavam que a própria geração era melhor. Ao todo, 77% disseram que a nação estava piorando devido ao 'menor envolvimento em atividades da comunidade'. Em 1992 três quartos da força de trabalho americana disseram que 'o colapso da comunidade' e o 'egoísmo' eram problemas 'sérios' ou 'extremamente sérios' na América. Em 1996 apenas 8% de todos os americanos disseram que 'a honestidade e a integridade do americano médio' estava melhorando, enquanto que 50% pensaram que nós estávamos nos tornando menos confiáveis. Aqueles que disseram que as pessoas se tornaram menos engajadas civicamente aumentaram muito nos dez anos seguintes em relação aqueles que pensavam que as pessoas se tornaram mais engajadas, sendo 80% e 12%, respectivamente. Em várias pesquisas de opinião de 1999 dois terços de americanos disseram que a vida cívica americana se enfraqueceu nos últimos anos, que os valores sociais e

morais eram mais fortes quando eles estavam crescendo, e que nossa sociedade estava focada mais no indivíduo do que na comunidade. Mais de 80% disseram que deveria haver mais ênfase na comunidade, mesmo que isto imponha mais demanda nos indivíduos [*tradução livre*] (PUTNAM, 2000, p.25).

A noção de que os laços formados pelas comunidades se enfraqueceram é generalizada o que faz com este tema seja bastante relevante. Na verdade, este livro de Putnam aborda, de forma convincente, que durante as últimas décadas, o engajamento nas comunidades se tornaram mais fracos, mas, antes disso, durante os anos 1960, a história estava tomando a posição oposta. Para Putnam, o objetivo mais importante seria tentar reverter este declínio das últimas décadas. Apesar de ser uma pesquisa muito ampla e séria em relação aos dados coletados, os termos de análise e os objetivos de Putnam deixam lacunas quando se busca compreender as características da crise política vivenciada nos Estados Unidos atualmente. Um exemplo disto é a forma como Putnam elabora a explicação sociológica para o decréscimo da força das comunidades. Segundo ele:

Primeiro, pressões de tempo e de dinheiro, incluindo pressões específicas de famílias de duas carreiras, contribuem imensamente para a diminuição do nosso envolvimento social e comunitário durante estes anos (...).

Segundo, suburbanização, os grandes deslocamentos diários para o trabalho gerados com a expansão das cidades também possuem um importante papel nestas transformações. (...)

Terceiro, o efeito do entretenimento eletrônico - mais importante entre todos, a televisão - na privatização do nosso tempo livre tem sido substancial. (...)

Quarto e mais importante, a mudança geracional - a substituição lenta, constante e ineutável da geração cívica pela suas menos engajadas crianças e netos - tem sido um poderoso fator (PUTNAM, 2000, p.283).

Estas consequências, apontadas por Putnam, são características contemporâneas das transformações estruturais do capitalismo, no entanto, este autor não elabora esta

perspectiva de análise mais ampla. A sua análise do decréscimo do associativismo e do capital social na sociedade norte-americana sugere como consequência uma crise de engajamento cívico, que se comparado às décadas de 50 e 60, se mostra claramente em declínio. As causas desta "crise" de enjamento cívico são mais amplas do que a apresentada pelo autor e o olhar para esta conjuntura revela mais claramente os dilemas e os avanços da sociedade norte-americana. Robert Bellah é um dos estudiosos que fazem a crítica a Robert Putnam nestes termos. Segundo Bellah *et al.* (1996), Putnam trouxe o conceito de capital social à atenção pública e o relacionou às características de organização social, tais como redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos. Nestes termos este conceito pode ter um número vasto de possíveis índices a serem considerados, mas Putnam usou mais extensivamente as filiações a associações e a confiança pública (BELLAH *et al.*, 1996).

Putnam escolheu um quadro interessante ao demonstrar que

entre 1980 e 1993 o número total de jogadores de boliche na América cresceu 10%, enquanto que a liga de boliche decresceu em 40%. Este não é um exemplo trivial: quase 80 milhões de americanos foram jogar boliche pelo menos uma vez em 1993, quase um terço a mais dos que votaram nas eleições legislativas de 1994 e quase o mesmo dos que alegaram participar da igreja regularmente [*tradução livre*] (BELLAH *et al.* 1996).

Para Putnam, pessoas jogando boliche sozinhas é um exemplo paradigmático do declínio da vida cívica. Além deste exemplo, Putnam traz à tona uma diversidade de associações e grupos que foram perdendo maciçamente seus filiados desde a década de 1970. Acompanhando o declínio do envolvimento associacional está também o declínio da confiança pública. Putnam demonstra que "a proporção dos americanos que confiavam no governo de Washington somente algumas vezes ou quase nunca

aumentou de 30% em 1966 para 75% em 1992" (idem). Bellah et al não fazem uso da noção de declínio de capital social no livro *The Habits of the Heart*. Segundo eles, o livro faz uma análise essencialmente cultural, mais preocupada com a linguagem do que com a análise do comportamento. Para eles a linguagem do individualismo possivelmente minou o engajamento cívico, mas, mais importante que isso é que há mudanças estruturais da economia global, tais como a disparidade entre ricos e pobres e a diminuição da classe média, que influenciam esta linguagem. Segundo eles, o declínio no engajamento cívico é evidente, mas diferente nas causas e efeitos entre as classes sociais. Como exemplo, entre os ricos, pode-se investigar se a diminuição da filiação em associações tem a ver com a retirada dos ricos para condomínios fechados e vigiados. No âmbito da vida cotidiana dos pobres, a precarização do trabalho e a diminuição do emprego dificultam a constituição e valorização da família, religião e outras instâncias e associações ligadas a estes valores.

Também, como Bellah et al. afirmaram, existe um risco de deslegitimar a relevância do crescente poder do mercado na vida das pessoas quando a falência das comunidades é abordada de forma estreita como a fonte dos problemas sociais norte-americanos. Mais detalhadamente:

Habits of the Heart concorda fortemente sobre as valorosas contribuições que as comunidades face-a-face e os grupos voluntários podem fazer para a sociedade. Mas nós não acreditamos que problemas estruturais profundos na sociedade podem ser seriamente aliviados com um aumento na devoção à comunidade neste sentido estreito [tradução livre] (BELLAH et al. 1996, p.7).

Depois, eles acrescentam:

As explicações para os nossos problemas sociais que tensionam e geram a falência dos valores da família ou da comunidade tem em comum a noção de que nossos problemas são individuais ou sociais somente em um sentido limitado (...) ao invés de econômico, político ou cultural. Uma característica relacionada que estas explicações comuns dos nossos problemas compartilham é a hostilidade ao papel do governo e do estado. (...)

Em contraste, o mercado, nesta mentalidade, parece benigno, um teatro neutro para a competição no qual as conquistas são recompensadas e a incompetência é punida [*tradução livre*] (BELLAH et al, 1996, p.8).

A análise de Putnam se revela como um grande diagnóstico, no entanto, indo da mesma direção que Bellah et al., seu estudo possui uma abordagem que não é capaz de perceber os problemas sociais como consequências de um processo estrutural de mudança econômica, política e cultural. Além disto, parece muito relevante, antes de tentar reverter a decadência dos laços comunitário, tentar entender como os indivíduos estão agindo dentro das comunidades e se eles realmente estão produzindo virtudes cívicas. Neste sentido, o livro de Nina Eliasoph *Avoiding Politics* revela que vários americanos voluntários, ativistas e membros de clubes de recreação tentavam fortemente demonstrar que não se importavam com a política, especialmente em situação públicas. A autora analisa esta recusa cultural durante dois anos e meio com uma grande pesquisa qualitativa e mostra como estes indivíduos se esforçavam para produzir apatia e, sempre que possível, justificavam seus vínculos nos grupos e comunidades através de interesses próprios (ELIASOPH, 1998). Este quadro social demonstra que o princípio do interesse bem compreendido, como a análise de Tocqueville já destacou, é fundamental para a melhoria da qualidade da democracia.

O princípio do interesse bem compreendido produz não grandes atos de sacrifício, mas ele sugere pequenos atos diários de abnegação. Por si só não é suficiente para fazer um homem virtuoso; mas corrige um número de pessoas através de hábitos de regularidade, temperança, moderação, previdência, auto-

comando; e se ele não levar os homens em linha reta para a virtude pela vontade, ele gradualmente os atrai nessa direção por seus hábitos (TOCQUEVILLE, 2014, p.149).

Na verdade, este princípio é muito relevante para garantir a ação política na qual pequenos atos de abnegação são necessários para produzir o "bem comum". Mesmo tendo se tornado mais complexa a busca pelo bem comum, os americanos, nas últimas décadas, desenvolveram uma sociedade com valores morais menos restritos e mais abertos aos direitos civis, mostrando que os ideais políticos de liberdade possibilitaram a transformação de determinadas virtudes cívicas. Em outras palavras, apesar de várias pesquisas demonstrando a crise de engajamento cívico, muitas delas precisas, existe ainda uma forte tradição democrática nos Estados Unidos, na qual é possível perceber a sociedade se transformando, especialmente quando se relaciona à discriminação. Alguns exemplos das mudanças na mentalidade do americano são importantes para ilustrar e argumentar sobre esta característica mencionada, que revela especificidades nas atividades políticas americanas hoje em dia. Tendo como base este princípio de interesse bem compreendido, é possível afirmar que a sociedade norte-americana avançou neste quesito quanto se investiga a diminuição da discriminação e o avanço dos direitos e liberdades, sobretudo das minorias. Esta aparente dicotomia entre diminuição do engajamento cívico e aumentos das liberdades será melhor elaborada nos itens posteriores. Por enquanto, será dada a ênfase nos dados que confirmam este avanço notório na sociedade americana.

AS PESQUISAS RECENTES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES MORAIS E DA DISCRIMINAÇÃO SOCIAL NOS EUA

Um artigo do *New York Times* divulgado em 30 de Junho de 2015 demonstrou que a discriminação contra as minorias tem decrescido nos EUA e é possível imaginar que a discriminação continuará decrescendo nos próximos anos. No entanto, existe uma categoria de questões que são imprevisíveis. Sendo mais específica, o *New York Times* dividiu:

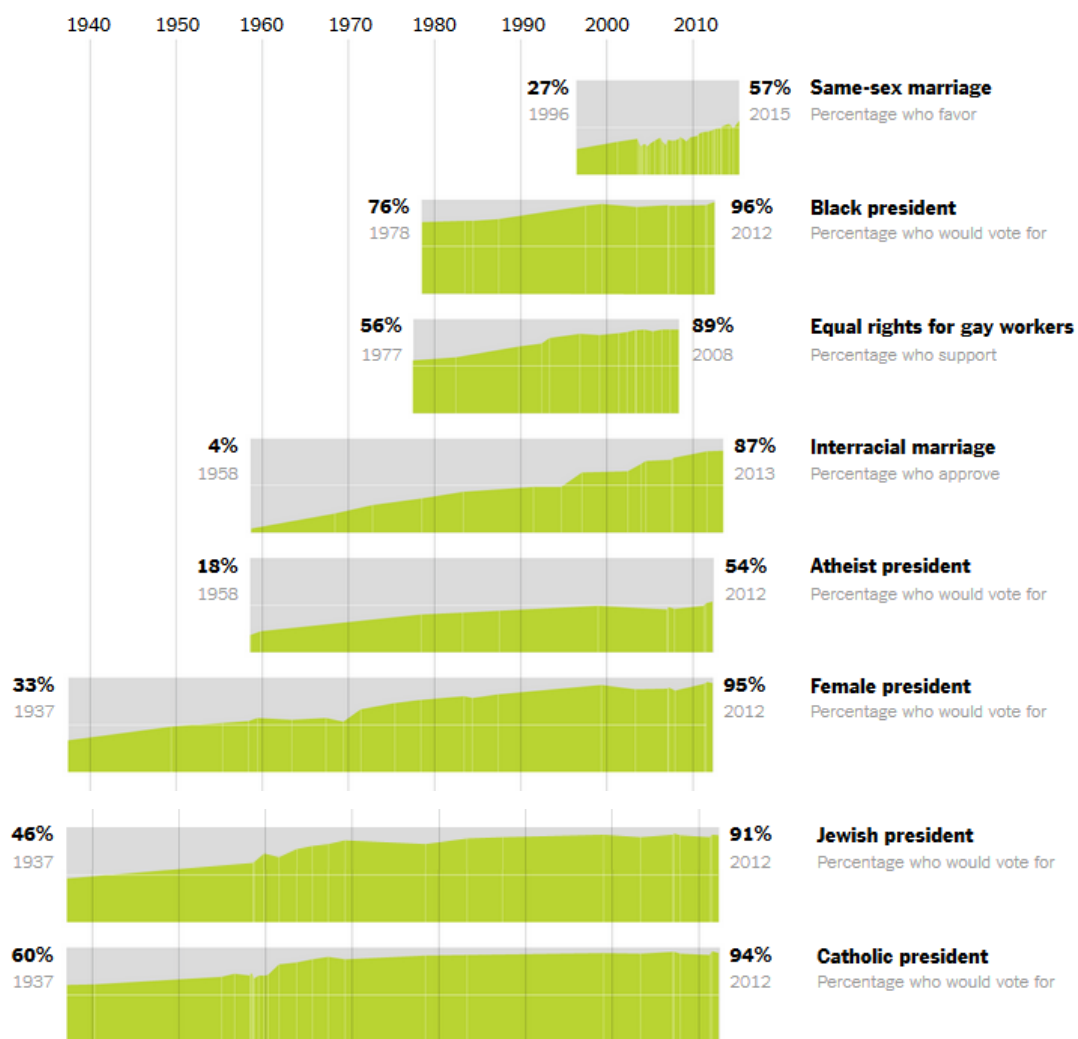
as principais questões da vida política na América em duas grandes categorias. Em uma categoria estão as questões baseadas em direitos, nas quais o futuro pode ser seguramente previsto. A outra categoria que inclui aborto, controle de armas e transformação do clima existe muito menos clareza sobre a direção da opinião pública [*tradução livre*] (LEONHARDT; PARLAPIANO, *The New York Times*, June 30, 2015).

O artigo demonstrou que estas duas categorias são muito diferentes na previsibilidade sobre como os americanos irão agir de acordo com esta questão. O jornal dá destaque à previsibilidade ou não destes temas e não se aprofunda nas causas desta divisão. De maneira resumida, pode-se dizer que as questões como aborto, leis mais restritas para o uso de armas e medidas de controle de poluição ao meio ambiente mexem profundamente com diversos hábitos tradicionais e arraigados na vida dos americanos. A questão do aborto é particularmente delicada, porque além de estar vinculada a questões religiosas, por um lado, ou a problemas de saúde pública por outro, possui também argumentos, contra e a favor, que podem estar baseados nos direitos civis - um defende os direitos do feto e o outro os direitos da mãe, respectivamente. As outras questões como controle de armas e mudança climática requerem medidas que

estão ligadas à necessidade de autolimitação, tendo em vista os hábitos do americano médio. Especificamente a defesa de leis mais restritas do controle de armas, deve-se dizer que é um tema que está gerando muito debate, sobretudo após discursos contundentes do Presidente Barack Obama. Uma pesquisa recente divulgada pela *Gallup* em 19 de Outubro de 2015 mostrou que pela primeira vez na história do país a maioria da população (51%) tem agora a inclinação para aceitar estas leis mais restritas. No entanto, este número não é estável e pode mudar de acordo com os eventos (sobretudo com a ocorrência de *rampage shootings*). Este assunto especificamente, o controle de armas, será melhor trabalhado ao longo do texto.

Ainda sobre o artigo do *New York Times*, a primeira categoria da vida política na América, estabelecida pelo jornal, destaca as profundas mudanças na discriminação de minorias como: homossexuais, negros, mulheres, judeus, ateus e católicos. O quadro abaixo mostra as mudanças na história recente dos Estados Unidos.

Polling on Social Issues



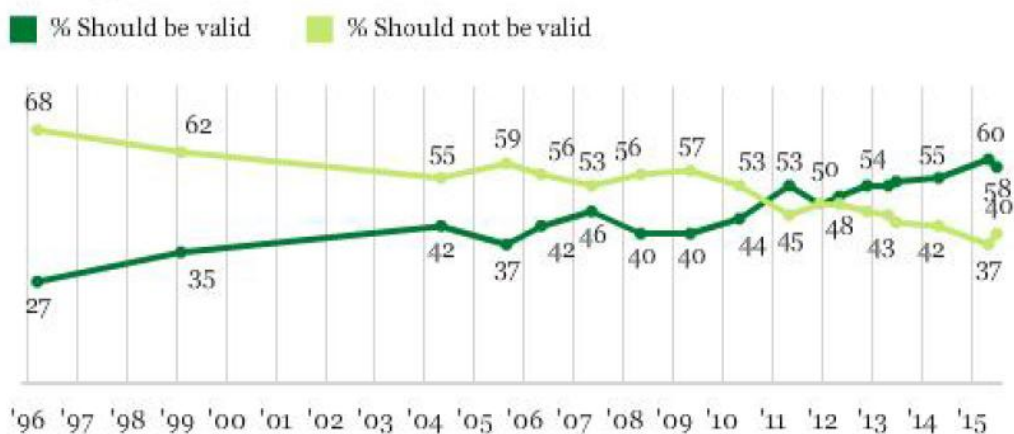
O dado mais impressionante é a evolução da aceitação do casamento gay. Uma pesquisa da *Gallup* realizada de 8 a 12 de julho de 2015, duas semanas depois da decisão da Suprema Corte de legalizar o casamento gay, mostra como os americanos se sentem em relação a esta questão e que a decisão da corte não afetou a decisão dos americanos.

No entanto, a decisão foi consistente com a opinião pública americana sobre este assunto. A aprovação dos americanos sobre este assunto tem aumento ao longo do tempo, de 27% em 1996, a primeira vez que a *Gallup* perguntou sobre isto,

para 58%, atualmente. Uma maioria consistente tem se tornado a favor desta questão desde 2011, incluindo o aumento para 60% em maio deste ano [2015]. Os dois pontos percentuais de diferença entre maio e julho não são estatisticamente relevantes (MCCARTY, *Gallup*, July 17, 2015).

No quadro abaixo é possível ver em detalhes o aumento impressionante da aprovação do casamento gay durante menos de duas décadas.

Do you think marriages between same-sex couples should or should not be recognized by the law as valid, with the same rights as traditional marriages?



Note: Trend shown for polls in which same-sex marriage question followed questions on gay/lesbian rights and relations
1996-2005 wording: "Do you think marriages between homosexuals ..."

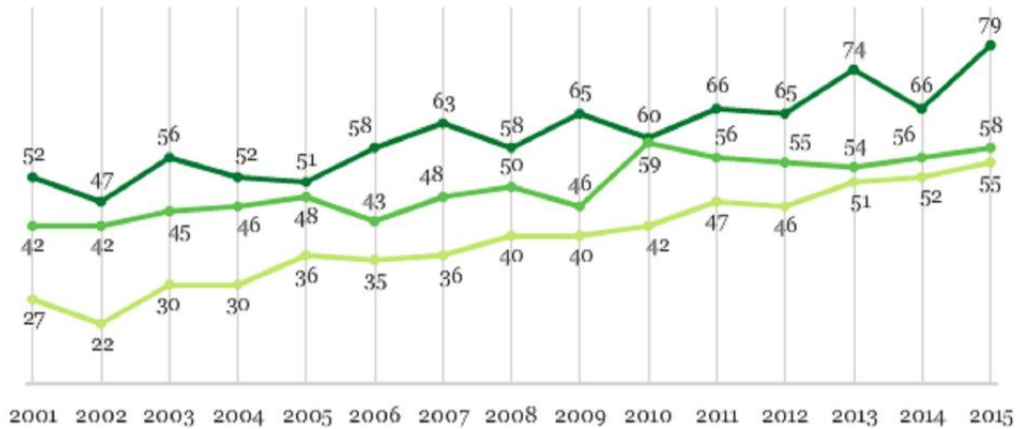
GALLUP

Outro dado importante é que este tipo de aprovação é mais provável de acontecer entre jovens, mas o aumento da aprovação de casamentos/relacionamentos gays aconteceu entre todas as idades. Na tabela abaixo, publicada pela Gallup em 8 de junho de 2015, é possível perceber que a mudança ocorreu entre todas as idades.

Perceived Moral Acceptability of Gay or Lesbian Relations[^], by Age

% Morally acceptable

■ 18 to 34 ■ 35 to 54 ■ 55 and older



[^] 2005-2008 wording: homosexual relations; 2001-2004 wording: homosexual behavior

Trend based on annual Gallup Values and Beliefs poll, conducted each May

Pode-se dizer que a aceitação social do casamento gay e das relações homossexuais tem a ver com a diminuição da discriminação de minorias, mas é possível relacioná-la também com outro processo identificado pelas recentes pesquisas da *Gallup* sobre os valores da sociedade americana, que pode ser denominada como um crescimento da aceitação moral. Segundo outra pesquisa da *Gallup*, publicada em 26 de maio de 2015, a sociedade norte-americana tem se transformado, no âmbito da aceitação moral, através de um direcionamento que foi classificado por este centro de pesquisas como de esquerda liberal. A pesquisa, cujos resultados estão dispostos na tabela abaixo, demonstra que mais americanos passaram a julgar moralmente aceitável, entre os anos de 2001 a 2015, diversas situações, tais como: relações entre gays e lésbicas, ter um filho fora do casamento, sexo entre mulheres e homens não casados, divórcio, pesquisa médica com células tronco obtidas através de embriões humanos, poligamia, clonagem humana, suicídio assistido, suicídio, apostas, aborto, clonagem de animais, comprar e vestir roupa feita de pele de animal, homem ou mulher casado/a tendo um caso

(NEWPORT, *Gallup*, May 26, 2015). Os itens "pena de morte" e "testes em animais" diminuíram a aceitação no período.

Moral Acceptability: Changes Over Time

% Morally acceptable

	2001	2015	Change
	%	%	(pct. pts.)
Gay or lesbian relations	40	63	23
Having a baby outside of marriage*	45	61	16
Sex between an unmarried man and woman	53	68	15
Divorce	59	71	12
Medical research using stem cells obtained from human embryos*	52	64	12
Polygamy (when a married person has more than one spouse at the same time)**	7	16	9
Cloning humans	7	15	8
Doctor-assisted suicide	49	56	7
Suicide	13	19	6
Gambling**	63	67	4
Abortion	42	45	3
Cloning animals	31	34	3
Buying and wearing clothing made of animal fur	60	61	1
Married men and women having an affair	7	8	1
The death penalty	63	60	-3
Medical testing on animals	65	56	-9

Note: Sorted by change in the percentage saying each is "morally acceptable"; unless otherwise marked, issues first measured in 2001

* First measured in 2002

** First measured in 2003

GALLUP

Aquilo que Robert Putnam identificava como uma das características que geravam a diminuição do capital social, que é o crescimento do divórcio, de filhos fora do casamento, entre outras transformações de costumes que acabam gerando rupturas na família tradicional, tem a ver com uma transformação estrutural do capitalismo e da sociedade americana, que será esmiuçado no item que se seguirá a este. Por enquanto, cabe descrever a transformação valorativa na sociedade norte-americana, cujas nuances

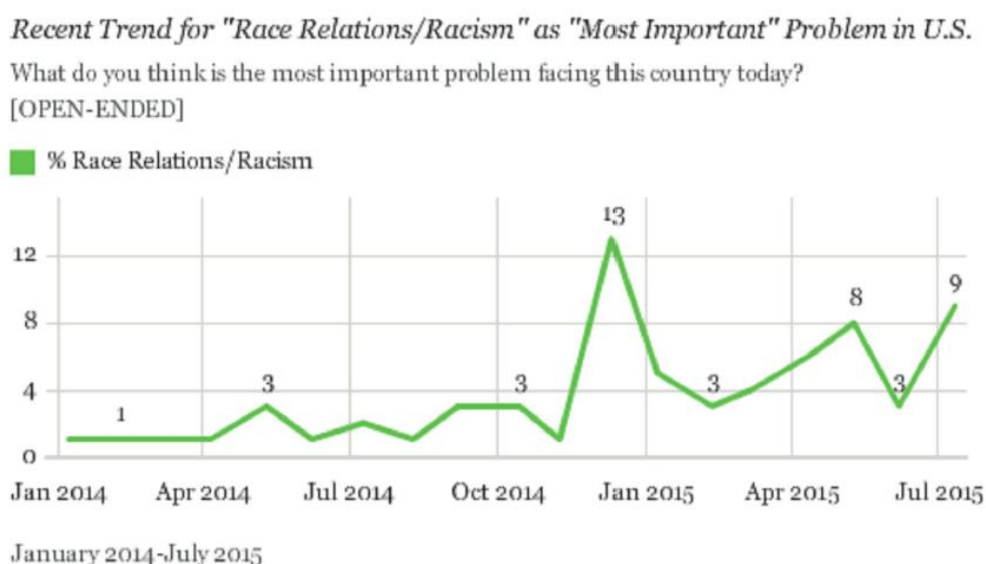
e consequências serão destacadas posteriormente. Este primeiro objetivo leva a pormenorizar dados relativos às questões raciais, que se configura uma das mais relevantes categorias na história dos Estados Unidos.

As questões raciais são ainda um tema muito relevante hoje em dia nos EUA como alguns recentes protestos mostraram, nos quais os negros conduziram em resposta ao aumento de homicídios pela polícia de negros que não estavam em posse de arma de fogo. Apesar de eventos como os que aconteceram em Ferguson, Mo., no qual em 9 de agosto de 2014 o oficial Darren Wilson matou o jovem de 18 anos, Michael Brown, e em Baltimore, é possível afirmar que as questões raciais se tornaram menos intensas - no entanto, mais complexas - nas últimas décadas. Como o Presidente Barack Obama disse, citado pelo *The New York Times*:

Em recentes declarações feitas sobre o racismo que continua a afligir o país, o Presidente Obama aludiu para esta importante pauta. 'Eu sempre falo às pessoas, jovens, em particular, não digam que nada mudou quando se fala sobre raça na América, a não que você tenha sido um homem negro que viveu nos anos 1950, 60 ou 70. Sr. Obama disse no podcast de Mare Maron. 'É incontestável que as relações raciais melhoraram significativamente durante a minha vida e a sua' [tradução livre] (LEONHARDT; PARLAPIANO, *The New York Times*, June 30, 2015).

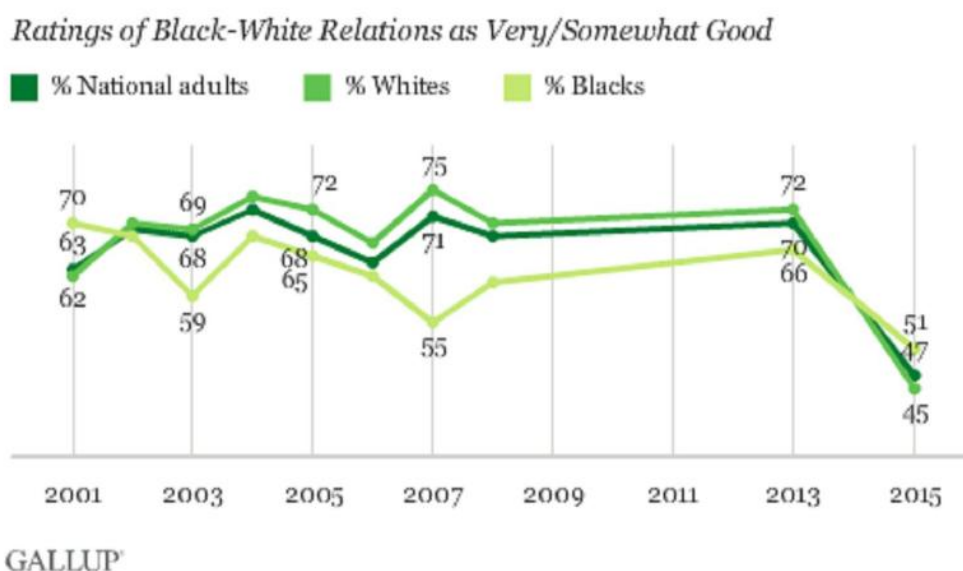
Os problemas raciais evidentemente existem e exemplos como a situação exposta em Ferguson são paradigmáticos para se compreender as especificidades contemporâneas sob as quais estão submetidos os negros americanos atualmente. Trata-se de uma situação complexa, na qual persistem certos preconceitos e tensões raciais profundamente marcados na história americana e situações inteiramente novas se misturam a estes preconceitos. Assim, cabe destacar, em primeiro lugar, porque é possível afirmar, como o Presidente Barack Obama, que as relações raciais melhoraram

e a discriminação racial diminuiu nos Estados Unidos. Os dados expostos a seguir, todos publicados em pesquisas feitas pela *Gallup*, demonstram que a sociedade americana como um todo - negros, brancos e hispânicos - tende a se solidarizar com os negros tragicamente assassinados em abordagens policiais e a se preocuparem com a qualidade do trabalho policial. Em pesquisa publicada em 16 de Julho de 2015, é possível notar um aumento expressivo da noção de que o racismo se constitui como o mais importante problema nos Estados Unidos pela opinião pública. Ainda que exista esta tendência, esta opinião não se consolida na maioria da população, sendo o maior índice 13% no fim de novembro e começo de dezembro. Neste sentido, vale acrescentar que em 24 de novembro o promotor do condado de St. Luis decidiu não indiciar o oficial Daren Wilson pela morte do jovem Michael Brown, de 18 anos, gerando mais um série de manifestações por parte dos negros em Ferguson. A tabela abaixo, portanto, demonstra que o tema do racismo como um problema social ganha notoriedade diante de situações como as que ocorreram em Ferguson (RIFFKIN, *Gallup*, July 16, 2015).



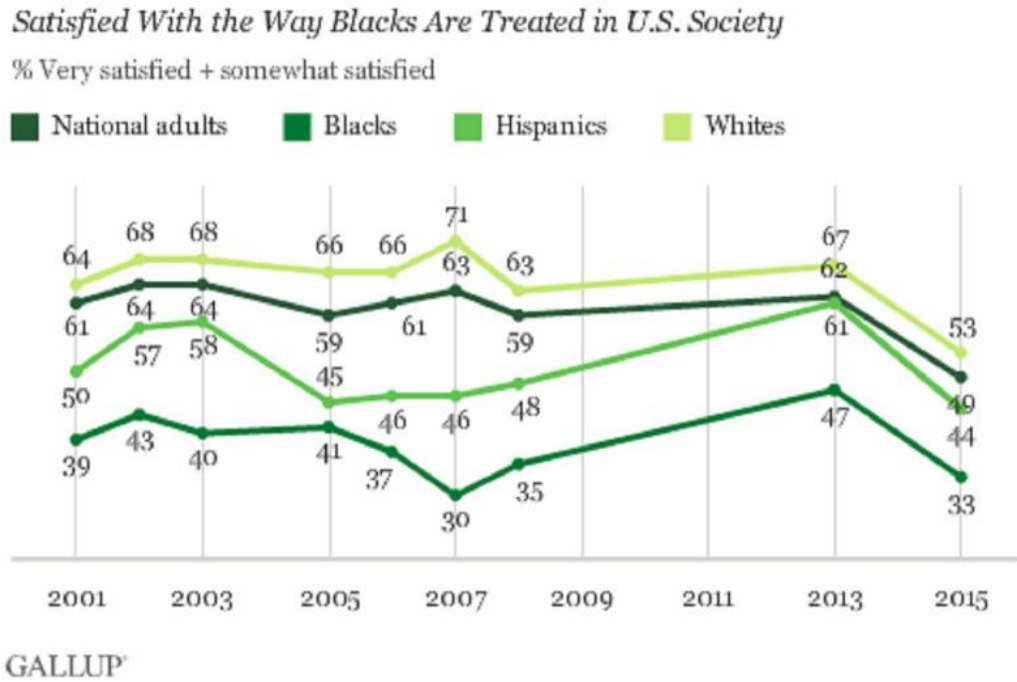
Outro dado que reforça a noção de que os americanos como um todo estão atentos aos problemas expostos pelas manifestações como as que aconteceram em

Ferguson e Baltimore é o fato de que uma grande porcentagem, em torno de 20%, tanto de brancos como de negros passou a perceber as relações entre negros e brancos se deteriorarem. A tabela abaixo também deixa claro que até 2013 a porcentagem de negros e brancos que avaliam as relações entre ambos como "muito e razoavelmente boa" é grande (JONES, *Gallup*, August 6, 2015).



Estes dados, no entanto, não indicam somente e necessariamente que as relações entre cidadãos brancos e negros realmente se deterioraram no cotidiano nos últimos dois anos. O que estes dados parecem indicar além desta primeira impressão, se somados com as pesquisas expostas a seguir, é que há o crescimento da comoção diante de fatos como os que ocorreram em Ferguson. A pesquisa a seguir, publicada pela *Gallup* em 4 de agosto de 2015, demonstra que a satisfação com a maneira como os negros são tratados nos Estados Unidos diminui na sociedade em geral de 2013 a 2015, ainda que

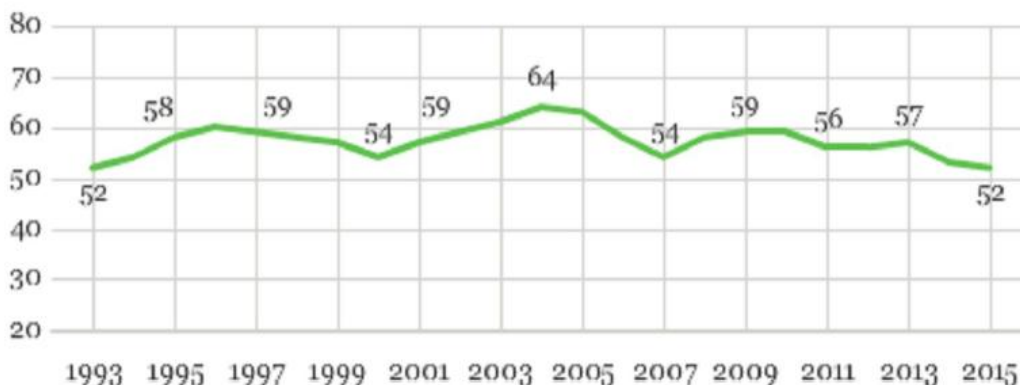
esta satisfação seja comumente muito maior entre brancos e hispânicos do que entre os negros (JONES, *Gallup*, August 4, 2015).



Esta insatisfação também gerou uma diminuição na confiança na polícia, sendo que o índice que expressa esta confiança o menor em 22 anos, como demonstra a tabela a seguir divulgada em pesquisa da Gallup de 19 de junho de 2015 (JONES, *Gallup*, June 19, 2015).

Americans' Confidence in the Police

Figures are percentage with "a great deal"/"quite a lot" of confidence

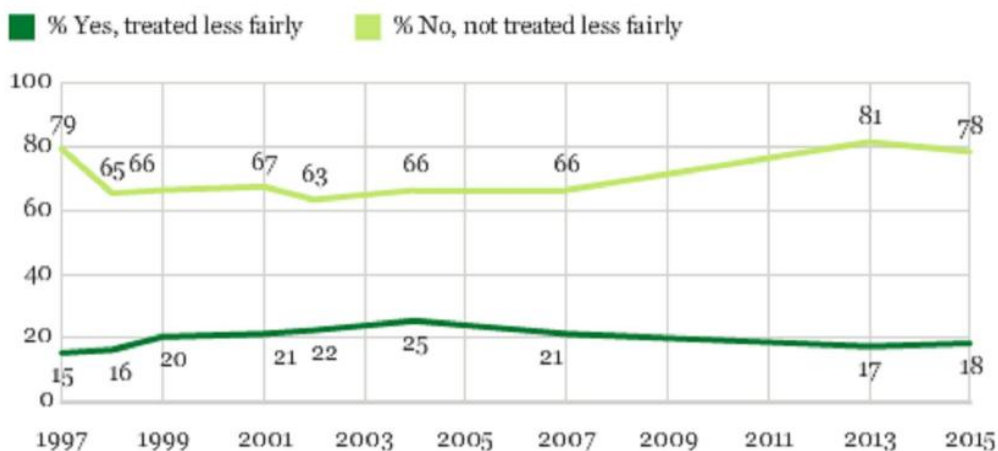


GALLUP®

E, por fim, um dado impressionante é que, apesar de os Estados Unidos possuírem maior número de encarceramentos do mundo e os negros constituírem-se como maioria entre os presos, eles, segundo pesquisa da *Gallup* de 3 de agosto de 2015, em sua grande maioria, não se sentem tratados de maneira menos justa pela polícia (NEWPORT, *Gallup*, August 3, 2015).

Can you think of any occasion in the last 30 days when you felt you were treated unfairly in the following places because you were black? How about in dealings with the police, such as traffic incidents?

Among U.S. blacks



GALLUP®

Ainda sobre esta pesquisa, um dado a ser levado em consideração é o fato de os negros se sentirem tratados mais injustamente quando vão às compras do que quando são abordados pela polícia. O quadro a seguir detalha este dado e demonstra como se sentem os negros em outras situações cotidianas.

Can you think of any occasion in the last 30 days when you felt you were treated unfairly in the following places because you were black?

Asked of black respondents -- % treated unfairly

	1997	2013	2015*
	%	%	%
In a store where you were shopping	30	24	24
At a restaurant, bar, theater or other entertainment place	21	16	20
At your place of work	21	15	18
In dealings with the police, such as traffic incidents	15	17	18
While getting healthcare for yourself or a family member	--	9	12

*June 15-July 10, 2015

GALLUP

Mesmo sendo minoria não é uma quantidade desprezível de negros que se sentem tratados de maneira injusta. E como interpretar que os negros se sentem mais discriminados enquanto compram? Na busca por uma resposta se poderia dizer que apesar de menos discriminatória, mais aberta, livre e dinâmica, a sociedade norte-americana se tornou também mais desigual, consumista e ultra-individualista e que seus dilemas contemporâneos, inclusive raciais, estão completamente conectados a esta transformação.

Este conjunto de dados é importante para se ressaltar a complexidade da sociedade norte-americana: por um lado, eles revelam que a discriminação diminuiu e que

a sociedade torna-se mais liberal, seja no âmbito moral, seja no sentido de garantir, cada vez mais, a liberdade entre todos indivíduos, valorizando, ao mesmo tempo, sua pluralidade. Eles também fornecem uma dimensão bastante relevante da sociedade norte-americana que é uma espécie de dualidade ou ambiguidade da cultura: por um lado uma valorização arraigada da democracia, da liberdade e do engajamento da sociedade civil e, por outro, uma também arraigada intolerância e violência, que apresenta atualmente suas consequências contemporâneas. Diante dos dados apresentados acima e do debate sobre excepcionalismo feita no item anterior, várias perguntas surgem e vários elementos precisam ser destacados: grande parte dos americanos se preocupam com o bom funcionamento de suas instituições, entre elas, a polícia; os dados indicam que a discriminação diminuiu, mas, então, a pergunta sobre como compreender fenômenos como ocorridos em Ferguson continua; ainda, se a sociedade avançou tornando-se menos discriminatória e mais moralmente aberta, como entender o fenômeno crescente dos *rampage shootings* como um problema da política (e não simplesmente como um problema de controle de armas e de melhor assimilação de doenças psiquiátricas, ainda que estes temas sejam inequivocadamente relevantes).

As características específicas do racismo e de outros tipos de discriminação nos Estados Unidos hoje precisam ser compreendidos diante dos dados apresentados, mas à luz da história norte-americana e de uma base teórica adequada. Pretende-se, ao longo deste capítulo, traçar o caminho histórico que demonstra os diversos avanços que o liberalismo norte-americano trouxe, mas também seus limites. Poderia se dizer que problemas como os vistos em Ferguson e Baltimore são resultado do desregramento do capital social que aparece também na dificuldade de articulação dos movimentos negros atualmente, mas argumenta-se, através de algumas transformações específicas da

sociedade norte-americana, que serão melhor esmiuçadas futuramente neste texto, que este processo está mais associado às transformações estruturais do capitalismo. O foco no decréscimo do capital social, além de abdicar desta visão mais ampla também deixa de ressaltar alguns avanços da sociedade norte-americana nos últimos anos, ainda que se possa perceber, como será abordado no final deste capítulo, que a esquerda liberal americana, ao tratar de maneira muito fragmentada da ampliação dos direitos das minorias acabou por ressaltar mais um individualismo competitivo que se constitui como um grande obstáculo para pautas que visem o bem comum e para o debate mais valorativo e substantivo da sociedade norte-americana, necessário neste momento de crise da política.

Cabe, por enquanto, resumir que neste processo de decréscimo do capital social, a sociedade norte-americana também se transformou positivamente tornando-se mais aberta, democrática e livre. Muito em função da força dos movimentos sociais, que, em alguns casos, como do movimento de Martin Luther King, renovou os princípios fundadores dos Estados Unidos através da explosão clara dos conflitos sociais que envolviam os negros na sociedade norte-americana e de reivindicações focadas na ampliação dos direitos civis. Os resultados destes movimentos como o de Martin Luther King trouxeram não apenas benefícios a vida civil dos negros, mas ressignificou toda a sociedade nacional. Cabe compreender, então, de maneira esmiuçada, através de uma base histórica, como a sociedade norte-americana se transformou de forma estrutural e em seus valores liberais, gerando mudanças na socialização e na vida das minorias.

O caminho a ser traçado para tentar respondê-las, ou melhor, encontrar pistas que sugere uma compreensão sociológica mais profunda sobre os problemas que

envolvem discursos de ódio e violência de ódio difusa, tanto infra como metapolítica, é sobretudo histórico e teórico, além de ser fundamental trazer informações sobre casos que podem ser considerados paradigmáticos.

O CONTEÚDO DA CIDADANIA NORTEAMERICANA: A INFLUÊNCIA PURITANA E A INTOLERÂNCIA ARRAIGADA

Com um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos, Angela Randolpho Paiva tem o objetivo de demonstrar como as esferas religiosas predominantes em ambos os países transformaram as formas de atuação dos fiéis na sociedade mais ampla e na formação da cidadania. Entre as diversas diferenças entre ambos os países demonstradas pela autora, cabe, a princípio, destacar que "o processo de pertencimento social via comunidade religiosa ficou mais evidente nos Estados Unidos e vai ser um elemento dos mais diferenciadores na relação entre as esferas religiosa e social" (PAIVA, 2003, p.54). Segundo a autora, as grandes transformações na religião e na esfera social daquele país geraram uma via de mão dupla, produzindo uma série de peculiaridades na sociedade e nas instituições norte-americanas. O conjunto de transformações que geram a forma americana do republicanismo, associado ao forte espírito capitalista, é conduzido pelos traços específicos do puritanismo norte-americano, quais sejam: "a visão ascética, o sentido de predestinação, a responsabilidade por sua salvação com seu individualismo religioso" (idem, p.55). Assim, na esfera religiosa, pode-se dizer que estas transformações fizeram com que o calvinismo evoluísse para o "americanismo", ao passo que momentos historicamente decisivos como a Revolução Americana e a

Guerra Civil coincidiram com grandes momentos transformadores na religião: o "Grande Despertar" (*Great Awakening*) e o "Segundo Despertar" (*Second Awakening*).

O primeiro momento, o "Grande Despertar", aconteceu em meados do século XVIII, simultaneamente nos Estados Unidos e Inglaterra. Foi iniciado por uma onda revivalista dos *Quakers* e passa a "re-enfatizar a igualdade espiritual da ética protestante, mas desta vez para brancos e negros" (PAIVA, 2003, p. 56). Há, neste movimento, uma assimilação do Iluminismo Inglês, que reforça e atualiza a tradição racionalista e humanista dos puritanos. Esta atualização se dá principalmente pelo prevaletimento da responsabilidade moral pessoal, o que leva à noção de que a experiência e a atuação na esfera social passam a ser condição para a prática religiosa e da crença na benevolência do criador, que permite com que o fiel se redima dos seus pecados e, em consequência, possa buscar sua redenção através da participação pessoal. As denominações preponderantes do "Grande Despertar", a Igreja Batista, a Metodista e a Presbiteriana, apoiam os revoltosos da Independência e saem fortalecidas com a Revolução Americana, ganhando um grande número de adeptos. Nesta via de mão dupla, com a confecção da Constituição Americana, a construção da esfera pública vai assumir contornos próprios, assim como a ética protestante vai se distanciando do primado calvinista e assumindo contornos do que pode ser chamado de "americanismo". Este processo também gera uma multiplicação de seitas que evidenciam uma modernização da esfera religiosa, assim como o processo de secularização da esfera social (PAIVA, 2003, pp.56-58).

O "Segundo Grande Despertar" fica mais evidente a partir de 1820, quando se começava a estabelecer um momento de profunda tensão social na esfera política que

levou à Guerra Civil (1961-1965). Este *revival* produz quatro mudanças fundamentais para a prática religiosa protestante americana:

Há uma ampliação da participação e do controle do leigo nas diversas denominações; passa a haver um espírito de convivência mais maduro entre as denominações; as preocupações éticas substituem as dogmáticas na pregação evangélica; e, finalmente, predomina a visão de Deus como o bom pastor (PAIVA, 2003, p.59).

Como consequência social mais ampla, os fiéis acabam por constituir uma reedição da ideia de fazer dos EUA um país cristão, o que passa a significar a busca pelo fim dos males da nação, quais sejam: a pobreza, a opressão sofrida pelas mulheres, e, sobretudo a escravidão. De certa forma, o "Segundo Despertar" vai tratar de questões não resolvidas na Revolução Americana, naquele momento adiadas pela busca de unidade nacional, ainda que na Declaração da Independência houvesse um ideário nacional que encontrava incongruências com a escravidão. Assim também, com exceção dos *Quakers*, nenhuma igreja protestante era abolicionista. No movimento contrário, algumas igrejas sulistas eram escravistas. Em nome da unidade entre as Igrejas, a rejeição à escravidão foi adiada algumas décadas, "e a condenação inicial seria mantida apenas em comunicados formais no início do século XIX" (PAIVA, 2003, p.75).

Desta forma, os *Quakers* foram os primeiros a divulgar um discurso antiescravista e o associava diretamente com a tradição puritana, compreendendo a "escravidão como um pecado a ser eliminado para que a nação como um todo pudesse alcançar a redenção" (idem, p.78). Mesmo não sendo um processo fácil, já que estava em jogo a sobrevivência de várias denominações e a unidade entre elas, as outras igrejas começaram, a princípio timidamente, e posteriormente com mais força, a adotar este

discurso e não aceitar donos de escravos nas congregações. Outro ponto importante a ser acrescentado neste processo é que o Norte apresentava um padrão distinto nas relações sociais e econômicas, o que significa dizer que a Guerra representava uma secessão política e religiosa. Ainda, a Guerra Civil destacou o fato de que os abolicionistas "representavam a consciência igualitária da sociedade competitiva liberal democrática do Norte" (FREDRIKSON *apud* PAIVA, 2003, p.77).

Nesta mesma direção, Barrington Moore (1975) também destaca a Guerra Civil como consequência de uma luta por hegemonia de uma visão de mundo, sobretudo para o Norte. Segundo ele, naquele momento o país estava dividido em três tipos de economia: o sul com a cultura do algodão, o oeste com uma sociedade predominantemente constituída de agricultores livres e, por fim, o nordeste em rápido processo de industrialização. A exportação do algodão foi a causa mais importante, até 1830, para o desenvolvimento da indústria no nordeste dos Estados Unidos. Segundo Barrington Moore (1975), a escravidão não era uma excrescência para o capitalismo industrial, mas uma ameaça às concepções burguesas de liberdade expressas na Revolução Americana. Ou seja, as questões morais surgiram diante das diferenças econômicas e a Guerra Civil se configurou como uma disputa por hegemonia para o Nordeste, que via como uma ameaça a expansão deste modelo econômico baseado na escravidão em áreas parcialmente colonizadas.

Tendo como objetivo principal compreender de modo abrangente a cidadania no Brasil, sobretudo a partir da redemocratização em 1988, James Holston (2013), professor da Universidade da Califórnia, fornece uma pequena síntese da construção da cidadania norte-americana, na qual demonstra que, apesar dos ideais fundacionais de igualdade e de indivisibilidade, foram necessários mais de 100 anos de luta para que

fosse garantida, para os norte-americanos, a cidadania inclusiva. Isto gerou duas consequências importantes: a violência, sobretudo contra os negros, e, ao mesmo tempo, uma marca na cultura de luta por direitos a partir de um ideal de igualdade. Em relação à violência, sobretudo contra negros, é possível dizer que suas marcas são ainda muito evidentes atualmente, considerando-se que as periferias norte-americanas são principalmente habitadas pelos negros - os guetos afro-norte-americanos, como chama Wacquant (2001) - e que as estatísticas de crimes de ódio, compiladas pelo FBI de 1996 a 2011, apontam que os crimes contra negros são os mais cometidos durante o período citado em comparação a todos os outros tipos de crime de ódio (ver tabelas em anexo).

A outra consequência, que surge em decorrência do fato de que há, durante toda a história norte-americana, a luta por direitos fundamentada nos ideais de igualdade e indivisibilidade, se constitui em uma propensão maior para constituir um conflito social baseado em ação política. A partir desta suposição, violência de ódio difusa nos Estados Unidos apresenta suas características infrapolíticas também através dos crimes de ódio, mas estes não fazem parte de um dilema social – tal como se constitui a violência metapolítica – e sim de um problema social que é, em geral, abordado de uma forma politizada. A violência de ódio infrapolítica que se constitui principalmente através de preconceitos historicamente construídos nos Estados Unidos parece ser definida e percebida como uma problemática há algumas décadas, seja pelos movimentos sociais, seja pelos cidadãos em geral, seja pelas autoridades. Conforme indicam as informações retiradas do site do FBI, desde o momento após a 1ª Guerra Mundial há investigações sobre crimes de ódio praticados pela Ku Klux Klan, no entanto, o termo *hate crimes* apenas foi estabelecido na década de 1980, a partir de uma onda de crimes motivados por preconceito e executados por skinheads. Abaixo encontra-se a transcrição de um

trecho do texto exposto no site do FBI que introduz os relatórios e estatísticas de crimes de ódio cometidos nos EUA entre 1996 e 2011:

Crimes de ódio e preconceito - desde linchamentos a incêndios e vandalismo a sinagogas - são um triste fato na história americana, mas o termo 'crime de ódio' [*hate crime*] não entrou no vocabulário da nação até os anos 1980, quando emergiram grupos de ódio como os Skinheads que lançaram uma onda de crimes relacionados a preconceitos [*tradução livre*] (FBI⁹).

No entanto, nos dados coletados a partir dos relatórios do FBI é possível perceber que, no triênio 2009-2011, há uma redução bastante expressiva (entre 15% e 20%) dos crimes (*offences*) em geral, em comparação com o período anterior, de 1996 até 2008. Merece destaque o ano de 2001, no qual as ocorrências de crimes de ódio aumentaram de 9430 para 11451, concentrando-se principalmente no preconceito contra religião, em especial a islâmica (mais detalhadamente, foram 33 ocorrências em 2000 e 546 em 2001), e no preconceito contra outras nacionalidades/etnias, cujas ocorrências, em 2000, resultaram em 429 casos, enquanto que em 2001 foram para 1752. Os outros crimes de ódio mantiveram aproximadamente a mesma porcentagem em relação ao número total na comparação entre 2000 e 2001.

Mais importante que esta redução recente no número de crimes de ódio é o fato de que, em resposta à violência motivada por preconceito contra raça, gênero, etnia, religião, orientação sexual, consolidou-se uma tradição forte de movimentos sociais, assim como de luta por igualdade, que foi capaz de estabelecer um debate público intenso que gera campanhas, políticas públicas de educação, assistência às vítimas, entre outros. Estes debates geram a percepção e a definição destes crimes como uma problemática social. Este argumento é também defendido por Valerie Jenness (1995),

⁹ http://www.fbi.gov/about-us/investigate/civilrights/hate_crimes

pesquisadora da *Washington State University*, que publicou um artigo sobre o crescimento dos movimentos sociais e a violência contra gays e lésbicas. Segundo a autora, o alto grau de organização das comunidades de gays e lésbicas nos Estados Unidos como um todo foi fundamental para chamar a atenção de uma grande variedade de fóruns, de editoriais de importantes jornais, assim como de autoridades do Congresso, que forneceram recursos para uma política educacional em campi universitários, e mais importante, provocou um debate público bastante politizado e um ímpeto para uma reforma de políticas públicas (JENNES, 1995, p.149). Assim, em 1990 o Presidente George Bush assinou uma lei que garantia a produção de estatísticas para os crimes de ódio, incluindo a orientação sexual como motivação. Juntamente com esta lei, Bush anunciou a criação de uma linha telefônica nacional gratuita para a denúncia de crimes de ódio. Segundo a autora, “na última década [1990] vários oficiais federais, estaduais, dos condados e municípios patrocinaram a nova legislação no esforço de controlar os crimes de ódio, incluindo aqueles motivados por preconceito contra gays e lésbicas” [*tradução livre*] (idem).

Neste sentido, através das análises dos relatórios do FBI, assim como de análises acadêmicas sobre crimes de ódio verifica-se que há um combate eficaz a este tipo de violência, assim como a produção de um debate politizado. Diante desta análise, a tensão e os motins que aconteceram em Ferguson se tornam ainda mais intrigantes e, devido a isto, paradigmático das tensões raciais vividas atualmente nos EUA. Neste sentido, este fato ocorrido em agosto de 2014 fez com que muitos o interpretassem como evidência do retorno das tensões raciais americanas. Em Ferguson, Missouri, Michael Brown, um jovem negro de 18 anos comprovadamente desarmado foi assassinado a tiros por um policial branco, o que gerou uma série de protestos violentos

por parte da população negra, que é maioria nesta cidade que compõe a região metropolitana do de St. Louis. A compreensão destes eventos, que se configuraram de importância nacional, dada a insistência na ocorrência dos protestos, o toque de recolher imposto pelo município e os repetidos discursos do presidente Obama pedindo calma à população, é importante para compreender sutilezas das tensões raciais norte-americanas e a resistência social intensa que os negros expressam, e também porque a pesquisa sobre Ferguson suscitou questões importantes a serem tratadas nesta pesquisa.

A história das relações raciais na região metropolitana de St. Louis nos últimos 100 anos é um exemplo bastante claro do que foi a segregação racial nos Estados Unidos. Até 1948, a cidade preservou a segregação através de convênios raciais de propriedade. O Estado do Missouri, apesar de não se localizar geograficamente no sul dos EUA, culturalmente está mais ligado ao sul segregacionista. Uma das evidências disto é que, durante décadas, o Estado atraiu muitos dos racistas mais combatentes do país, incluindo neonazistas e remanescentes da Ku Klux Klan (KKK), que perdeu muito do seu poder nas últimas décadas. Com a nova onda de direitos pós-civis, estas manifestações declaradamente racistas, que incentivam a violência, perderam influência, mas deixaram seu legado em algumas instâncias. Um exemplo disto é o "Conselho de Cidadãos Conservadores" (CCC), com sede em St. Louis, que representa a "resistência branca" e tem raízes históricas nos chamados conselhos cidadãos, criados na década de 1950 como um complemento "respeitável" da KKK. O CCC reivindica, atualmente, a condição de único grupo ativista "sério" em todo o país que defende os "direitos dos brancos" e exalta as virtudes do jeito de viver do sul. Diversas pessoas influentes possuem ligações com o CCC, entre elas, autores importantes, âncoras de talk-show e senadores, sendo o mais expressivo de todos, John Ashcroft, ex-procurador

geral dos EUA no governo de George W. Bush, de 2001 a 2005, e ex- governador do Missouri, entre 1985 e 1993. Seu governo ficou marcado pelo aumento expressivo da população carcerária e, evidentemente, atingiu os imigrantes latinos e os negros.

Este quadro de intolerância arraigada, que apesar de ter perdido muita força nas décadas, deve ser somada com o fato de que a região metropolitana de St. Louis perdeu, nesta última grande crise (2008), duas montadoras Chrysler, bem como uma fábrica de montagem da Ford, entre outras perdas na economia relacionadas à indústria. O desemprego e o trabalho assalariado fragmentado, combinados com a fragilidade das políticas públicas, amontoaram a população negra em um anel de subúrbios, nos quais as escolas e os governos locais prosseguiram sendo geridos por funcionários brancos mal remunerados. Fatos estes que só geram mais tensões raciais. Ferguson é parte do subúrbio de St. Louis, que era predominantemente ocupado por uma população branca até os anos 1970, tendo sido transformado gradualmente e passando a ser povoado principalmente pela população negra (LAHUERTA; SILVA, *Estadão Noite*, 26 de agosto de 2014).

Percebe-se, com este fato paradigmático ocorrido em Ferguson, as características contemporâneas dos problemas raciais nos Estados Unidos. Como afirmado anteriormente, é possível concluir que a discriminação no EUA diminuiu; no entanto, os problemas relacionados a ela possivelmente tornaram-se mais complexos, combinando-se com outros dilemas contemporâneos inerentes a uma sociedade ultraindividualista e desigual. Neste sentido, é peculiar e bastante evidente a importância de temas relacionados à discriminação nos EUA quando se observa a campanha das primárias do partido democrata nos EUA em 2008, nas quais Hillary Clinton e Barack Obama disputaram a vaga para presidenciável do partido supracitado. O fato de uma mulher e

um homem negro disputarem o mais importante cargo político no país não é algo singelo. Ambos os candidatos, assim como a grande maioria do partido democrata naquele momento, expressavam a visão de que a sociedade norte-americana estava voltada para a direção certa, rumo à superação do racismo e do machismo, ainda que se tivesse uma enorme distância a percorrer. No entanto, esta é uma visão muito restrita, que deixa de perceber os grandes dilemas que ecoam constantemente na sociedade americana atualmente e que estão diretamente relacionados às formas de violência delimitadas neste trabalho. Assim, deve-se dizer que “os Estados Unidos são atualmente uma sociedade menos discriminatória do que antes do movimento pelos direitos civis e do surgimento do feminismo, mas não é uma sociedade mais justa, aberta e igualitária (BENN, *Piauí*, ed.26, Novembro de 2008)”. Ao contrário, os Estados Unidos têm se tornado mais desigual e injusto, afetando, principalmente, os mais pobres, os negros e outras minorias. Vale acrescentar também que este ambiente mais injusto e desigual reforça o isolamento e a competição predatória entre os indivíduos, alcançando a todos, ainda de forma diferenciada.

Para compreender as consequências sociais desta visão simplificada, defendida maciçamente pelo partido democrata atualmente¹⁰, sobre os dilemas relacionados à discriminação, vale reproduzir um trecho do artigo de Benn, publicado pela revista *Piauí*:

É por isso que as vitórias (embora parciais) sobre o racismo e machismo representadas pelas campanhas de Obama e Hillary Clinton não são vitórias sobre o neoliberalismo, e sim do neoliberalismo: vitórias de um compromisso com a justiça que não faz nenhuma crítica à desigualdade, desde que seus beneficiários sejam racial e sexualmente diversificados. Esse é o significado das

¹⁰ A importância adquirida nas últimas primárias (2015-2016) por Bernie Sanders revelou a necessidade do partido democrata se atualizar e esmiuçar os problemas relacionados à desigualdade social.

estatísticas mostrando o quanto as mulheres ganham menos que os homens, ou os negros menos que os brancos. Não é que as estatísticas sejam falsas, mas tornar esses indicadores os alvos privilegiados implica pensar que, se mais mulheres ganhassem tanto quanto os homens ricos, ou se os negros fossem tão bem remunerados como os brancos, os Estados Unidos estariam mais perto de ser uma sociedade justa.

(...)

No entanto, nos últimos vinte anos, é nisso que o Partido Democrata vem pedindo que acreditem. A desigualdade econômica não cresceu tão rápido no governo Clinton como nos dois governos Bush, mas cresceu. Em 1992, quando Clinton foi eleito, o quinto inferior auferia 3,8%, e o quinto superior, 47% de todo o dinheiro. Em 2000, ao final de seu segundo mandato, o quinto inferior ganhava 3,6%, e o quinto superior, 50%.

(...) (BENN, *Piauí*, ed.26, Novembro de 2008).

Neste sentido, o sonho americano, uma ideia amplamente difundida e com muita força de sentido para os americanos também nos dias atuais, nunca foi tão difícil de ser realizado. O coeficiente de Gini, indicador que revela o grau de desigualdade social, sendo que 0 representa a igualdade perfeita e 1 a desigualdade perfeita, era, em 1968, de 0,386 e, em 2006, de 0,470. Além da série histórica demonstrar uma crescente desigualdade e baixa mobilidade social, o índice dos EUA revela-se aviltante se comparado com outros países ricos no mesmo ano, tais como o da Alemanha, 0,283 e o da França, 0,327. Deste modo, é importante resgatar as raízes históricas que geram este processo social de degradação da igualdade social nos EUA e também o que se pode denominar de crise da política, para compreender mais profundamente de que forma estes fatos históricos se relacionam com as particularidades dos dilemas sociais contemporâneos atrelados à violência neste país.

O NEOLIBERALISMO, O ESTADO PENAL E AS TRANSFORMAÇÕES NA VIOLÊNCIA

A descrição do neoliberalismo através dos objetivos e princípios expostos na sua gênese pode ser sintetizado da seguinte forma:

em primeiro lugar, é uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livres comércio" (HARVEY, 2005, p.12).

Segundo David Harvey, seja voluntariamente ou em resposta a pressões coercitivas, a grande maioria dos Estados adotaram medidas neoliberais desde o anos 1970. Este processo de neoliberalização transforma estruturas institucionais, políticas públicas, o trabalho e as atividades produtivas, as relações sociais e as relações com as tecnologias e, em consequência, hábitos e costumes¹¹. No livro *O Neoliberalismo: história e implicações*, Harvey trabalha não somente com a análise das consequências sociais deste modelo econômico, mas também com um tema pouco enfatizado que é a "história político econômica da origem da neoliberalização e de como ela proliferou de modo tão abrangente no cenário mundial" (HARVEY, 2005, p.14). A busca por este fio condutor, que gera mudanças globais, permite entender um pouco melhor a história contemporânea dos Estados Unidos, já que o neoliberalismo se consolida primeiramente em Nova York nos anos 1970, ao mesmo tempo em que se revela como um guia para compreender os motivos da força e da abrangência deste sistema. Em resumo, pode-se dizer que o neoliberalismo procura enquadrar todas as ações humanas no nível do

¹¹ E, mais relevante para este trabalho, transforma também a violência, como será abordado no próximo item.

mercado e constitui-se como "uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas" (HARVEY, 2005, p.13).

A teoria do neoliberalismo nasce com o filósofo político austríaco Friedrich Von Hayek e com um conjunto de economistas, filósofos e historiadores que se reuniram em torno do renomado filósofo para criar a *Mont Pelerin Society*, fundação na qual se defendia o compromisso fundamental com ideias de liberdade pessoal e os princípios de livre mercado, afastando-se de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. No entanto, a noção de Adam Smith, de que a mão invisível do mercado se constituía como melhor meio de mobilização através da ambição e do desejo de riqueza, era seguida pela fundação supracitada. A doutrina neoliberal se contrapunha, portanto, às teorias de John Keynes sobre o Estado intervencionista elaboradas como resposta à Grande depressão. Esta contraposição estava baseada principalmente na ideia de que as decisões do Estado estavam fadadas a serem equivocadas devido a alta probabilidade da tendenciosidade política. O grupo *Mont Pelerin* obteve apoio político e financeiro de indivíduos abastados, sobretudo dos Estados Unidos, que temiam os efeitos políticos, num cenário pós-guerra, de uma aliança com a união Soviética e que eram visceralmente contrários a qualquer intervenção do Estado na economia. No entanto, a influência política e a respeitabilidade acadêmica apenas foram alcançadas por este grupo depois dos anos de 1970, sobretudo depois que Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976, ganharam o prêmio Nobel da economia (idem, pp.29-31).

A influência política encontrada naquele momento é alcançada, principalmente, devido à crise estrutural do capitalismo do capitalismo fordista que estava, de maneira generalizada nos países de capitalismo avançado, produzindo crise fiscal,

desindustrialização e empobrecimento. Segundo Harvey, o exemplo da cidade de Nova York é paradigmático e se configurou como centro irradiador de políticas neoliberais e de uma cultura narcísica e ultraindividualista. No começo dos anos 1970, Nova York vivia uma crise urbana, na qual boa parte da "infraestrutura social da cidade sofreu prejuízo e a infraestrutura física (por exemplo, o sistema de transporte subterrâneo) e deteriorou acentuadamente por falta de investimento e até de manutenção (HARVEY, 2005, p.56). Os banqueiros de investimento usaram esta crise como oportunidade para investir na reestruturação da cidade afim de criar um clima de negócios favorável. O objetivo consistia no uso de recursos públicos, subsídios e incentivos fiscais para reconstruir a economia municipal em torno do setor de telecomunicações, de produção cultural, dos meios de comunicação assim como de empreendimentos imobiliários de classe média e restauração de bairros decadentes. Todos estes empreendimentos desempenharam um papel lucrativo, gerando uma cidade bastante dinâmica, turística e cosmopolita, onde a cidade pode se perpetuar, com uma eficaz publicidade, um aprofundamento narcisista do ego da sexualidade e da identidade. Segundo Harvey, "a administração da cidade passou a ser concebida cada vez mais como uma entidade empreendedora, em vez de social democrática ou mesmo administrativa" (HARVEY, 2005, p.57). Antes de adentrar nas diversas consequências sociais geradas por este sistema, se faz necessário compreender como se deu a consolidação do neoliberalismo em termos nacionais e como se concretizou o consenso em torno deste modo de vida.

David Harvey elabora sua explicação elegendo como início um memorando confidencial de Lewis Powell, pouco antes de ser nomeado membro da Suprema Corte por Richard Nixon, à Câmara do Comércio dos Estados Unidos em agosto de 1971. Segundo o memorando, Powell propunha a organização e planejamento em nível

nacional para que se transformasse o olhar sobre as corporações. o direito, a cultura e o indivíduo nas principais instituições: universidades, escolas, meios de comunicação, mercado editorial e cortes de justiça. A influência direta deste memorando nas ações futuras do governo e na ampliação da base da Câmara do Comércio não pode ser demonstrada, mas o fato é que a

Câmara do Comércio depois disso ampliou sua base de 60 mil empresas em 1972 para mais de um quarto de milhão dez anos mais tarde. Associada à *National Association of Manufacturers* [...], a Câmara reuniu um imenso conjunto de recursos para fazer *lobby* junto ao Congresso e promover pesquisas. A *Business Roundtable* (...), organização que reunia os CEOs 'comprometidos com a busca ativa de poder político para as corporações' foi fundada neste mesmo ano, tornando-se mais tarde a base de uma ação coletiva favorável aos negócios. As corporações envolvidas equivaliam a 'cerca de metade do PIB dos EUA' e gastavam perto de 900 milhões de dólares por ano (...) em questões políticas (HARVEY, 2005, p.53).

A ênfase deste grupo em questões políticas não surtiu efeito somente na diminuição de políticas de bem-estar e no aumento de políticas que produziam um ambiente favorável aos negócios, mas também influenciou pesquisas nas principais Universidades dos EUA, tais como Harvard e Stanford, assim como se combinou/confundiu com movimentos sociais que ressaltavam a busca por liberdades individuais e transformou profundamente os partidos Republicano e Democrata. No caso das Universidades supracitadas, as mesmas foram centros da ortodoxia neoliberal devido a generosos recursos de corporações e fundações. Segundo Harvey, "o levantamento da disseminação de ideias é sempre difícil, mas por volta de 1990 a maioria dos departamentos de economia das grandes Universidades acadêmicas [...] e das escolas de negócios foi dominada por modos neoliberais de pensamento" (HARVEY, 2005, p.64).

Os vários movimentos políticos surgidos no mundo inteiro nos anos 1960, como o movimento pela "livre expressão" em Berkeley, ou o Movimento Estudantil na França, Berlim e Bancoc, que exigiam predominantemente a liberdade de restrições parentais, educacionais, corporativas e do Estado, se destacaram como uma força política importante e contracultural da época. Além dos valores de liberdades individuais, estes movimentos também buscavam articular a noção de justiça social. No entanto, estes valores foram articulados por estes movimentos de maneira frágil e problemática, na medida em que se evidenciava que para buscar justiça social muitas vezes era necessária a propensão para abrir mão de vontades em busca de alguma luta mais ampla, como, por exemplo, igualdade social, justiça ambiental (idem, p.51). Como consequência contemporânea importante no âmbito dos movimentos sociais norte-americanos, Harvey conclui que:

Há muito tempo tem se mostrado extremamente difícil, na esquerda norte-americana, por exemplo, forjar a disciplina coletiva necessária para a ação política alcançar a justiça social sem ofender o desejo de liberdade individual dos atores políticos e para o reconhecimento e expressão plenos de identidades particulares. O neoliberalismo não criou estas distinções, mas pôde facilmente explorá-las, se não fomentá-las (HARVEY, 2005, p.51).

Continuando na linha das mudanças geradas pelo neoliberalismo na política norte-americana, deve-se acrescentar as leis de financiamento de campanhas eleitorais, criadas em 1971. Juntamente com as decisões da Suprema Corte, em 1976, deu-se início ao direito das corporações fazerem contribuições ilimitadas aos partidos, decisão esta que se baseava na Primeira Emenda, a qual garante aos indivíduos a liberdade de expressão. Dentre as várias consequências geradas por estas decisões, vale ressaltar as profundas mudanças geradas nos partidos Republicano e Democrata a partir de então. O

partido Republicano buscou na direita cristã uma aliança e encontrou nela sua sólida base eleitoral e financeira. Como consequência política, o partido Republicano, amplamente apoiado por neoconservadores, acabou por erradicar quase por completo sua agenda liberal, que era importante e influente nos anos 1960, transformando-se, sobretudo a partir dos anos 1990 "na força eleitoral direitista relativamente homogênea da atualidade" (HARVEY, 2005, p.60). O partido Democrata, por sua vez, alimentava uma atitude ideologicamente ambivalente, ao mesmo tempo que buscava representar os interesses de grupos minoritários, como mulheres, negros, operários, idosos, hispânicos também tinha que representar o interesse dos muito ricos, que buscavam uma influência direta nos negócios e financiavam o partido. Esta característica, e o fato do neoliberalismo ter se implantado de forma generalizada, não deixou outra possibilidade para Clinton a não ser seguir com as diversas políticas já implantadas.

Deste modo, o neoliberalismo passa de doutrina econômica-política nos anos 1940 para uma diretriz central de pensamento e administração econômica que transforma estruturalmente a política e a sociedade norte-americana. Mais detalhadamente, até o momento foi descrito como o neoliberalismo transforma as políticas de Estado, o capital financeiro, os partidos políticos, os movimentos sociais, os sindicatos, as cidades (gentrificando-as). As consequências sociais e de ação política (*politics*) que são reproduzidas a partir desta série de decisões de corporações e de Estados fornecem luz para a compreensão de fenômenos contemporâneos de violência difusa. A primeira consequência que pode ser exemplificada é o próprio caso de Nova York, também paradigmático em relação às consequências sociais do neoliberalismo e da resposta repressiva das autoridades. Como informa Harvey:

A Nova York de classe trabalhadora e étnico-imigrante foi lançada de volta às sombras e fortemente afetada pelo racismo e por uma epidemia de consumo de crack de proporções épicas nos anos 1980. Ela deixou muitos jovens mortos, encarcerados e sem teto, e os sobreviventes mais tarde foram assolados pela epidemia de aids surgida na década de 1990. A redistribuição de renda através da violência criminosa se tornou uma das poucas opções reais para os pobres, e as autoridades reagiram criminalizando comunidades inteiras de pessoas empobrecidas e marginalizadas (HARVEY, 2005, pp.57-58).

Sobre isto, o texto de Wacquant (1999) demonstra, como, a partir dos anos 1970, houve um exponencial aumento no número de detentos nos Estados Unidos, não porque aumentou a criminalidade, mas porque ocorreu um esvaziamento de sentido do ideal de reabilitação dos detentos, juntamente com a instrumentalização do medo da violência e com o mecanismo de controle racial assumido pelo sistema penal norte-americano.

AS RAÍZES DA VIOLÊNCIA METAPOLÍTICA: CRISE DE CONTROLE SOCIAL E INDIVIDUALISMO COMPETITIVO

At some point, we as a country will have to reckon with the fact that this type of violence does not happen in other advanced countries. It doesn't happen in other places with this kind of frequency. And it is in our power to do something.

Barack Obama sobre o massacre em Charleston, Carolina do Sul, em 18 de junho de 2015.

Em 17 de junho de 2015, Dylan Roof, um jovem de 21 anos declaradamente racista, abriu fogo no interior da Igreja Africana Metodista Episcopal de Emmanuel, em Charleston, matando nove pessoas, todas negras. Dylan revelou que sua intenção era começar uma guerra racial e utilizava símbolos e bandeiras racistas. O templo escolhido pelo atirador é histórico e símbolo da luta negra nos EUA desde a sua fundação, em 1816, feita pelo líder abolicionista Morris Brown. Este caso, especificamente, retrata bem a dificuldade de se conceituar, registrar e pesquisar estes novos tipos de violência.

Pode-se dizer que este ataque foi, ao mesmo tempo, um crime de ódio (*hate crime*), um *rampage shooting* ou um *mass shooting*. A busca por uma definição clara é fundamental, seja para a ciência compreender com rigor e profundidade este fenômeno social, seja para a elaborar políticas públicas de prevenção, ou mesmo para a construção mais eficaz de investigações. No entanto, o caráter difuso dos *rampage shootings*, ou seja, o fato de que as motivações podem ser múltiplas e, por isto, eles podem ocorrer em qualquer lugar – sendo mais comum a ocorrência em escolas e universidades -, causa confusões de interpretação. Alguns aspectos abordados por jornais e sites criados para a coleta de dados merecem destaque no intuito de descrever melhor este fenômeno.

Após o ataque supracitado, ocorrido em Charleston, o jornal espanhol *El País* divulgou dados coligidos pelo Centro de estudos sobre segurança internacional *New America*, demonstrando que assassinatos inspirados pela direita radical norte-americana mataram mais nos EUA do que os ataques jihadistas. Depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, segundo este estudo, os *mass shootings* associados a convicções da direita radical (*deadly right wing attacks*) mataram 48 pessoas (contando as nove vítimas de Charleston), enquanto que os ataques vinculados a jihadistas (*deadly jihadist attacks*) somam, no mesmo período, 26 mortes. Mais especificamente, este estudo se concentra:

(...) nos ataques cometidos por cidadãos norteamericanos ou assimilados aos EUA, reunidos sob o título de *terrorismo doméstico*. Cita um total de 460 indivíduos acusados de terrorismo nesses anos, ou com motivações terroristas críveis. Destes, 277 são *jihadistas* e 183 de outras ideologias. Dos 19 casos analisados, o genocídio de Charleston é o que provocou mais vítimas mortais, seguido pelo cometido por um neonazista em um templo sikh em Wisconsin em 2012 (seis mortes) (SANDOVAL, *El País*, 25 de junho de 2015).

Diante deste quadro, alguns fatores precisam ser destacados. O estudo supracitado afirma que a direita radical norte-americana não pode ser comparada com o terrorismo, pois a primeira é algo legitimado pelas instituições políticas. Além disto, algumas expressões mais intolerantes, comumente associadas à extrema direita, como o segregacionismo, o neonazismo e a xenofobia, ainda que quase sempre codenáveis socialmente, são garantidas pela 5ª Emenda, que protege a liberdade de expressão (são garantidas quando não fazem apologia clara à violência). O terrorismo, ao contrário, não é, obviamente, legitimado nem garantido em nenhuma instância. Levando em consideração estes dados e outros fatos a serem considerados posteriormente, o chamado terrorismo doméstico tem se constituído como um dilema social norte-americano. No caso específico do ataque de Charleston, ele está atrelado também a questões raciais que merecem atenção, pois estão vinculadas a problemas históricos deste país. Neste sentido, a fala do Presidente Obama, abaixo transcrita, sobre este episódio, define bem a atenção necessária que tem que ser dada sobre uma das facetas expressas por este ataque em Charleston. Segundo o Presidente:

O fato disto ter acontecido em uma igreja de negros obviamente também levanta questões sobre uma parte sombria da nossa história. Esta não é a primeira vez que uma igreja de negros foi atacada. E nós sabemos que o ódio entre as raças e entre crenças representam uma ameaça relevante para a nossa democracia e para os nossos ideais [*tradução livre*] (OBAMA *apud* SOMANADER, June 18, 2015, *The White House*).

As motivações que caracterizam estes ataques são, no entanto, múltiplas, sendo que muitas vezes não é possível definir claramente a motivação do atirador, muito menos conferir a eles um viés político, no sentido de que há uma reivindicação/demanda que está em debate e sujeita à negociação. Nos últimos cinco anos, os ataques que geraram repercussão nacional e provocaram discursos do presidente foram vários e

apenas com estes exemplos já é possível perceber o caráter difuso e metapolítico que os caracteriza. Um dos casos que mais chamou atenção nacional foi o ocorrido em *Sandy Hook Elementary School*, em Newtown, Connecticut, em 14 de dezembro de 2012, no qual foram assassinadas 20 crianças, entre 6 e 7 anos, e 6 professoras, todas mulheres – o atirador cometeu suicídio quando as equipes de resgate chegaram. O atirador, Adam Lanza, de 20 anos, tinha histórico de problemas mentais e de acesso a armas, tendo premeditado o ataque, mas o relatório da polícia que investigou o caso não conseguiu achar os motivos que levaram Adam a atacar a escola de *Sandy Hook*. Este caso foi citado em vários discursos de Obama, incluindo o mencionado abaixo, no qual ele elabora uma fala incisiva sobre a importância de leis mais rigorosas no acesso às armas. A fala de Obama reproduzida abaixo foi feita depois de um ataque à Umpqua Community College, faculdade comunitária em Rosenberg, no estado do Oregon, no qual 10 pessoas foram assassinadas por Chris Harper Mercer, de 26 anos.

Mas como eu disse apenas alguns meses atrás, e disse alguns meses antes disso, e disse que cada vez que vemos um desses fuzilamentos em massa, nossos pensamentos e orações não são suficientes. Não é o suficiente. Não captura a mágoa e tristeza e raiva que devemos sentir. E não impede que essa carnificina possa acontecer em algum outro lugar na América - na próxima semana, ou um daqui uns meses.

Nós ainda não sabemos por que essa pessoa fez o que fez. E é justo dizer que qualquer um que faz isso tem uma doença em suas mentes, independentemente do que eles pensam que suas motivações podem ser. Mas nós não somos o único país da Terra que tem pessoas com doenças mentais ou que querem fazer mal a outras pessoas. Somos, no entanto, o único país avançado na Terra, que vê esses tipos de fuzilamentos em massa todos os meses.

No início deste ano, eu respondi uma pergunta em uma entrevista dizendo: "Os Estados Unidos da América são a única nação avançada na Terra em que não há consenso suficiente para leis de segurança no controle de uso de armas - mesmo em face dos repetidos assassinatos em massa [*mass shootings*]". E mais tarde naquele dia, houve um tiroteio em massa em um cinema em Lafayette, Louisiana. Aquele dia! De alguma forma isso se tornou rotina. O registro destes casos é rotina. A minha resposta aqui neste salão acaba sendo rotina. O debate reitera sempre o mesmo. Nós nos tornamos insensíveis a isso.

Falamos sobre isso depois de Columbine e Blacksburg, depois de Tucson, depois de Newtown, depois de Aurora, depois de Charleston. Não deveria ser tão fácil para alguém que quer infligir danos a outras pessoas ter ao alcance de suas mãos uma arma [*tradução livre*] (OBAMA *apud* HOLST, October 1, 2015, *The White House*).

Esta fala de Obama é especialmente interessante para esta pesquisa, devido à ênfase que ele dá à rotina destes ataques, que vêm chamando cada vez mais atenção nacional. O caráter incisivo do discurso tem uma intenção política, já que Obama fez uma intensa campanha para que houvesse leis mais rigorosas no controle de armas, mas, mais importante para este trabalho é enfatizar que o número destes ataques é muito maior do que os registros oficiais ou que a mídia expõe.

Isto porque há ausência de uma base de dados oficial sobre os *rampage shootings* os *mass shootings*. O FBI, por exemplo, registra os casos de violência de ódio (*hate crimes*), mas não possui um quadro de dados específico para os *rampage shootings* ou *mass shootings*. Em sua base de dados encontram-se somente dados sobre *mass murders*, nos quais todos os casos de violência com mais de quatro mortos são registrados, que se diferenciam de *serial murders*. Há, no entanto, uma lacuna nesta conceituação, pois quando um atirador fere diversas pessoas, mas não ocasiona mais do que quatro assassinatos, o fato não entra para as estatísticas oficiais. Observando esta lacuna, o site *Guns are cool* (o título do site é irônico)¹² passou a utilizar o conceito de *mass shootings*, buscando registrar todos os eventos em que um atirador fere mais do que quatro pessoas de maneira frenética, sem um período de reflexão entre os tiros executados (*without a cooling-off period*, no original). Como resultado, o número registrado é impressionante: desde 1º de janeiro de 2013 até o momento (6 de março de

¹² <https://www.reddit.com/r/GunsAreCool/wiki/2015massshootings>

2015), o número de *mass shootings* é de 1089; apenas em 2013 foram registrados 339 *mass shootings*, quase um por dia.

Percebe-se, portanto, que este é um tema cuja abordagem é complexa e de extrema importância na ciência e nos órgãos de segurança pública dos EUA. Na contramão dos estudos norteamericanos sobre os *rampage shootings* – tema que será abordado no próximo item -, a abordagem sugerida por este trabalho é de caráter mais amplo, na qual se busca uma explicação estrutural para se compreender as raízes sociais dos *rampage shootings*. Tendo como base a discussão teórica já trabalhada no capítulo I, busca-se esmiuçar estes tiroteios em massa compreendendo-os como um fenômeno social, cujas raízes se concentram em características específicas da cultura norteamericana associadas às transformações estruturais do capitalismo flexível.

Deve-se ressaltar que Boltanski e Chiapello (2001) têm os Estados Unidos como objeto de sua pesquisa de campo para elaborar os valores construídos a partir da ideologia do “novo espírito do capitalismo”. Da mesma forma, Richard Sennett (2010) está olhando fundamentalmente para os Estados Unidos ao analisar o que ele chama de corrosão do caráter. Parte-se do pressuposto de que assim como o neoliberalismo se expande pelo mundo inteiro, como bem demonstra David Harvey (2008), também esta ideologia do novo capitalismo está mundialmente disseminada. No entanto, supõe-se que nos Estados Unidos todos estes valores narcísicos e individualistas estão presentes há mais tempo e de maneira mais intensa.

David Harvey também problematiza a cultura norteamericana através da noção de que os Estados Unidos, sociedade de “imigrantes extraordinariamente multicultural”, são marcados por um “inflexível individualismo competitivo que revoluciona de modo perpétuo a vida social, econômica e política” (HARVEY, 2004, p. 22). Por ser desde a

sua formação um país multicultural, os Estados Unidos formularam sua coerência como Estado-Nação através do medo de um “outro”. Como destaca este autor, esta característica da formação nacional dos Estados Unidos se estende para os dias atuais através do “estilo paranóide” da política norte-americana, fato este que tem como consequência não só o fortalecimento dos laços que forjam uma identidade nacional, como também a intensificação dos aparelhos de vigilância e punição. Além disto, é necessário acrescentar que, principalmente a partir do ataque às torres gêmeas de 11 de setembro de 2001, há uma tensão social e uma demanda por normalização bastante intensas. O que se quer dizer é que a vigilância ou o “estilo paranóico” da política externa norte-americana também traz consequências para a vida cotidiana dos seus cidadãos. Como exemplo é possível citar o trabalho de Journell (2011), pesquisador da *University of North Carolina*, que analisa em 2011, 10 anos depois dos ataques, as tensões e desafios vividos pelos professores nos Estados Unidos quando necessitam explicar e trabalhar questões de política externa e também de políticas públicas. Segundo Journell (idem), há vários casos de professores que foram demitidos por expressar suas convicções políticas e opiniões sobre a guerra ao terror que estavam em desacordo com as opiniões gerais da comunidade na qual a escola estava inserida.

Dentre as medidas que evidenciam a excessiva normalização e vigilância às quais também estão submetidos os norte-americanos, encontram-se a *military order* e o *USA Patriot act*, que instauram, segundo Giorgio Agamben, um “Estado de Exceção”¹³.

¹³ Segundo Giorgio Agamben, estas medidas – *military order e USA Patriot Act*, que têm força de Lei – permitem com que os Estados Unidos mantenham preso qualquer suspeito de atividades que ponham em perigo a segurança nacional dos Estados Unidos. O autor analisa que “a novidade da ‘ordem’ do Presidente Bush está em anular radicalmente todo o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, desta forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável. Os talibãs capturados no Afeganistão, além de não gozarem do estatuto do POW (prisioneiro de guerra) de acordo com a Convenção de Genebra, tampouco gozam daquele de acusado segundo as leis norte-americanas. Nem prisioneiros nem acusados, mas apenas *detainees*, são objeto de uma pura dominação de fato, de uma detenção indeterminada não só

Medidas como estas estabelecem uma socialização no país vinculada aos marcos normativos da guerra, segundo Judith Butler (2010). Para a autora, “tais marcos, não apenas refletem as condições materiais da guerra, mas também são essenciais para o *animus* perpetuamente esboçado da realidade material” (idem, p.47). Isto significa que o conjunto valorativo que justifica a guerra está inserido em operações mais amplas de poder (Butler faz uso do conceito foucaultiano de poder) e por isto mesmo orientam não apenas as ações de guerra e a política externa, mas marcam, segundo Butler, as maneiras de pensar questões sobre o próprio cotidiano e a identidade.

A partir destes aspectos citados sobre as transformações do cotidiano norte-americano considera-se que há uma tensão social que alia um individualismo competitivo com uma normalização excessiva, que classifica padrões de comportamento e estabelece divisões entre vencedores/perdedores. Esta tensão é criada, pensando de maneira mais ampla, pela necessidade daquilo que Bauman (1999) chama de busca da eliminação da ambivalência. Como o autor elabora, esta busca é algo característico da modernidade clássica, mas na modernidade radicalizada esta busca é individual e há algo de autodestrutivo nela, pois quanto mais normas são estabelecidas para se criar controle e eliminar as ambiguidades, mais lugar se dá à ambivalência. Nas palavras do autor,

Embora nascida do impulso de nomear/classificar, a ambivalência só pode ser combatida com uma nomeação ainda mais exata e classes definidas de modo mais preciso ainda: isto é, com operações tais que farão demandas ainda mais exigentes (contrafactuais) à descontinuidade e transparência do mundo e assim darão mais lugar à ambiguidade. A luta contra a ambivalência é tanto autodestrutiva como autopropulsora (BAUMAN, 1999, p. 11).

no sentido temporal mas também quanto à sua própria natureza, porque totalmente fora da lei e do controle judiciário” (AGAMBEN, 2004, p. 14).

Neste sentido, é possível afirmar que esta tensão ou mal-estar próprio da modernidade radicalizada é intensificado pelo culto excessivo à normalização presente na sociedade norte-americana contemporânea. Este cenário produz um tipo de violência que é intolerante e, conseqüentemente, exclui pessoas que apresentam comportamentos considerados fora de algum padrão estabelecido – a conceituação é bastante ampla porque as razões para a exclusão parecem ser incontáveis. É isto que demonstra o documentário de Lee Hirsch (2012) sobre bullying nas escolas norte-americanas. O documentário fornece a informação de que “em 2011, cerca de 13 milhões de crianças americanas sofreram algum tipo de bullying, seja na escola, no ônibus, em casa, no bairro em que mora ou através de celulares ou da internet”¹⁴. As conseqüências desta violência, que muitas vezes é simbólica, têm sido a produção de um isolamento social disseminado, que faz com que aqueles que se sentem excluídos não consigam achar saídas coletivas e politizadas para lidar com o preconceito, gerando sofrimento, e, em um nível mais dramático, uma série de suicídios, assim como os *rampage shootings*, considerados aqui como uma expressão metapolítica da violência de ódio difusa.

Assim, o que caracteriza a violência de ódio difusa metapolítica é fundamentalmente uma aversão ao desencaixe produzido pela modernidade, que, em outras palavras, é produzido pela destradicionalização do mundo e pelo fato de que o indivíduo se encontra em uma situação ao mesmo tempo de liberdade e de incerteza. Neste sentido, Michel Wieviorka (2009, 2013) é fundamental para compreender os *rampage shootings*, que aumentam exponencialmente a partir da década de 1990 (como é possível ver na linha do tempo em anexo), com um crescimento ainda maior nos anos 2012 e 2013. Assim, compreende-se que os *rampage shootings*, apesar de já serem

¹⁴ <http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2012/12/estreia-documentario-bullying-toca-em-ferida-aberta-em-escolas-dos-eua.html>

trágicos na sua essência, representam um problema ainda mais amplo na sociedade americana, que pode ser definido aqui como uma crise de controle.

Assim, diferentemente do Brasil, há uma tradição democrática nas instituições norte-americanas, no entanto, a crise de controle social evidenciada com a intensificação da vigilância, punição e hostilidade do “outro” produz o cotidiano marcado pelo engessamento nas formas de agir e pensar. Esta normalização é típica da modernidade¹⁵, mas o que se quer enfatizar aqui é o isolamento que se produz em função desta crise de controle. Isolamento que, por sua vez, gera estes massacres, que podem ser pensados como formas de violência metapolíticas. Segundo Wieviorka, esta é uma violência que:

muitas vezes vai além do político, vetor então de significações que lhe conferem uma feição intransigente, não negociável, uma carga religiosa, ideológica ou ética que parece absoluta. Ela é assim sem fronteiras, e os problemas que ela visa são a tal ponto vitais para o ator que ele pode, nos casos extremos, sacrificar sua própria existência, destruir-se em virtude de uma pletera de sentido que se trata para ele de afirmar sem reserva. (...) Ela não é um simples mecanismo psicológico, mas o resultado de uma tensão entre as expectativas do ator e aquilo a que ele acede, tensão tanto mais insuportável na medida em que é estimulada por um individualismo que não encontra os meios de se realizar, e pelo espetáculo de um mundo globalizado que se torna inacessível ou que o rejeita (WIEVIORKA, 1997, p.33-35).

Não parece ser, no entanto, esta a abordagem norte-americana sobre o assunto. Foi feita uma seleção de artigos que analisam os *rampage shootings* sob várias perspectivas na área das ciências sociais (alguns na área de psicologia social) de diversas universidades norte-americanas, inclusive as mais expressivas, tais como,

¹⁵ Sobre esta prática de oposição à ambivalência, Bauman fornece o seguinte depoimento: “(..) A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a deslegitimação do outro. Na medida em que a ânsia de pôr termo à ambivalência comanda a ação coletiva e individual, o que resultará é intolerância – mesmo que se esconda, com vergonha, sob a máscara da tolerância (o que muitas vezes significa: você é abominável, mas eu sou generoso e o deixarei viver) (BAUMAN, 1999, p.16).

Princeton University, Harvard e Yale. A partir desta análise foi possível constatar que, em geral, há uma vasta produção norte-americana sobre este assunto que fornece informações importantes sobre o perfil dos atiradores, os modelos de comunidades nas quais os atiradores pertencem e algumas características culturais americanas, que segundo algumas análises podem fornecer um potencial maior para que estes massacres ocorram. No entanto, defende-se que estes estudos norte-americanos minimizam o conhecimento sobre este fenômeno ao abordá-lo a partir de um contexto muito restrito e ao elaborarem suas conclusões a partir da noção de que existe alguma patologia psicológica ou social que o explica.

OS ESTUDOS ACADÊMICOS NORTEAMERICANOS SOBRE OS RAMPAGE SHOOTINGS E SEUS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Os *rampage shootings* têm algumas características únicas que não são susceptíveis de se encontrar em tipos comuns de violência. Na maioria das vezes esses ataques são planejados em detalhe e não possuem um alvo único ou, se existir, há sempre alguma característica simbólica. É muito comum o agressor, quase sempre homem, se matar após o tiroteio. Há um conjunto de lugares nos quais ocorreram ataques, sendo mais recorrentes em escolas e universidades, mas também já foram registrados em shoppings, cinemas, na Marinha dos Estados Unidos, em comunidades religiosas, etc. A escolha do local quase sempre tem alguma relação com algum trauma, rejeição ou problema sofrido pelo autor do ataque. Resumidamente, pode-se dizer que os *rampage shootings* sempre expressam problemas de socialização dos atiradores, que

demonstram se sentir totalmente negligenciados pela sociedade, sendo que alguns chegam a se identificar como mártires¹⁶, ou uma espécie de Deus¹⁷. Esses sentimentos de rejeição e solidão são tão fortes que a violência não dá margem para qualquer chance de negociação. Eles aumentam a partir de 1990 em todo o mundo, como é possível notar no quadro em anexo, sendo que os EUA concentram 75% dos ataques desde 1996.

Caracterizado aqui como um exemplo de violência de ódio e tendo em vista que os Estados Unidos se constituem como parte do estudo comparado proposto, é de fundamental importância a investigação da produção científica norte-americana no campo das Ciências Sociais a respeito dos *rampage shootings*. Fazendo uma busca aprofundada nos periódicos norte-americanos, assim como nas publicações de livros, encontram-se predominantemente estudos na área de saúde mental. Assim, pode-se dizer que a visão hegemônica da ciência norte-americana é de que estes ataques são resultado de patologias psicológicas. Entre os estudos encontrados na área de Ciências Sociais, dois foram selecionados para serem esmiuçados: o primeiro é o artigo *Research in school shootings* (2007), de Glen W. Muschert, professor da Miami University; o segundo é um estudo que deu origem ao livro *Rampage: the social roots of school shootings* (2004), escrito por Katherine S. Newman, professora de Harvard, e mais quatro estudantes de doutorado também da Universidade de Harvard, Cibelle Fox, David J. Harding, Jal Mehta e Wendy Roth. No primeiro caso, o estudo foi escolhido porque ele fornece um panorama geral dos estudos sobre *school shootings* no campo das Ciências Sociais norte-americanas. Os *school shootings* são o tipo mais recorrente de

¹⁶ Seung-Hui Cho, atirador no massacre de Virginia Tech, publicou diversos vídeos no Youtube e enviou alguns para o canal NBC, afirmando que era um mártir, que o sangue estava na mão de todas as outras pessoas e que ele iria morrer como Jesus.

¹⁷ Um exemplo disto é Eric Harris e Dylan Klebold, atiradores do massacre de Columbine que se sentiam excluídos pelos outros garotos da escola e se referiam a eles mesmo como deuses em sites desenvolvidos por eles.

rampage shooting, e o artigo supracitado é relevante pois há um resumo das causas atribuídas pelas pesquisas para a ocorrência destes ataques. Há também um resumo dos efeitos gerados nas escolas, nas comunidades e nas políticas públicas depois da ocorrência destes ataques, assim como uma síntese sobre as abordagens da mídia desde 1997, quando este tema passou a ser visto como um problema nacional. No primeiro aspecto abordado, as causas atribuídas ao ataque, Muschert elabora um quadro com todas as causas citadas e os respectivos estudos. Esta tabela foi reproduzida abaixo. As referências bibliográficas que estão grifadas destacam obras geradas a partir do estudo que será resumido aqui posteriormente.

Tabela: Causas dos school shootings sugeridas por estudos de Ciências Sociais

Level	Category	Specific contributing causes
Individual causes and qualities	Mental illness	Depression, suicidal tendencies, and mixed personality disorder (McGee and DeBernardo 1999, 2002; Harding et al. 2003; Harter et al. 2003; Sullivan and Guerette 2003) Fixation on fantasy and weapons, including violent media (Meloy et al. 2001)
	Identity of shooters	Shootings frequently perpetrated by males (Mai and Alpert 2000; Neroni 2000; Newman 2004 ; Spiegel and Alpert 2000) Shootings frequently perpetrated by whites (Schiele 2001)
	Access to guns*	Individual access to firearms and weapons (Newman 2004)

	Peer relationships	Romantic rejection (Klein 2005b) Victim of bullying (Burgess et al. 2006; Harter et al. 2003; Kimmel and Mahler 2003; Klein 2006; Larkin 2007; Leary et al. 2003; Meloy et al. 2001; Newman 2004) Social marginalization of perpetrator (Newman 2004)
	Familial neglect or abuse	Troubled home situation (Fox et al. 2003; Newman 2004; Webber 2003a;)
Community contexts	Local youth social dynamics	Exclusionary youth peer group dynamic (Lickel et al. 2003; Sandler and Alpert 2000) Intergroup conflict (Hagan et al. 2003; Larkin 2007)
	School contexts	Poor quality of student/faculty relationship (Moore et al. 2003) Inability of school administration to enforce rules and respond to threats (Fox and Harding 2005)
	Community cohesion	Tightly knit communities may suppress response to delinquency (Newman 2004) Deracinated communities may be incapable of responding to delinquency (Larkin 2007)
	Community climate	Intolerant community climate (Tonso 2003; Aronson 2004; Larkin 2007)
Social and cultural contexts	Educational	Crisis in youth culture educational institutions, especially public schools (Catlaw 2000; Cook 2000; Jacobs 2002) States that allow corporal punishment in schools (Arcus 2002)
	Masculinity	Masculine roles may 'script' violent behaviors in boys (Mai and Alpert 2000; Neroni 2000; Newman 2004; Spiegel and Alpert 2000) In some cases, girls are specifically targeted (CNN 2006; Eglin and Hester 2003; Webber 2003a, 53-7)
	Political climate	Shootings have occurred more frequently in US states that are politically conservative (Kimmel and Mahler 2003) Shootings have occurred more frequently in areas with a strong conservative religious population (Arcus 2002)

Culture of violence	Widespread availability and acceptance of guns (Haider-Markel and Joslyn 2001; Lawrence and Birkland 2004; Webber 2003a) Violence in media as glorifying violence or sparking copycat crimes (Larkin 2007; Sullivan and Guerette 2003; Webber 2003a, 25–43)
---------------------	--

Fonte: MUSCHERT, 2007, p.68-69

A única crítica feita sobre todos os trabalhos analisados e resumidos por ele é de que os estudiosos têm se debruçado sobre uma grande variedade de casos a partir de uma miríade de perspectivas acadêmicas, no entanto, há uma falta de integração entre as disciplinas (MUSCHERT, 2007, p. 67). Segundo ele, há uma variedade de causas a partir das quais se pode abordar os *school shootings* e, devido a isto, nenhuma dinâmica é suficiente para explicar todo o conjunto de eventos.

Entretanto, a partir desta tabela fornecida por Muschert é possível resumir algo que foi detectado na pesquisa bibliográfica feita (SUTTLES, 2006; LAL, 2007; BORUM; CORNEL; MODZELESKI; JIMERSON, 2010; BROWN; OSTERMAN; BERNES, 2009; MUSCHERT, 2005; FOX; HARDING, 2005; SCHOENFELD, 2005) a respeito dos estudos sobre *rampage shootings* nos EUA: quando estes ataques são percebidos como problemas sociais, busca-se algum desvio e/ou patologia social que os expliquem. Em alguns casos, parte-se do pressuposto de que a causa é de ordem mental e os problemas a serem detectados são de caráter punitivo ou de vigilância. Incluído nesta abordagem está o estudo que foi selecionado (NEWMAN *et al*, 2004) para ser analisado aqui, devido à sua relevância no campo acadêmico norte-americano, que se evidencia não apenas por se tratar de um estudo elaborado por membros de duas das maiores universidades americanas, Princeton e Harvard, mas também porque foram encontradas várias resenhas de pesquisadores de Universidades renomadas nos EUA,

entre elas, Miami University (MUSCHERT, 2005), Chicago University (SUTTLES, 2006) e Yale School (SCHOENFELD, 2005). Além disto, esta obra foi encomendada pela *National Academy of Sciences* em decorrência de um pedido feito pelo Departamento de Educação norte-americano em 1999 para realização de pesquisas sobre os *school shootings*. A *National Academy of Sciences* é a organização mais prestigiada nos EUA na área das Ciências e tem uma tradição em fornecer pesquisas científicas ao governo norte-americano desde a administração de Abraham Lincoln.

Antes de fazer uma análise detalhada sobre este estudo, no entanto, cabe tratar de dois âmbitos descritos por Muschert (2007), quais sejam, a cobertura da mídia sobre os *school shootings* e os efeitos nas escolas norte-americanas como um todo depois do aumento de ataques. Ambos os assuntos são importantes porque informam como a opinião pública e as políticas públicas norte-americanas percebem a violência e lidam com ela.

O autor demonstra, através de alguns estudos sobre a mídia norte-americana, que antes de 1997 os *school shootings* eram percebidos apenas como problemas locais, mas, ao se tornarem mais recorrentes, passam a ser identificados como um problema nacional. Com isso, ganham uma intensa cobertura na mídia, principalmente no ano 1999, após o massacre de Columbine, no Colorado. Segundo o autor, pode-se dizer que a violência na escola adquire uma atenção redobrada dos anos 1990 até 2000. O atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 e, conseqüentemente, a "guerra ao terror", além do tema da economia, obtêm um destaque muito grande na agenda pública. Devido a isto, o espaço para discussões sobre os *school shootings* perdeu força, e os mesmos voltaram a ser compreendidos como um problema relacionado às respectivas comunidades em que eles ocorrem. Esta abordagem hegemônica durou de 2001 a 2006.

Em 2007, a atenção da mídia voltou-se novamente para este assunto, depois do massacre em *Virginia Tech*¹⁸. No entanto, a forma como a mídia abordou os *school shootings*, como problema nacional, não promoveu um debate intenso sobre as origens sociais e as motivações desse tipo de violência. Grande parte da mídia, quando busca encontrar causas na sociedade, aborda temas como: utilização e falta de controle do uso de armas, videogames e filmes violentos, problemas na escola (MEDIA MONITOR, 1999; MUSCHERT, 2007).

A respeito dos impactos causados na população norte-americana diante do aumento de registros nos casos de *school shootings*, Muschert fornece um resumo de estudos norte-americanos sobre dois aspectos principais: como os estudantes se sentem em relação a suas escolas e às políticas de vigilância na escolas. Segundo Muschert, alguns estudos apresentaram resultados diametralmente opostos em relação à sensação de segurança dos jovens em suas escolas (que não passaram por *school shootings*), após massacres amplamente divulgados na mídia. Para citar exemplos fornecidos pelo autor, estudos empíricos como em Addington (2003 *apud* MUSCHERT, 2007) demonstraram que o medo de serem vítimas de violência entre estudantes de 12 a 17 anos não mudou significativamente após o massacre de Columbine. Outros estudos, no entanto, revelaram que houve um aumento na insegurança em relação a possíveis ataques em alunos do Ensino Médio no Texas (SNELL *et al*, 2002 *apud* MUSCHERT, 2007) e entre estudantes universitárias do sexo feminino (STRETESKY; HOGAN, 2001 *apud* MUSCHERT, 2007). É certo, por outro lado, que as ocorrências crescentes dos *school shootings* têm impactado as políticas punitivas nas escolas, tornando-as mais severas.

¹⁸ O massacre de Virginia Tech ocorreu em 16 de abril de 2007 em Blacksburg, Virginia, EUA. Cho-Seung-Hui era um estudante sul-coreano da Virginia Tech que matou 33 estudantes e fereu 21 da mesma universidade. Este foi o ataque deste tipo que mais deixou vítimas nos EUA.

Segundo Webber (2003 *apud* MUSCHERT, 2007), a abordagem punitiva adotada nos Estados Unidos para combater a violência na escola tem como exemplo a luta nos moldes militares usada para combater o comunismo. Os jovens, neste sentido, são percebidos como inimigos e as escolas se assemelham mais às instituições punitivas do que a uma instância engajada no desenvolvimento social dos jovens (MUSCHERT, 2007). Por fim, pode-se acrescentar, neste âmbito, que alguns estudos sugerem que as escolas devem se preocupar com tratamentos psicológicos e psiquiátricos dos alunos. Outros estudos defendem, ainda, o aprimoramento da estrutura de vigilância no intuito de controlar a entrada de armas nas escolas.

O que se torna mais evidente com este panorama geral dos estudos norte-americanos sobre *school shootings* é que eles investem na análise de pequenas partes desse fenômeno social. Pensando especificamente sobre essas pesquisas no campo das ciências sociais, este recurso é compreensível, porque às vezes é necessário mudar certos aspectos da escola, da vigilância, dos funcionários e das políticas públicas e, para isto, pode ser mais eficaz quando se analisa essas pequenas partes do problema. Para a pesquisa aqui trabalhada, é importante um panorama geral de como a mídia, as escolas, as comunidades, as políticas públicas e o campo científico se movimentam a partir do crescimento de ocorrências dos *school shootings*, pois, em primeiro lugar, há um aumento visível de casos a partir dos anos 1990; em segundo, percebe-se que não há nenhum estudo aprofundado sobre as motivações sociais dos jovens para cometer tais ataques; além disto, a intensificação do caráter punitivo das medidas de prevenção a estes tiroteios apenas reforçam uma propensão de que aconteçam mais casos, segundo a perspectiva adotada por esta pesquisa.

O viés adotado pelas pesquisas norte-americanas na área de Ciências Sociais, e seus pressupostos teóricos, explicam muito sobre a sociedade americana. Com o intuito não apenas de colher informações sobre os *rampages shootings*, mas também refletir mais profundamente sobre os valores civis norte-americanos que se expressam no campo acadêmico, a pesquisa de Newman *et al* (2004), uma das mais relevantes no EUA nesta área, se constitui como uma referência fundamental. Tal estudo parte dos dados de dois *school shootings* ocorridos em 1997, relativos às comunidades nas quais estavam inseridos os atiradores, com o objetivo principal de identificar problemas de vigilância e de fluxo de informação nas escolas, que as impossibilitaram de prever um possível ataque. Assim, mesmo que tenha a ambição de buscar as raízes sociais, Newman *et al* fornecem apenas um estudo detalhado a respeito dos jovens atiradores, das comunidades e das escolas nas quais eles viviam, buscando analisar o que foi denominado pelo estudo como *desvio organizacional*.

Assim, o livro tem início com a descrição de dois tiroteios em escolas: um que aconteceu em 01 de dezembro de 1997, em Heath High School, localizado em West Paducah, Kentucky (o agressor era Michael Carneal, um menino de 14 anos de idade) e outro que aconteceu três meses depois, no Westside Middle School, localizado em Jonesboro, Arkansas. Este último tiroteio foi executado por Andrew Golden, um menino de 11 anos de idade, e Mitchell Johnson, de 13 anos de idade. Os pesquisadores realizaram estudos qualitativos nas duas escolas que passaram por esta tragédia, colocando-as no centro da investigação. Segundo os autores, os atiradores escolheram escolas como local de ataque porque elas são o coração e a alma da vida pública em cidades pequenas e tais episódios, por sua vez, representam um ataque à socialização como um todo destas comunidades. Segundo os autores, esses ataques são dirigidos a

toda uma instituição representativa da ordem social, e não apenas a indivíduos. Ao examinar a trajetória de vida dos jovens estudantes que foram os autores dos ataques, Newman *et al* (2004) demonstram que há uma cultura da masculinidade propensa a dar origem a estes ataques. Segundo os autores, quando se observa a vida dos atirados percebe-se que eles se autoconstroem de maneira excessivamente preocupada em expressar uma identidade de gênero masculina, fortemente estereotipada. Muitos dos meninos foram rejeitados por meninas, que muitas vezes se tornaram o alvo de seus ataques.

Newman *et al* (2004) fazem uma descrição detalhada da trajetória individual dos três atiradores, o que é algo importante pois é perceptível que há um padrão nos comportamentos e problemas vivenciados por eles. Michael Carneal (14 anos), atirador do massacre de Heath High School, tinha uma família respeitada pela comunidade e era, até o 7º ano do Ensino Fundamental, um garoto que expressava poucos problemas, tinha uma vida social e uma namorada. Tinha uma irmã mais velha, que se destacava por ser uma boa cantora, proativa e popular na escola. Ele, ao contrário, era considerado desajeitado, quieto e começou a sofrer *bullying* na escola. A partir disto, passou a desenvolver medo de dormir sozinho, via monstros e delirava, acreditando que demônios iriam matar sua família. Para não ser criticado, não contou a ninguém sobre seus medos (exceto para a mãe) e afastou-se de seus amigos. Com o afastamento, os casos de *bullying* ficaram mais frequentes, tendo ele sofrido violência física e moral. O fato que mais o abalou foi quando seus amigos sugeriram no jornal da escola que ele tinha um relacionamento homossexual. Seus medos e alucinações ficaram piores e constantes. Em determinado momento ele juntou dinheiro, comprou uma arma e a levou na escola, buscando uma mistura de triunfo e libertação do *bullying* e de seus

"monstros". Michael Carneal matou 3 meninas e feriu outras cinco. Quando foi desarmado, pediu para que os policiais o matassem, pois ele não acreditava no que tinha feito.

No outro tiroteio estudado por Newman *et al*, Mitchell Johnson (13 anos) e Andrew Ouro (11 anos) executaram um massacre em Westside Middle School. O primeiro havia se mudado há apenas dois anos de Minnesota para Jonesboro, Arkansas. A mãe e o pai vinham de classe trabalhadora, mas conseguiam fornecer uma vida econômica estável em uma cidade pequena de Minnesota. No entanto, o pai era alcoólatra e tinha um temperamento explosivo. A convivência familiar piorou quando a mãe passou a trabalhar nos períodos vespertino e noturno e Mitchell fugia do pai para ficar na casa da avó, que morava em um trailer na periferia da cidade. Neste momento Mitchell tinha 8 anos, e foi estuprado violentamente por um garoto mais velho no bairro onde a avó morava. Ele guardou segredo sobre isto, pois o estuprador ameaçou a avó dele de morte. Além disso, Mitchell temia a reação do pai e o risco de ser marcado por uma profunda vergonha. A mãe apenas descobriu sobre o estupro depois do tiroteio. Os pais se divorciaram e a mãe se mudou com os filhos para Jonesboro, mesmo diante das ameaças de violência do pai. Na nova escola, Mitchell parecia bem e era elogiado pelas professoras por ser educado, no entanto, quando alguns problemas ocorreram, ele demonstrava uma reação bastante violenta. Em um caso, Mitchell quebrou com o punho um termostato da escola, uma professora viu e aplicou uma suspensão. Esta professora foi assassinada no tiroteio. Em outro caso, Mitchell se recusou a tirar o boné de baseball na sala de aula e teve outra suspensão. Neste momento o garoto escreveu o seguinte bilhete para a professora: "Ele tinha alguns esquilos que ele precisa matar. Depois disso não haverá nenhuma suspensão".

Seus amigos afirmavam que ele era bastante autoritário e violento, e tentava convencê-los a realizar um tiroteio. Além disso, antes de realizar o massacre ele sofreu rejeição de algumas garotas. Diante disto ele revelou um medo profundo de que sua masculinidade fosse questionada, principalmente devido ao fato de ter sido estuprado quando mais novo. As marcas da violência sexual também apareceram quando ele foi pego molestando uma menina de dois anos de idade e, em razão disso, estava passando por um processo judicial.

Andrew Golden, dois anos mais jovem que Mitchell, é descrito por ter uma personalidade de liderança e uma família de entusiastas de armas. Desde os 6 anos de idade possuía uma arma e tinha um histórico de violência contra outras crianças, além de ter matado vários gatos a tiro na vizinhança. Na presença dos pais, entretanto, era disciplinado. Quando ele apresentava problemas na escola, os pais tentavam transferi-lo de classe. Andrew, no entanto, nunca passou por nenhuma instituição punitiva nem era destacado pelos professores como um aluno problemático. Seus professores o classificavam como um aluno que era muito agitado e que fazia brincadeiras um pouco violentas com os garotos e puxava o cabelo das meninas. Um caso um pouco mais grave ocorreu quando levou uma arma à escola, sendo repreendido pela professora. Como consequência, ele foi suspenso por um dia. Após a suspensão, sua avó foi à escola e brigou com a professora na frente de todos os alunos. Apesar deste episódio desagradável, Andrew aparentava estar bem e sociável. Mas alguns de seus amigos informaram às professoras que Andrew parecia estar machucando a si mesmo e planejando ferir outras crianças. Ambos, Andrew e Mitchell, foram presos pelo tiroteio que matou cinco garotas, uma professora e feriu mais dez estudantes e um professor.

Segundo os autores do livro, muito tem sido escrito nos jornais e revistas sobre atiradores individuais. Praticamente nada na mídia ou na literatura acadêmica examina o que acontece com as cidades que passaram pelos tiroteios. Nesta obra, os autores descrevem o que aconteceu em ambas as comunidades depois do tiroteio, sobre como professores e funcionários da escola passaram a se sentir culpados diante de suas responsabilidades e do seu papel; sobre divisões que surgiram entre as comunidades a partir das diferentes opiniões dos habitantes locais sobre o tiroteio; sobre as mudanças das escolas feitas para tentar tranquilizar as famílias, proteger as crianças e desenvolver entre elas uma maior sensibilidade. Olhando para as comunidades e verificando atentamente os registros de informações que as escolas poderiam ter dos alunos, Newman *et al* (2004) buscam analisar como estes dois casos de *school shootings* podem ajudar a avaliar outros casos de tiroteios no resto do país.

Segundo os autores, a maioria dos tiroteios aconteceram em comunidades pequenas nos EUA e eles destacam que, diferentemente do que expõe Robert D. Putnam em seu livro *Bowling Alone* (2000), estas comunidades vivem uma vida comunitária muito forte, seja através da religião, seja através dos valores cívicos norte-americanos que promovem a constituição de pequenos grupos de interesses. Ou seja, os autores afirmam que estas comunidades possuem um capital social forte e que, portanto, estes ataques não ocorrem devido a uma "possível" decadência da vida cívica norte-americana.

Cabe destacar que a pesquisa aqui delineada não parte da hipótese simplesmente de que os *rampage shootings* surgem devido à apatia na vida cívica norte-americana. O que vale apontar, resumidamente, é que mesmo que uma comunidade tenha um capital social forte ele não é suficiente, por si só, para lidar com a condição de insegurança

imposta na sociedade do risco e com a crise de uma linguagem comunicativa, dialógica, que promova a pluralidade e, em conseqüência, a constituição da política na vida social e nas identidades.

O objetivo principal do livro em questão, no entanto, é, segundo os autores, trazer um olhar sociológico para apreender os *school shootings*, mostrando como a organização social e cultural das escolas pode desempenhar um papel importante na perda de informações sobre alunos problemáticos. O livro não se concentra em compreender por que esses três estudantes mataram e feriram professores e colegas, mas, sim, em analisar as razões pelas quais os funcionários da escola não conseguiram reconhecer que Michael, Mitchell e Andrew estavam sofrendo de graves problemas sociais, emocionais e mentais. Com base em estudos de caso aprofundados dos *school shootings* em *Heath* e *Westside*, os autores argumentam que os *rampage shootings* podem ser vistos como casos de desvio organizacional, em que a rotina e as ações normativas em um contexto organizacional podem levar a resultados muito abaixo do ideal (FOX; HARDING, 2005, p.75).

Newman *et al* (2004) elaboram uma crítica sobre a estrutura escolar no que tange ao fluxo de informações sobre os estudantes e a falta de tratamento psicológico nas escolas. De acordo com os autores, o mais surpreendente foi que, com poucas exceções, os funcionários da escola não sabiam que os atiradores nestes incidentes estavam vivenciando graves problemas emocionais e sociais e/ou apresentavam comportamento violento ou que tinham tanta raiva contra a instituição. Eles avaliaram que os erros no fluxo de informações sobre questões mentais e sociais dos alunos aconteceram por causa da ambivalência nos objetivos das escolas sobre a terapia. Segundo os autores, "uma vez que não há um consenso claro de que as escolas devem

ser responsáveis por detectar e ajudar jovens problemáticos, não há uma infraestrutura favorável nas escolas que as possibilitem ajudar no tratamento psicológico" (FOX; HARDING, 2005, p.76). Assim, de acordo com eles, o *school shooting* é resultado de um desvio organizacional. E eles sugerem que deveria ser um dos objetivos da escola prestar atenção nos alunos e fornecer tratamento adequado para seus problemas mentais e sociais.

O motivo dos *rampage shootings* serem identificados sempre como resultado de uma patologia individual ou social é fruto de uma tradição funcionalista muito forte nas Ciências Sociais norte-americanas. O funcionalismo, que tem como seu precursor mais importante Émile Durkheim, apreende a violência como algo que se desvia das normas sociais ou comunitárias. Segundo Durkheim (2007), a punição ao crime é importante para a obtenção de coesão social. Ainda que a teoria de Durkheim seja fundamental para a compreensão da transformação da sociedade moderna e importante para uma infinidade de estudos no campo das ciências sociais, a abordagem funcionalista sobre violência se destoa profundamente do viés traçado nesta pesquisa, que tem como base a natureza conflitiva da realidade social. O funcionalismo norte-americano, em específico, tem como seu principal fundador Talcott Parsons, um dos sociólogos mais expressivos dos EUA e professor em Harvard até o ano 1973. Parsons exerce enorme influência nas ciências sociais norte-americanas e há dois pontos de destaque em sua obra, que, em grande parte, constituem uma das bases dos estudos pesquisados sobre *school shootings*.

Em primeiro lugar, Parsons possui uma só versão da sociedade moderna, no caso o processo de transformação dos EUA, como a realização mais ou menos superior de todos os potenciais da modernidade (COHEN; ARATO, 2000, p.153). Em segundo lugar, em sua teoria da ação, a noção de solidariedade coletiva abarca o todo, que basta

para produzir a capacidade, assim como a motivação para a ação coletiva (idem, p.159). Estes dois pontos revelam aquilo que está posto no começo deste capítulo: que o excepcionalismo é uma ideia que se constitui como uma religião civil e está colocada na vida política, acadêmica e cotidiana nos EUA. Se, por um lado, a noção de excepcionalismo impulsionou uma atividade política molecular e profunda nos EUA, ela também deixa de considerar outras dinâmicas, discursos e lógicas que necessariamente estão colocadas na sociedade do risco. Isto, por sua vez, acaba limitando a construção da linguagem da política que deve ser dialógica e conflitiva. A noção de que o conflito está no centro da construção de uma democracia plural é uma ideia oposta à teoria de Parsons, que busca como fim o consenso social através de valores comuns compartilhados.

CAPÍTULO III

*CIDADANIA E AUTORITARISMO NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO
SOBRE O CARÁTER INFRAPOLÍTICO DA “VIOLÊNCIA DE ÓDIO
DIFUSA NO BRASIL”*

INTRODUÇÃO

Este capítulo é resultado do esforço de analisar em conjunto as especificidades da modernização brasileira e a reprodução da violência, seja esta oriunda do cotidiano, como analisa, a respeito do período escravocrata, a obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969), seja de origem política, tal como enunciado pelo estudo de Sérgio Adorno (1988) acerca das revoltas sociais compreendidas no período que vai do Império até o momento posterior à proclamação da República. O intento desta análise conjunta é apresentar a hipótese de que a violência contemporânea, especificamente a violência de ódio difusa no Brasil, se constitui como um problema da política. Ou melhor, estas formas de violência derivam da ausência de construção de uma cidadania inclusiva no país e se constituem, ao mesmo tempo, como resultado do processo global de crise da política, sentida principalmente a partir dos anos 1990, apresentando, também, características que são explicadas pelas especificidades da modernização brasileira.

Vale esclarecer que, ao utilizar o conceito de modernização, este trabalho tem como base a trajetória ideal-típica de construção nacional da cidadania formulada por Reinhard Bendix (1996), segundo a qual a expansão – concomitante - da autoridade pública e da cidadania na Europa Ocidental do século XVIII é um fato que dá forma ao processo mais amplo caracterizado como modernização. A partir deste conceito, o autor faz uso do método da história comparada para elaborar tipos ideais de modernização, não para construir uma teoria geral da modernização, mas para “identificar possibilidades variáveis de se maximizar liberdade, igualdade e/ou outros valores sociais” (REIS, 1996).

Assim, o recorte histórico bastante amplo, que vai desde o Império até o momento de redemocratização no fim dos anos 1980, tem o objetivo único de apreender as formas específicas de construção de liberdade e igualdade através de duas abordagens: as características do liberalismo brasileiro e as dificuldades de estabelecer uma ordem social competitiva no Brasil. O primeiro subitem sobre o liberalismo no Brasil é elaborado tendo em vista o fato de que foi instalado no Brasil um sistema econômico liberal que não teve compromisso com a igualdade e a democracia, gerando, sobretudo no período regencial, um conjunto de revoltas que estouraram em todo o Brasil e que visavam principalmente à diminuição da miséria e da discriminação social e racial. No segundo subitem, através das análises de Florestan Fernandes (2006) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969), evidencia-se que o pouco comprometimento com a democracia, no momento do Império, e a atitude conservadora da burguesia, após a República, geraram no Brasil um amálgama entre o “novo” e o “velho”. Ou seja, as transformações típicas do capitalismo na economia não produziram uma ordem social competitiva entre nós. Isto significa também que grande parte da população permaneceu, ao longo da história do Brasil, marginalizada e, portanto, sem um repertório racional de ação, fato este que culminou na estruturação de uma cultura política autoritária, intensamente permeada pela dependência pessoal e pela violência, e disseminada por todo o tecido social.

Em um segundo momento, o texto faz uma análise das transformações recentes no Brasil e problematiza o aumento da violência depois da democratização. Os dados e argumentos apresentados visam trazer substância para o conceito de violência de ódio difusa. Além disso, se procura demonstrar que a aceleração da economia e a diminuição da miséria não só geram resultados positivos, mas também tornam bem mais complexos

alguns problemas sociais como, por exemplo, a violência. Os dados foram coletados a partir de pesquisas em jornais, revistas e relatórios sobre violência e foram associados com o conteúdo da cidadania, analisado na primeira parte do capítulo.

A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO: UMA DIFÍCIL RELAÇÃO ENTRE LIBERALISMO, MODERNIZAÇÃO E CIDADANIA

Não foi pela tradição, pela religião, pela utopia ou pela economia que a América Ibérica foi se constituindo, segundo Rubem Barboza Filho. Não houve um momento fundador que se estabelecesse com força de união e fosse capaz de gerar ordem e sentido, ou seja, não foi construída entre nós uma tradição clara. Entretanto, o referido autor demonstra que certamente temos uma origem: “um barroco destituído de metafísica, mistura de indeterminação ética, fragmentação real e fome de sentido” (BARBOZA FILHO, 2008, p.32). Este barroco ibero-americano não se deu somente como continuidade do ibérico ou europeu, adquiriu um conteúdo próprio fixando seu sentido na linguagem do sentimento, com a sua capacidade de integrar antagonismos, com sua intensidade teatral e voluntarismo. Barboza Filho faz uso do conceito de modernidade ocidental, compreendida como um longo processo de subjetivação da vida. Mais detalhadamente, através da subjetividade, a sociedade moderna constrói as bases para a organização da vida e das expectativas utópicas, afastando-se dos pressupostos tradicionalistas medievais. É de diversas maneiras, no entanto, que se desdobra a subjetividade no Ocidente, produzindo modos diferentes de organização dos campos morais ou éticos. A noção de linguagem é utilizada para capturar essa pluralidade da modernidade ocidental, a qual estaria ancorada em três grandes linguagens - a

linguagem do interesse, a linguagem da razão, a linguagem do sentimento – e nas formas de hierarquização e articulação dessas linguagens na reconstrução de novos modos de vida social (ibidem, p.14-15). Assim, nosso aspecto cultural dominante é evidenciado pelo barroco, identificado pela linguagem dos sentimentos, que,

tal como as outras, (...) não expelle do seu campo o interesse ou a razão.(...) A vontade de apropriação do mundo é a chave da linguagem dos sentimentos, interessada em liberar para todos o exercício desta potência que produz e se apropria materialmente do mundo (ibidem, p.31).

Por não se prender a uma tradição fixa, o nosso barroco se constitui como linguagem em movimento, como busca incessante de sentido, como desejo permanente de ordem. Diante de um passado que não conheceu o feudalismo, a revolução burguesa, a revolução industrial, mas que teve uma história de subordinação colonial que repercutiu no momento após independência, a América Latina ou América Ibérica, como afirma Werneck Vianna (1997), ao ser objeto de estudo, é costumeiramente analisada sob a situação de atraso em relação aos países de capitalismo maduro. Há uma polarização de opiniões sobre este atraso entre os que buscavam entender as raízes culturais e arquitetar os possíveis caminhos que a América Ibérica, ou neste caso que o Brasil, deveria trilhar. De um lado, alguns desses intérpretes revelam as vantagens do atraso, diagnosticando o iberismo como uma ética moderna não-individualista, outros, entretanto, avaliam o atraso como persistência da herança ibérica e fruto dos males que atingem a estrutura social e política. Essa divergência de opiniões sobre as vantagens ou as desvantagens da nossa herança cultural é analisada pelo referido autor que a qualifica como oposição entre americanistas e iberistas. Oposição, entretanto, abrandada, no caso brasileiro, devido a uma monarquia que assegurou a ordem, o controle social e tinha

compromisso com ideais civilizatórios. Com opiniões opostas a respeito do valor da tradição ibérica, do atraso, da singularidade brasileira, iberistas e americanistas tinham em comum o intuito de construir uma ordem que prevalecesse sobre o localismo e estabelecesse um Estado nacional forte diante da ruptura causada pela Independência. Nesse sentido, Werneck Vianna esclarece que o liberalismo político foi instituído no Brasil não com o intuito de consagrar a liberdade, mas de fornecer sustentação real para o fortalecimento de um Estado Nacional.

Americanista, Tavares Bastos é precursor das análises de orientação liberal e identifica na história da colônia, ou melhor, nas condições impostas pela metrópole e nos costumes trazidos por esta, as bases do autoritarismo brasileiro. Os males do presente seriam definidos por essa forte influência de Portugal, que, segundo Tavares Bastos, é um país que não possuía a força individual que alimentava a formação das nações do norte, o que permitiu que o absolutismo vencesse lá e trouxesse na colonização “o espírito dos imigrantes pervertido pelo estigma do despotismo, do patrimonialismo e de intolerância religiosa” (BASTOS *apud* VIANNA, 1997, p.138). Essas características trazidas pelo colonizador impediam o progresso e, juntamente com o trabalho escravo, se estabelecia aqui uma situação de depravação e aspereza dos nossos costumes, segundo o autor. Esse diagnóstico feito por Tavares Bastos na juventude é reiterado na sua maturidade e dá sustentação para as suas expectativas civilizatórias para o Brasil, por meio, principalmente, da suposição da superioridade da população imigrante e da possibilidade de que esta transformasse, sob o ponto de vista intelectual, moral, a sociedade brasileira. No entanto, o americanismo não poderia acontecer através de uma reforma política vinda *de baixo*, da sociedade civil, pois isto implicava em um risco para a unidade nacional, causado por uma possível ameaça de

sermos dirigidos pela Inglaterra ou pela França, ou em risco de anarquia. Tampouco poderia se concretizar plenamente através de uma reforma política vinda *de cima*, pois esta dependeria de dois elementos: terra e mercado de trabalho livres. É sabido que o exclusivo agrário e o trabalho escravo eram instrumentos sustentados pelo iberismo para preservar a unidade nacional e o controle social das classes subalternas, aspectos que ambos os lados, americanistas e iberistas, visavam preservar. Nesse sentido, Luiz Werneck Vianna esclarece, em síntese, em que consistia o americanismo:

o americanismo não era concebido como uma ampla reforma sociopolítica, moral, intelectual, menos ainda como um projeto popular. Consistia na estratégia de estadistas que visavam o futuro do país, inscrevendo-o no movimento civilizatório, impelidos por imperativos racionais e não pela representação de interesses concretos com os quais estivessem articulados (VIANNA, 1997, p.141).

Tavares Bastos reconhece em sua obra que sob a sociedade brasileira não haveria formas de implantar uma reforma plena de americanização. Nesse sentido, o autor em pauta identifica na singularidade da formação brasileira a transferência do patrimonialismo ibérico para a Colônia, atrelando à realidade do país o despotismo político e o atraso, inaugurando, assim, uma tradição de análise, que, posteriormente, é representada por Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Essa tradição de análise é também identificada como “Estatista”, pois verifica no processo histórico brasileiro um grande peso do Estado para moldar a Nação (FERREIRA; RICUPERO, 2005).

Raymundo Faoro destaca, na formação precoce do estado Absolutista de Portugal e na conseqüente constituição do patrimonialismo político, a raiz da subordinação da sociedade ao Estado existente em Portugal e no Brasil. Com a derrota do feudalismo em Portugal já no século XIV, os reis passaram a não se apoiar mais nos

proprietários de terra, e, com a expansão marítima, a aristocracia feudal é destruída definitivamente. Faoro afirma, que, desde então, o estamento burocrático se configura como “proprietário da soberania”, como o principal meio para a separação entre Estado e Nação. Igualmente, a vinda da família real Portuguesa ao Brasil evidencia a unidade formada apenas pelo estamento burocrático, já que não existia, naquele momento, segundo Faoro, nenhum sentimento nacional. Este autor demonstra, em vários momentos da história do Brasil, o peso do Estado na formação da Nação. Assim, em síntese, a constituição de 1824 e com ela, a sustentação do estamento burocrático no senado vitalício, no poder moderador, entre outros, garantem, durante todo o império, a conservação do domínio do Estado. Do mesmo modo acontece no segundo Reinado e na Revolução de 30, na qual o autor sugere que o papel desempenhado pelo poder moderador apenas se transfere ao Exército (idem).

Além da questão do atraso e da singularidade do Brasil, observa-se, assim, outro tema recorrente nas interpretações do Brasil, o da relação entre Estado e sociedade, ou entre poder público e poder privado. Existem duas posições antagônicas nesse sentido: de um lado, Nestor Duarte e Oliveira Vianna que constituem uma tradição privatista de análise e, de outro, a tradição estatista, enfatizada anteriormente através de Tavares Bastos e Raymundo Faoro. Em *Populações Meridionais do Brasil*, e 1918 e *Instituições Políticas Brasileiras*, de 1945, Oliveira Vianna evidencia na sociedade colonial o clã rural, o que ele chama de “célula básica” da formação social brasileira, pois, segundo ele, toda a população rural se congrega em torno de chefes territoriais que são similares aos senhores feudais. Nessa organização rural existe, segundo ele, uma solidariedade social, nomeada por “solidariedade de clã”, a única realmente vivida pela população, o que reflete a distinção entre a expansão colonizadora

e a expansão do poder público. No entanto, o “espírito de clã”, a marca presente na nossa vida social e política, impede uma “consciência local” e, no Império, uma “consciência provincial” e uma “consciência nacional”; em outros termos, ele impede a integração da Nação. Qualificado como um iberista, Oliveira Vianna percebe a singularidade do país de forma positiva, no entanto, afirma que a noção de distintividade teria desaparecido da consciência das elites após a Independência. Segundo ele, desde a Independência vivíamos em uma conjuntura política apartada da realidade, ou nos termos do próprio autor, “apartados da noção objetiva do Brasil real” (VIANNA, 1920 *apud* VIANNA, 1997, p.145). Havia um rompimento com o passado, com a realidade do país por parte das elites que teriam, em nome de alguns ideais, construído um “Brasil artificial”. Assim sendo, Oliveira Vianna pretendia demonstrar que a singularidade da nossa história deveria conduzir a uma institucionalidade política também singular. Levando em consideração a distância do “país real” com as instituições liberais, mais o chamado “espírito de clã”, que tendia a se perpetuar, o autor sugere que no Estado se encontraria a superação dos nossos males. Nesse sentido, o Estado se demonstra, na perspectiva de Oliveira Vianna, como um promotor da integração nacional, como único agente capaz de construir uma aproximação entre o “país legal” e o “país real”. Este último devendo servir de parâmetro para a ação do Estado.

As amplas reflexões histórico-sociológicas a respeito do passado colonial, da herança ibérica, o diagnóstico do presente e as proposições da organização político-institucional estão presente nas obras - algumas aqui mencionadas - que vão desde o Império, com Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, até o conjunto de obras que criticam o modelo constitucional de 1891, como, por exemplo, Alberto Torres, Oliveira Vianna e

Azevedo Amaral. Estes últimos, no entanto, constituem a forma final, específica do pensamento político autoritário, examinado por Bolivar Lamounier (1978), o qual identifica nas obras supracitadas do período do Império as origens tanto da forma narrativa quanto das preocupações substantivas evidenciadas no conjunto de obras posterior. A característica fundamental dessa geração é, segundo o autor, um anseio de fortalecimento do poder público central, perspectiva aberta diante do ressentimento causado pela subordinação do período colonial e do expansionismo das grandes potências. Nesse sentido, o pensamento político autoritário, ao utilizar demasiadamente o termo “organização” com intuito de dar forma a uma sociedade percebida como amorfa e também em face do contexto vivido naquele momento, se constitui num sistema ideológico com o intuito de legitimar o poder do Estado como um agente tutelar da sociedade.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda dialoga com essa corrente ideológica de pensamento - a qual nomeia de “mussolinismo indígena” - identificando nela um pensamento ordenador que visava bloquear “nosso próprio ritmo espontâneo” (MONTEIRO, 2009). Em artigos de sua juventude essa crítica já aparece e, posteriormente, é reiterada no livro supracitado, lançado no ano de 1936, no qual afirma que a “desordem” é o elemento-chave do pensamento autoritário para justificar a necessidade de forças ordenadoras sustentadas pelo Estado, que resumem na “simples obediência” a possibilidade de se construir uma população disciplinada.

A forma como Sérgio Buarque de Holanda percebe o “nosso ritmo espontâneo” se diferencia entre seus escritos da juventude e em *Raízes do Brasil*, sendo possível verificar uma forte valorização da nossa singularidade nos primeiros e, posteriormente, uma visão mais madura que aprecia e, ao mesmo tempo, identifica impasses nas

características que definem o homem ibero-americano. Segundo Pedro Meira Monteiro “[...] é natural que o jovem de 24 anos penda para a defesa apaixonada da autenticidade irreverente, enquanto o escritor mais maduro se descobre diante de uma cadeia de impasses, crente a um só tempo na originalidade e em seu contrário” (MONTEIRO, 2009, p.174). Dessa forma, em *Raízes do Brasil*, o impasse sobre as origens ibéricas se dá entre dois extremos que definem a cultura da personalidade: de um lado, a vontade de mandar e, de outro, a disposição para cumprir ordens. O que define, nos povos ibéricos, a inexistência de uma disciplina que não seja fundada na excessiva centralização do poder e na obediência. A escolha dos homens públicos se dá, nesse sentido, muito mais através da confiança pessoal e muito menos através da impessoalidade que é característica que marca um Estado burocrático. No Brasil, afirma o autor, “pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses” (HOLANDA, 1994, p.106). Ao contrário, o predomínio constante das vontades particulares em vários campos da organização social é um aspecto marcante na história do Brasil, sendo a família o campo que mais se destacou em nossa sociedade. Lugar de laços de sangue e de coração, as formas de relação que se criam na família sempre foram modelos obrigatórios de conduta em qualquer esfera social, característica fundamental que constitui o “homem cordial” demonstrado por Sérgio Buarque de Holanda (ibidem, p.107). Em um trecho célebre de *Raízes do Brasil*, o autor ao mesmo tempo sintetiza a personalidade do “homem cordial” e confirma a autenticidade do brasileiro:

A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a

influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar boas maneiras, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (HOLANDA, 1994, p.107).

Na perspectiva do autor, esta ética da cordialidade, entendida como uma mediação entre o indivíduo e os hábitos, normas e costumes da sociedade, está em constante processo de construção, incorporando ou criando tensões com os elementos modernos, visto que o indivíduo está também exposto às mediações do trabalho, da política, entre outras (ESTEVES, 1998). Ou seja, ainda que Sérgio Buarque de Holanda defenda a incorporação, por parte do brasileiro, da racionalidade formalista, impessoal, e, portanto, faça uma crítica do caráter cordial do brasileiro, sua obra não apresenta pressupostos e defesas que o encaixem facilmente em uma posição americanista ou iberista. Sérgio Buarque de Holanda afirma que a crítica aos aspectos negativos do materialismo, do utilitarismo, do dinamismo norte-americanos estabelece um antagonismo que muitas vezes pode também significar um desejo velado de possuir estas características, ou seja, pode se constituir em uma admiração inconsciente. Sobre este antagonismo, Sérgio Buarque afirma que:

nossa confiança em nós mesmos necessita dessas muletas para não se abalar, como um Ariel que necessitasse de Caliban para nele ter sua justificação. É difícil não perceber que a própria ênfase com que afirmamos esse antagonismo constitui muitas vezes, uma confissão mal velada de penúria e fraqueza (HOLANDA, 1978, p.26).

Há, nesta oposição entre americanistas e iberistas, um jogo de triangulações, que coloca a América Latina como uma tensão entre América do Norte e Europa, representada pela península ibérica. A relação da América Latina, ou do Brasil com a cultura ibérica é apontada sempre abertamente como nossa herança cultural mais

presente. No caso das comparações com a América do Norte, uma análise mais aguçada demonstra um jogo de desejo, que se constitui de atração e recusa, verificável, por exemplo, na oposição entre americanistas e iberistas. É importante destacar, no entanto, que a admiração ou a recusa em relação à América do Norte e à Europa Ibérica no pensamento social e político brasileiro expressam do mesmo modo um empenho em adequar o Brasil às mudanças do mundo Ocidental moderno. Compartilham também a ideia, como mencionado anteriormente, de que era necessário construir uma Nação e, apesar da diversidade de proposições, os pensadores supracitados não partiam do pressuposto de que poderia acontecer um processo espontâneo no Brasil, como se deu na Europa Ocidental. Como defende Wanderley Guilherme dos Santos (1978), cinquenta anos antes da Independência brasileira, parte da elite intelectual e política teve acesso e passou a ser influenciada pelo pensamento liberal inglês e também pelos fisiocratas franceses. O liberalismo, que representava a liberdade e a modernização passou, naquele momento, a ser a alternativa ao colonialismo. No entanto, implantar o liberalismo em sua plenitude no Brasil significaria não apenas buscar a autonomia política, mas alterar o funcionamento da sociedade civil e do sistema econômico. Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos,

[...] Para traduzir as diretrizes ideológicas básicas em termos de regras práticas e recomendações políticas, e para exprimir o movimento de Independência em termos liberais era necessário estabelecer, pelo menos, duas metas fundamentais para o movimento: elaborar uma forma de governo republicano ou de monarquia constitucional, com base nas fantasias plebiscitárias de Rousseau ou no esquema de representação de Locke, e abolir a escravatura (SANTOS, 1978, p. 75).

Diferentemente do Brasil, as outras colônias sul-americanas tiveram processos revolucionários no momento de Independência, ao mesmo tempo em aboliam a escravatura, seguindo as linhas liberais. Estes países passaram a ter constituições bem

redigidas, a partir do processo revolucionário liderado por intelectuais, mas além do fato de terem conseguido autonomia política, provocaram também a fragmentação das nações. As elites política e intelectual brasileiras estavam atentas a estes processos latino-americanos de Independência e, tendo como base, entre outras coisas, a experiência deles, seguiram uma estratégia semi-liberal, sem a premissa de que todos os homens são política e socialmente iguais. Além da permanência da escravidão, optou – se pelo voto censitário, baseado no pressuposto de que apenas aqueles que possuíam bens eram capazes de conduzir ações adequadas à proteção e preservação da propriedade. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos,

A elite política central estabelecera como meta prioritária a unidade política nacional, que era igualmente seu princípio ordenador de quaisquer outras demandas que viessem a ser feitas pela fragmentada sociedade brasileira. Por isto a agenda liberal foi reinterpretada. Ela devia incorporar a meta principal da unidade política. A elite central acreditava que República, descentralização política, autonomia das províncias e municípios levariam à fragmentação nacional – e isto, ela, a elite central, estava disposta a evitar a qualquer preço. Para se ter um Estado liberal é necessário em primeiro lugar que se tenha um Estado nacional – o que não existia na época. (SANTOS, 1978, p. 81)

Assim, a Independência resolveu apenas o problema da autonomia política, entretanto, foi necessário o período longo de 1822 a 1841 para se definir que tipo de sociedade o Brasil iria elaborar. A solução veio após o período regencial, conturbado por diversas revoltas, através de uma reação centralizadora de uma elite conservadora, em oposição aos liberais, que assume o governo e declara o príncipe herdeiro, com 15 anos, apto a governar, tendo, a partir de então, o Poder Moderador como um dos fundamentos deste governo.

Após a década de 1840 a economia brasileira começa a se recuperar, fruto da necessidade do sistema econômico inglês de mercados de bens primários, sendo

impulsionada pelo algodão e pelo café. A demanda internacional por café gerou a busca intensiva por mais terra e mão de obra que, a partir de 1850, se torna mais escassa devido à abolição do comércio de escravos, finalmente realizada após anos de pressão inglesa. A solução encontrada foi o incentivo de imigração de trabalhadores livres que, em pouco tempo, foram reduzidos a uma condição de semiescravidão, gerando um alerta em países europeus como Alemanha e Itália, os quais proibiam que seus cidadãos deixassem a Europa para se instalarem no Brasil. Diante deste impasse, os plantadores de café convocaram o Estado para assumir a responsabilidade de estabelecer as condições necessárias, perante os outros países, para os proprietários de terra firmarem contratos econômicos.

Evidenciam-se, assim, três situações paradoxais do liberalismo no Brasil, que se desenrolaram entre o Primeiro e o Segundo Reinados: a primeira foi o fato de que o Estado se comportou de forma liberal – ou seja, não interferiu nas relações econômicas – para preservar o sistema escravocrata; a segunda se concretizou na intervenção estatal para a consolidação de linhas liberais no sistema econômico através do incentivo à mão-de-obra livre. O terceiro fato paradoxal se expressa no aumento de impostos alfandegários, em 1844, pelo então Ministro Alves Branco, que modificou o sistema tarifário brasileiro e gerou, a partir desta ação, as sementes para uma economia industrial urbana. Esta conjuntura criada a partir dos anos 1840 trouxe como questão principal o sistema tarifário para o debate da política econômica, gerando posições inesperadas nas elites políticas. Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos,

Desta forma, enquanto os proprietários de escravos lutavam pelo funcionamento de uma economia de mercado em relação à produção industrial, um grupo de políticos, intelectuais e empresários, acreditando que não poderiam entrar sozinhos na batalha econômica, e sabendo de que lado recairiam as desvantagens

do funcionamento do mercado livre, pediam a intervenção do Estado no sentido de permitir o desenvolvimento de um setor industrial. (SANTOS, 1978, p. 86)

Estas ambivalências no curso do liberalismo político no Império modificaram, portanto, a trajetória das elites políticas permitindo, por uma via bastante distinta a dos países de capitalismo central, a formação de uma elite industrial que começava morosamente a aparecer. No entanto, há uma profunda distância entre o liberalismo das elites políticas e as reivindicações populares que, segundo Sérgio Adorno, começam a ser bastante frequentes a partir de 1831. Assim, segundo o autor, a agenda liberal para as elites proprietárias rurais consistia na busca por modernização, civilização e liberdade, sem, no entanto, defender as premissas de igualdade jurídica, política e social e, principalmente, mantendo a propriedade escrava. Por outro lado, para os grupos pauperizados, liberdade e igualdade significavam a busca pelo fim da miséria e das desigualdades sociais e de cor (ADORNO, 1988, p. 34).

Baseadas nestas premissas, acirraram-se as lutas armadas em todo o Brasil no momento após a Independência, evidenciando-se, assim, as suspeitas por parte do povo da consolidação e eficácia no Brasil das fórmulas universalizantes propostas pelo liberalismo. Segundo Sérgio Adorno, “a partir da formação do Estado Nacional, o liberalismo brasileiro pôs a nu seu caráter essencialmente instrumental, promovendo uma demarcada dissociação entre seus princípios e os princípios democráticos” (ADORNO, 1988, p.47). Neste sentido, a liberdade promovida para as elites dificultou a luta por igualdade e, no âmbito das lutas políticas, o “liberalismo heroico” do momento pré-independência deu lugar a um liberalismo regressista. Este movimento foi se construindo, em primeiro lugar, com a intensificação, por parte dos proprietários rurais, do restabelecimento da ordem e do império da lei diante dos radicalismos dos conflitos populares de 1831 a 1849 e, posteriormente, com uma política de conciliação nacional

que começou a cooptar os liberais a partir de 1849, com o intuito de afastar estes dos movimentos populares. Este movimento de conciliação se deu através de um conjunto de reformas jurídicas que acomodou interesses, mas sem minimizar os problemas econômicos e sociais. Diante disto, as revoltas populares que, segundo Sérgio Adorno, tiveram pouca expressão na historiografia oficial, continuaram frequentes até a década de 1880.

A década de 1870 a 1880 acusou a presença de modalidades diversas de movimentos populares, sistematicamente obscurecidos pela historiografia oficial. Ainda em 1874-5, ocorre a revolta dos Mukers, no Rio Grande do Sul, de origem rústica e influenciada por ideias religiosas e messiânicas. Ademais, o banditismo social exacerbou-se durante a década, elegendo heróis bandidos registrados pela memória popular (Rodrigues, 1976: 145-6). A tudo isto, somaram-se as rebeliões negras; estas, mais do que quaisquer outras, ignoradas e desconhecidas por alguns historiadores que se ocuparam da crônica política da sociedade brasileira relativa ao decênio de 1870 a 1880. Parece estranho que as fugas em massa, os suicídios frequentes, os habituais assassinatos de feitores e proprietários, os quilombos existentes no Rio de Janeiro (1871 e 1878) e as rebeliões verificadas entre 1871-2, 1877-8 e 1880 não tenham obtido registro na historiografia oficial (ADORNO, 1978, p.52).

Este ambiente de revoltas descrito acima contrasta com a imagem muitas vezes propagada de um povo tranquilo e dócil. Além disto, o distanciamento, conduzido ao longo do Império, entre povo e Estado, ou entre as reivindicações de igualdade, por parte das revoltas populares, e o “liberalismo regressista”, da elite política, produziu um contexto bastante permeado pela violência entre os grupos pauperizados, seja devido às revoltas, seja por parte do Estado, que quase sempre se caracterizou como uma grande ausência para os grupos supracitados, fazendo prevalecer o mandonismo local, ou marcando a sua presença ao fazer cumprir o “Império da lei”. Deste modo, tinha-se de um lado grupos dominantes que buscavam poder junto ao Imperador, enquanto que, do outro, se efetivava uma estrutura política que garantia a reprodução da desigualdade

social e política e, por isto, pouco propícia para a construção de uma sociedade democrática.

Este panorama, no entanto, levou, em 1891, à construção de uma República que, tal como será abordado posteriormente, não conduziu a uma revolução burguesa plena e à formação de uma ordem social competitiva (FERNANDES, 2006). Na verdade, a burguesia que nascia neste momento fez uso dos mesmos mecanismos usados até então pela elite agrária: conservou – mudando (VIANNA, 1997), ou seja, se beneficiando do atraso e se afastando da possibilidade de assumir o papel de propagadora da modernidade. Isto gerou, ao mesmo tempo, uma marginalização constante da população pobre e uma ausência, na cultura política, de repertório racional burguês. Assim, desde o Império, as comunidades de trabalhadores rurais, alijadas da possibilidade de assimilar valores cívicos, constituíam as suas relações não apenas através da solidariedade, dos vínculos patriarcais e da religiosidade, mas também tinham como elemento integrador a violência (FRANCO, 1969).

Assim sendo, as profundas transformações econômicas pelas quais o Brasil passou ao longo de sua história não possibilitaram uma dinamização interna capaz de gerar uma ordem social competitiva, muito menos extinguiu um cotidiano profundamente marcado pela violência. É possível afirmar que graças a uma trajetória de revolução passiva a intensidade da violência se preserva, mas algumas de suas características vão se modificando com as transformações do capitalismo, com a urbanização e com a modernização. No entanto, este processo apenas é esclarecido na medida em que se compreende os caminhos construídos pelo Brasil a partir das transformações capitalistas. Assim, este primeiro item do capítulo trabalhou os três movimentos, quais sejam, da elite intelectual, da elite política e do povo, de um mesmo

processo histórico que vai desde o Império até o começo da República, com a intenção de demonstrar uma trajetória de dependência que alia constantemente marginalização política com violência.

Além disto, a abordagem sobre o pensamento político brasileiro evidencia a opção da elite e suas razões para uma revolução burguesa “autocrática e alongada no tempo” (CARVALHO, 1997, p.7), o que permite compreender melhor as especificidades da trajetória do liberalismo no Brasil. Esta constelação de ideias, no entanto, não pode ser bem compreendida sem se levar em conta os problemas aos quais elas tentam dar respostas, ao mesmo tempo, em que nenhuma constelação de ideias consegue se resolver plenamente em seu contexto (BRANDÃO, 2005, p.238). O fato é que a ausência de um Estado Nacional juntamente com as consequências geradas pela colonização – ou seja, com o *atraso* – se traduziam de fato em problema ao qual todo o pensamento político aqui mencionado se debruçou para analisar e buscar saídas possíveis. Mais do que isto, estas obras se constituem como interpretações do Brasil e, por este termo, não se compreende o simples sentido de pré-cientificidade, mas de análises abrangentes e profundas do país que passam a servir de base para todas outras obras com o mesmo viés amplo de análise (LAHUERTA; BOTELHO, 2005).

MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E VIOLÊNCIA NO BRASIL

Segundo José de Sousa Martins, o livro *A Revolução Burguesa no Brasil* é marcado pela busca em identificar e interpretar na história brasileira os fatores que geram mudança, mas, principalmente, os fatores de resistência a ela. Assim, o livro tem

o mesmo intuito grandioso de compreender o futuro possível diante das singularidades da nossa herança social; intuito este que movia obras anteriores, como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, *Ordem e Progresso*, de Gilberto Freyre, *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro. Com uma reflexão histórica e sociológica abrangente, o livro tem como foco analisar na história brasileira a não realização plena dos elementos que compõem a Revolução Burguesa, compreendendo a escravidão e não o proletariado como referência para elaborar uma interpretação sobre o Brasil. Escravidão que, por sua vez, construiu uma sociedade de privilégios para as elites e não uma sociedade de competição efetiva, produzindo mentalidades e instituições duradouras que marcaram a estrutura social brasileira. A ordem social escravocrata e senhorial não se abriu às transformações sociais, culturais e jurídico – políticas do capitalismo, ou melhor, nesta sociedade o capitalismo se implanta antes da construção de uma ordem social competitiva (FERNANDES, 2006, p.179).

Segundo Florestan Fernandes, o fim do Império e o começo da República trazem consigo a recomposição das estruturas de poder através da constituição de formas embrionárias de dominação burguesa, ao mesmo tempo em que permanecia a hegemonia da oligarquia. Este movimento histórico marca o início da modernidade no Brasil, que, segundo ele, caracteriza-se pelo aspecto vacilante, morno, frouxo. Isto porque a nossa burguesia, antes de converter seu poder socioeconômico em “poder político indireto”, tal como Weber o compreendia (FERNANDES, 2006, p. 240), busca a sua unificação no plano político. Mais especificamente, a burguesia vinha de um mundo provinciano, rural, tinha como referência, mesmo vivendo na cidade, a socialização bastante arraigada no poder oligárquico. Disto resulta que a burguesia

mantém múltiplas polarizações e não se assume no papel de propulsora da modernidade e da civilização, no intuito de se beneficiar sempre daquilo que fosse mais vantajoso: seja do atraso ou do adiantamento das populações.

No âmbito da política e da construção da cidadania, mantém-se o mandonismo oligárquico mesmo fora das peias da oligarquia, porque o burguês, que o repelia, poderia acabar o reproduzindo nas suas relações sociais devido ao seu repertório político e cultural. Assim também preservava-se, na Primeira República, “a coexistência de duas nações: a que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, (...)) e a que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais (...))” (FERNANDES, 2006, p. 242). Assim, a burguesia no Brasil se caracteriza pelo moderado espírito modernizador, que se mantém no século XX, dado o fato de que o capitalismo evolui ao longo do século para um capitalismo competitivo, mas o eixo desta evolução se situava no modelo neocolonial de importação e exportação. Portanto, se o impulso modernizador que vinha de fora era bastante intenso, ele se anulava devido a fronteiras delimitadas por um conjunto de instituições e valores que sustentavam uma “economia capitalista competitiva satélite” (FERNANDES, 2006, p.243).

Houve, então, uma “consolidação conservadora da dominação burguesa”, nas palavras de Florestan Fernandes, que começa a se firmar depois da abolição, momento em que a oligarquia não tinha base material e política para sustentar sua hegemonia tal como se deu no Império. No entanto, é evidente que isto não significou seu colapso, pelo contrário, houve uma fundição do “velho” e do “novo”, ou seja, da lógica da dominação burguesa e dos grupos oligárquicos dominantes. Isto se evidenciou no momento do Estado Novo (1937 – 1945), no Governo Dutra (1945 – 1951) e com o ato Institucional nº1 (1964) em que a oligarquia ressurgiu no poder, após a aparente

destruição pela Aliança Liberal (idem, p.246). Ao se consolidar no poder através de uma associação com o “velho”, se beneficiando do atraso e buscando controlar com extrema intolerância todas as manifestações de movimentos operários, a burguesia se conecta, segundo Florestan Fernandes, não com a “revolução nacional e democrática”, mas com o capitalismo dependente.

Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como uma conexão histórica não da revolução nacional e democrática, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva, a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar a sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente. (FERNANDES, 2006, p.251)

Assim, a formação da ordem competitiva na economia não produziu agentes sociais investidos de uma orientação racional da ação, o que gerou uma combinação de conceitos antitéticos: o patrimonialismo e a ordem racional-legal. Segundo Werneck Vianna (1999), esta sociologia de Florestan Fernandes que combina as ações micro e macroestruturais permite compreender a esfera dos interesses, no caso brasileiro, não como lugar de inovação e de contraposição ao patrimonialismo, mas de conservação do *status quo*. Com este argumento de fundo, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969) vai demonstrar como este processo de modernização capitalista, que não modificou a estrutura de classes nem deslocou as elites tracionais do Estado, interfere no conjunto valorativo e de reprodução do cotidiano no homem pobre. Mais especificamente, Maria Sylvia faz um estudo de campo profundo sobre o homem pobre e livre durante o período do Império e defende que a marginalização enfrentada por estes homens, ou seja, ausência de trabalho e do direito à terra, gerou um modo típico de viver das

sociedades rurais, qual seja, baseado na solidariedade, nos vínculos patriarcais, na religiosidade e na extrema violência cotidiana.

O diagnóstico feito pela autora se baseia no fato de que estes homens permaneciam em uma situação de marginalização que impossibilitava a incorporação de um modo de vida baseado na disciplina proveniente do trabalho e de repertório de valores cívicos. A violência, assim como os demais componentes sociais tradicionalmente associados à vida comunitária, se constitui como um elemento integrador destas comunidades, que se caracteriza por se efetivar com regularidade em situações cotidianas e por motivos banais. Para fornecer a dimensão de como a violência se constitui de modo cotidiano e integrador na vida destes homens, Maria Sylvia estabelece três esferas de análise, quais sejam: a vizinhança, o trabalho e o lazer e o parentesco.

A vizinhança, primeira dimensão de análise, se configura no âmbito da vida comunitária como setor de organização de bens e serviços que se sustenta através da contraprestação obrigatória (FRANCO, 1969, p.25). Esta estruturação das relações sociais por meio da proximidade social não leva fundamentalmente a fenômenos associativos, mas, comumente se conduzia “a uma expansão das áreas de atrito e um agravamento das pendências aí resultantes” (idem), que é explicada em grande parte pela precariedade das técnicas de exploração da natureza, escassez de meios de sobrevivência, ausência de hierarquias e ao repertório simples de valores. No entanto, os ajustes violentos não aconteciam somente devido a questões de sobrevivência. Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, a violência se ligava também

(...) em boa parte das vezes, a acontecimentos que são irrelevantes deste ponto de vista. É o que se percebe, por exemplo, do depoimento de uma mulher cuja

família havia sido espancada por três tocaios e que declara, ao aventar os motivos da agressão, “que seu marido tem tido pequenas desavenças no bairro em que mora, com alguns de seus vizinhos, e isto por causa das criações que estragam as plantas dela informante”. Esta observação reforça as demais, já feitas, e permite entendê-las: vê-se o quanto o uso da força é difundido, como a ela se recorre e mesmo quando estão em jogo meios de vida inteiramente prescindíveis”. (FRANCO, 1969, p.26)

Seja no trabalho, no lazer ou nas relações de parentesco, a violência ocorre com o mesmo padrão assinalado no caso acima, ou seja, por motivos banais que evidenciam a regularidade de situações como esta. Na esfera do trabalho, a autora investiga os casos ocorridos nos mutirões, que se caracterizavam pelo voluntarismo e pela ausência de autoridade, regras e hierarquias. No âmbito familiar, as ocorrências mais comuns se davam através de brigas que se desenrolavam de modo inesperado resultando em violência, em geral entre familiares não diretos. Os dados apresentados pela autora revelam um comportamento regular, no qual a violência é positivamente caracterizada e associada a valores de coragem pessoal, constituindo-se como uma característica importante na vida destes homens.

Em suma, esta violência cotidiana e banal, que estrutura as relações sociais destes indivíduos se sustenta pela marginalização social iniciada ainda na sociedade escravocrata e reafirmada, após a Independência, por meio de um liberalismo que, como mencionado anteriormente, não se debruçou sobre as questões relativas à construção da igualdade social. Também não foi possível, através das transformações capitalistas, produzir um contexto de ordem social competitiva, evidenciando-se, assim, uma fundição entre o “novo” e o “velho” que dá um aspecto *sui generis* à nossa modernização. Aspecto este que reproduz a marginalização de grande parte da população, impedindo, portanto, a construção de uma cidadania inclusiva.

Há, assim, um nexo evidente entre a cultura política que informa as instituições modernas do país e a reprodução de uma lógica social excludente e privatista, alheia a valores cívicos. Esta lógica social instituída desde a colonização dá sustentação para a violência cotidiana e banal que se estrutura em um eixo que percorre todo o processo de construção nacional, se constituindo, deste modo, como um problema da política. A reiteração da marginalização da periferia, que aparece nas obras supracitadas, produz um contexto pouco democrático e plural o que ajuda a explicar a violência em diversas formas, ligadas ou não à periferia. Isto porque o isolamento social de uma determinada parcela da população produz de forma *disseminada* a ausência de uma convivência com a pluralidade e, portanto, de um repertório que oriente para a cidadania e para a construção de uma sociedade cosmopolita. Como salienta Gabriel Feltran (2007), apesar da consolidação do Estado de direito na construção democrática brasileira, esta marginalização persiste e produz efeitos na socialização e na violência. Segundo o autor:

Vinte anos depois, esse nexo entre transformação política e mudança social perdeu sua capacidade explicativa. A construção democrática brasileira tem sido marcada e pautada, ao contrário das expectativas militantes, justamente pela contradição marcante entre a consolidação formal do Estado de direito (permeada inclusive pela implementação de um sistema amplo e bem-sucedido de participação política da sociedade civil na expansão das políticas sociais) e a persistência (ou agravamento) da desigualdade social. Ao contrário do aprofundamento da democracia às relações sociais, o período democrático recente foi marcado pela explosão da violência e aumento do desemprego estrutural, especialmente nos grandes centros urbanos, onde a sociabilidade pública sofreu restrição importante. (FELTRAN, 2007, p.87)

Desta feita, há que se compreender que, com a redemocratização em 1988, as dificuldades de expandir os direitos de cidadania permaneceram e, salvo raras exceções, como no caso do “novo sindicalismo” nascido em São Bernardo do Campo no fim dos

anos 1970 (KOWARICK, 2002), não houve uma dinamização social intensa. Portanto, não se confirmou a expectativa de uma efetivação das lutas em favor dos direitos básicos no âmbito do trabalho, além de se verificar uma dificuldade de incorporação das novas ondas de direitos. Esta reflexão abre, então, a questão de como compreender a assimilação do capitalismo flexível e sua ideologia privatista (que se mundializa principalmente nos anos 1990) em um país como o Brasil, cuja lógica predominante de socialização, também privatista, passou a ser influenciada pela abertura à sociedade de consumo global.

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, AUTORITARISMO E MUDANÇA SOCIAL

Alba Zaluar (2007) refe-se aos fatos de que o processo de democratização do país foi acompanhado por taxas crescentes de criminalidade, sobretudo de assassinatos, assim como de que o caráter cordial do brasileiro e sua capacidade de negociação foram substituídos por impulsos incontroláveis de agressividade e por uma ausência clara de cidadania, como paradoxos do Brasil contemporâneo. Para compreendê-los, Zaluar (2007) faz uma análise ao mesmo tempo de transformações institucionais e microssociais, que buscam encontrar explicações sociais para o vínculo de jovens no tráfico e no crime. Ambas as explicações encontradas pela autora são muito relevantes para o objeto de estudo recortado nesta tese. Para pensar as transformações no âmbito macrossocial, a autora resgata as características de nossa formação política, as consequências previstas e não previstas pelos militares da vivência relativamente longa do período de ditadura militar brasileira (1964-1985) e, posteriormente, as transformações sociais e econômicas no período pós-ditadura. Diante de todo este

quadro social, Zaluar (2007) faz um diagnóstico das motivações pessoais dos jovens envolvidos no crime organizado e no tráfico.

Neste caminho denso e esclarecedor traçado pela autora, ela fornece uma análise que ajuda a compreender a formação política e social do Brasil através da comparação com os Estados Unidos. Segundo a autora:

(...) o Brasil não tem nem traumatismos indeléveis nem ódios profundos em consequência das guerras civis envolvendo grupos étnicos, religiosos ou políticos, tampouco as glórias e sofrimentos de revoluções. O trabuco, o fuzil ou o revólver nunca tiveram a importância simbólica adquirida em outros países, embora também fossem usados em conflitos. Não se desenvolveu um culto à arma de fogo no Brasil, como ocorreu nos Estados Unidos após a guerra civil americana. Todavia, é também um fato que a violência ocupou um lugar, se bem que limitado, no imaginário da sociedade, como aconteceu em Portugal (Fatela, 1989). É essa violência privada e a desigualdade social, econômica e jurídica que foram as marcas mais importantes da sociedade brasileira de então, mas que persistem, transformadas, até hoje (ZALUAR, 2007, p. 36).

A desigualdade social e econômica no Brasil rural até o século XX geravam também a desigualdade jurídica, pois os juízes - a também a polícia - não tinham autonomia diante dos chefes locais, cujos crimes ficavam impunes. Desta forma, a impunidade nas instituições brasileiras tem uma longa história, tendo gerado uma insatisfação moral, na qual se consegue explicar o surgimento de bandos de homens armados com códigos de honra - como o fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro - , assim como de lutas entre famílias por poder local. No entanto, Zaluar (2007) aponta que mesmo diante desta ausência de instituições com repertório democrático desenvolveu-se no Brasil, sobretudo no ambiente urbano, as artes da negociação e da conversação. Segundo ela:

A cultura da negociação, desenvolvendo-se ao longo dos séculos XIX e XX, e a da tolerância deixam também traços na história do Brasil. No século XVII, o

país era um refúgio para os judeus tão importante quanto os Países Baixos (Mello e Souza, 1987), assim como antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil Colônia, a Inquisição presente também jamais conseguiu mobilizar a população em explosões de caça às bruxas. No século XX, os judeus imigrantes encontraram um lugar em um país tolerante das diferenças raciais e culturais (ZALUAR, 2007, p.37)

Este caráter de tolerância e de negociação poderiam ter evoluído para uma cultura democrática. Fato é que com a perda do poder dos coronéis, os partidos políticos passaram a fazer uso dos mesmos métodos adotados por aqueles no meio rural, e, posteriormente, com a ditadura militar, as artes da negociação se reduziram apenas ao Congresso, deixando as outras formas de associações civis como sindicatos, clubes e associações de moradores ficarem à mingua. Além da consequência mais evidente da perda de uma cultura democrática, a qual não se constrói com a rapidez com a qual se elabora uma Constituição democrática, a ditadura militar também deixou profundas marcas na violência:

Por ter empregado a tortura, as prisões ilegais e a censura, o regime militar abriu o caminho para a disseminação do crime organizado em vários setores. Alguns oficiais, que haviam aderido a essas práticas subterrâneas, tornaram-se membros de grupos de extermínio ou de extorsão (ZALUAR, 2007, p.39).

Sobre esta última consequência, Paulo Sérgio Pinheiro (1991) se debruça e demonstra que principalmente devido à ditadura militar, criou-se no Brasil um "autoritarismo socialmente implantado". Em um país como o Brasil, os efeitos de transições políticas são a continuidade de um nível intenso de violência. Neste contexto, a democracia não está totalmente garantida haja vista a continuidade do sistema judiciário e penal precários. Soma-se a isto o fato de que o país manteve uma das piores distribuições de renda do mundo e de desigualdade em termos de acesso à Justiça. Mesmo nos anos 1960, em que houve crescimento econômico não houve distribuição de renda,

tendo sido seguido por duas décadas (1970 e 1980) de "várias crises econômicas, morais e políticas provocadas inicialmente pela inflação rápida e, após a estabilização da moeda, pelos vícios do sistema eleitoral brasileiro" (ZALUAR, 2007, p.40). Por fim, mas não menos importante, é que, entre as mudanças mais visíveis nas décadas que seguem à democracia no país, está o fato de que ocorreram grandes transformações nos padrões de consumo, de lazer e cultura. Através da compreensão ampla deste contexto de "autoritarismo socialmente implantado", instituições jurídicas e penais precárias, grande desigualdade social e inserção do país na economia de mercado global que vários sociólogos brasileiros (ZALUAR, 2007; ADORNO; CARDIA, 1999, por exemplo) compreendem que a inserção de jovens no crime organizado e a força que estas organização adquirem desde então.

É justamente nesse processo de transição social, no qual novas agências de socialização ainda não se configuraram, que o crime organizado, em especial o narcotráfico, captura os jovens moradores dos conjuntos habitacionais populares ou das favelas encravadas nos morros cariocas. E os captura não como nação a um mundo social de injustiças (...) O resultado deste processo não é, como acentua Zaluar, a instituição de regras de solidariedade entre pobres e excluídos consituídas em torno do narcotráfico, porém a explosão do individualismo que, para os jovens, se traduz na valorização de "bens como a arma e o fumo, o dinheiro no bolso, as roupas bonitinhas e a disposição para matar" (ZALUAR, 1994, p. 102 *apud* ADORNO; CARDIA, 1999, p.71).

Esta nova linguagem do individualismo somada com uma cidadania precária explicam, em grande parte, o grande número de jovens inseridos no crime organizado assim como o aumento expressivo no número de homicídios no Brasil na segunda metade do século XX. Para se ter uma idéia do aumento exponencial a longo prazo, Adorno e Cardia citam o fato de que no estado de São Paulo "no ano de 1940, a cada

100 mil jovens entre 15 e 24 anos, apenas 1,2 apresentava como causa mortis o homicídio doloso. Em 1995, essa taxa havia alcançado 246,6 entre cada 100 mil jovens naquela faixa etária" (ADORNO; CARDIA, 1999, p.70). O aumento é assustador e também o fato de que não se sabe a autoria da grande maioria dos assassinatos. Neste sentido, os autores afirmam que muitos homicídios estão relacionados com o narcotráfico, mas muitos também podem ser provocados por "tensões nas relações intersubjetivas e que nada parecem ter em comum com a criminalidade cotidiana" e que "ocorrem, com maior frequência, nos bares, nos lares e nas ruas" (ADORNO; CARDIA, 1999, p. 72).

Para os autores, o que mais surpreende, além do grande aumento no número de assassinatos é a gratuidade e banalidade dos atos. Desta forma, os autores sintetizam que:

Não apenas por razões de ordem econômica, a atualidade brasileira expressa uma 'violência endêmica', escrevem Adorno e Cardia, 'radicada nas estruturas sociais, enraizada nos costumes, manifesta quer no comportamento de grupos da sociedade civil, quer na ação de agentes encarregados de preservar a ordem pública, e que espelhou-se em infindável número de situações, em particular na exacerbação da violência policial e nos conflitos entre particulares que redundaram em desfechos fatais' (TAVARES DOS SANTOS, 1999, p.25 *apud* ADORNO; CARDIA, 1999).

Diante destas análises com viés amplo na sociologia para a compreensão da violência endêmica, que tem caracterizado o Brasil, é possível perceber as relações profundas e, ao mesmo tempo sutis, que os diferentes tipos de violência, seja aquela urbana, seja entre particulares, possuem. Estes profundos e ao mesmo tempo sutis intercâmbios que podem existir entre as motivações dos diversos tipos de violência no Brasil definem o caráter dos problemas contemporâneos brasileiros associados à violência. As fronteiras e os limites entre as diferentes motivações de violência são

difíceis de detectar, seja porque os problemas associados aos seus diversos tipos se confundem, seja porque há uma carência de dados sobre as motivações/causas de violência no Brasil, que deveriam ser melhor investigadas e divulgadas pelas polícias e pela justiça brasileiras. O que cabe nesta investigação proposta é ressaltar alguns dados e fatos que se configuram como paradigmáticos do nosso momento e da nossa sociedade e ajudam a encontrar pistas de como abordá-los/confrontá-los seja nas políticas públicas, seja na agendas de pesquisas. Sobre políticas públicas e agendas de pesquisa, Alba Zaluar explica:

Quando faço estas afirmações, como fica claro para qualquer leitor medianamente atento ao que escrevi, não estou contra o aumento do salário mínimo nem da distribuição de renda no país que apresenta um dos altos índices mais altos, senão o maior, de desigualdade social no mundo, mas estou alertando para o fato de que apenas o aumento do salário mínimo ou a implementação de políticas públicas que não contemplem a especificidade da nova criminalidade, não serão nem suficientes nem eficazes. (...) Ao mesmo tempo é preciso desenvolver instrumentos teóricos para entender esta mortandade, esse antagonismo violento que desconhece as regras de sociabilidade, de respeito mútuo, da aceitação do outro (...) (ZALUAR, 1999, p.96).

Zaluar escreve em 1999 como se tivesse a capacidade de prever o futuro, já identificando que a melhoria econômica do país e aumento do salário mínimo, ainda que sejam grandes conquistas sociais, não são por si só capazes de enfrentar os graves problemas produzidos pela nova criminalidade. Neste sentido, as mudanças da última década no Brasil devem trazidas à tona tendo como recorte a análise aqui proposta.

A REDUÇÃO DA MISÉRIA E A PERSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA COMO PROBLEMA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA CONTEMPORÂNEA

No Brasil, ao longo das duas últimas décadas, todo um conjunto de políticas sociais foi responsável por uma redução da exclusão social, ao atender demandas – até então latentes – por consumo e acesso a serviços públicos básicos (saúde, educação, energia, transportes, etc.). Em um curto espaço de tempo, milhões de brasileiros foram subtraídos da condição de absoluto abandono social emergindo na esfera de uma ordem econômica pautada pela ação reguladora do Estado e pela lógica capitalista de reprodução social – por intermédio da produção e do consumo em massa de bens industriais – o que, conseqüentemente, acabou por institucionalizar, mesmo que primariamente, o mercado e o Estado em um conjunto significativamente mais amplo da sociedade.

Sem dúvida que, do ponto de vista da cidadania, isto representa um avanço na implementação de garantias previstas na ordem constitucional brasileira, e vai além, ao empoderar sujeitos que passam não apenas a viver uma situação material menos precarizada, mas também a adquirir um conjunto de informações e de práticas relacionadas ao mercado e às instituições modernas. Isto se verifica, por exemplo, nos programas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa Família, e, num sentido mais amplo, na universalização das relações contratuais e monetarizadas que surgiram a partir desta e de outras políticas que expandiram o acesso ao crédito e a massa salarial no país¹⁹.

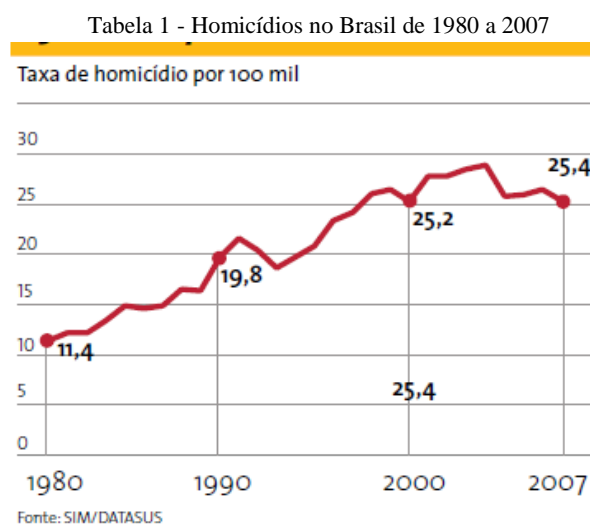
¹⁹ Sobre este tema há pelo menos duas referências importantes: André Singer (2009) escreve sobre as mudanças no comportamento eleitoral, sobretudo nas camadas sociais subalternizadas, e Walquiria Leão do Rego (2008) demonstra, com base em Simmel, como o dinheiro gerou um conjunto de saberes que empoderou a classe social contemplada com o Bolsa Família.

O avanço social e a mudança na economia a partir destas políticas públicas supracitadas parecem ter se tornado um fato incontestável. Estas mudanças atingem a todos os cidadãos brasileiros, mas de formas distintas: os indivíduos que comprovadamente passam a se empoderar são aqueles que, até recentemente, se encontravam completamente marginalizados das condições básicas de existência, ao passo que o restante da população, que já tinha acesso aos recursos materiais essenciais, parece estar sendo transformada especificamente pelo viés do consumo – cada vez mais potencializado.

À perspectiva de que o dinheiro produz reconhecimento e habilidades, deve-se somar o fato de que o dinheiro é também um mecanismo de desencalxe (GIDDENS, 2002, p. 126), ou seja, produz uma multiplicidade de relações e conhecimentos referentes à modernidade que descolam os sujeitos das tradições e da esfera local, evocando, com isto, a necessidade da incorporação de uma visão de mundo cosmopolita ou dialógica. Isto posto, deve-se considerar que os efeitos da colonização, da escravidão e do subdesenvolvimento fizeram-se sentir no processo de construção da cidadania e nos entraves à afirmação de uma ordem social moderna e competitiva no Brasil (FERNANDES, 2008).

Diante deste quadro, em que pese as mudanças conducentes ao amadurecimento de um regime democrático e à inserção profunda no capitalismo global, permanecem dilemáticos os efeitos da reposição do atraso sobre nossa socialização política, dada a patente dificuldade de construção de uma sociedade alicerçada em valores que sustentem uma cultura cívica. Esta constatação se sustenta também através de dados sobre a violência nos últimos vinte anos. Como já introduzido acima, o fato de o país ter se democratizado, ter conseguido estabelecer instituições estáveis e ter tido um

crescimento econômico notável não fez com a violência diminuísse. Pelo contrário, nos últimos vinte anos houve um crescimento em todas as modalidades de crime, em especial nos homicídios. De acordo com dados retirados do relatório de Desenvolvimento Humano 2009/2010 da PNUD, “a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil cresceu 153,5% no período, saltando de 11,4 em 1980 para 28,9 em 2003, com uma melhoria recente desde então [até 2007]” (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - PNUD, 2009/2010, p. 165).



Fonte: SIM/DATASUS *apud* Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2009/2010 PNUD – Valores e Desenvolvimento Humano

Inserida neste aumento geral da criminalidade encontra-se a violência de ódio difusa. No entanto, não há no Brasil um acompanhamento já consolidado, nestes vinte anos, que forneça estatísticas ano a ano de violência de ódio contra grupos historicamente estigmatizados tais como judeus, negros, homossexuais, e, no caso específico do Brasil, contra populações oriundas das regiões norte e nordeste do país. Muito menos provável é a existência de registros oficiais que acompanhem o que se delimita aqui como violência de ódio difusa, que engloba os casos de violência

supracitados, além de ser motivada por preconceito contra uma parte da população que é vista como moralmente inferior pelo senso comum, tais como prostitutas, moradores de rua, população de periferia; ou ainda, motivada por uma multiplicidade de problemas na socialização.

Há, por outro lado, um conjunto de evidências disponíveis em relatórios sobre violência e Direitos Humanos, feitos nos últimos 10 anos por agências como PNUD/ONU, NEV/USP e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, assim como reportagens, notícias e campanhas que permitem, em conjunto, diagnosticar o aumento da relevância do tipo de violência delimitada.

Um primeiro exemplo pode ser dado através de campanha feita pelo Ministério Público Federal, que busca orientar a população para que evite assassinatos por impulso. A campanha, intitulada “Conte até 10”, foi lançada em novembro de 2012 e teve como fundamento o aumento de homicídios por motivos banais. Ainda não há uma definição muito clara sobre quais motivos banais seriam estes, mas é provável que estejam incluídas brigas de trânsito, brigas domésticas, entre pessoas alcoolizadas, dentre outros casos parecidos. Segundo exposto no portal eletrônico do governo federal brasileiro²⁰, foi feito um estudo inédito que expõe as motivações de homicídios cometidos entre 2011 e 2012 em 11 estados. Os dados ainda não estão disponíveis, mas o site da campanha afirma que em alguns estados o índice de homicídios dolosos por motivos banais supera os 50%. Pelo fato de haver ainda pouca informação publicada a respeito dos dados que fundamentam a campanha, não é possível saber se o crime motivado por preconceito está incluído nesta noção utilizada de banalidade²¹. Da mesma forma que o conceito de violência de ódio difusa pode incluir mais formas de violência

²⁰ <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/11/campanha-201cconte-ate-10201d-pretende-diminuir-crimes-cometidos-por-impulso>

²¹ Não foi possível encontrar estes dados disponíveis online.

do que estas classificadas como banais, assim também não é possível afirmar que todas as ocorrências consideradas pelo Ministério Público coincidem com aquelas que podem ser enquadradas no conceito aqui delimitado de violência de ódio difusa. No entanto, é muito provável que nestes registros estejam incluídos o problema social amplo que se busca destacar aqui.

É possível adiantar que estes dados possuem como pano de fundo a intolerância proveniente da inabilidade de produzir um conflito social a partir de divergências e oposições, onde se busca a negociação e não a aniquilação do outro. Neste sentido, é possível citar um crime que pode ser incluído no tipo de violência aqui delimitada e que provavelmente estaria incluída nesta estatística do Ministério Público: no dia 25 de outubro de 2012 um universitário matou um colega com quem morava em uma república de estudantes, no Rio de Janeiro. O agressor disse que era vítima de bullying e tentou se matar logo após assassinar o colega²².

Ainda, vale citar que em 27 de maio de 2013 o portal da internet UOL²³ publicou que, segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e o Conselho Nacional do Ministério Público, um terço dos assassinatos no estado de São Paulo ocorreu por motivos banais. No momento em que foi publicado este índice havia grande comoção pública em razão da morte de um casal que foi assassinado a tiros, em um condomínio de luxo em São Paulo, por um vizinho que supostamente praticou o homicídio por estar incomodado com o barulho feito pelo casal.

No estado do Rio de Janeiro, em abril de 2013, outros dois casos de violência banal causaram comoção pela brutalidade e também pelo fato de acontecerem em um

²² <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2012/10/26/estudante-confessa-assassinato-de-colega-diz-policia.htm>

²³ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/27/um-terco-dos-assassinatos-em-sp-em-2012-e-2013-foi-por-motivos-futeis-diz-ssp.htm>

curto espaço de tempo. No primeiro, uma mulher asfixiou um menino de 6 anos supostamente motivada por vingança contra os pais do garoto e, no segundo, um acidente de ônibus foi provocado por uma briga entre um jovem, que já tinha passagem pela polícia, e o motorista. Ambos os casos também estão incluídos na violência de ódio difusa, na medida em que representam ódio, não por um grupo historicamente marginalizado, mas por comportamentos, estilos de vida, opiniões. A respeito destes eventos, o *Estadão* fez uma entrevista com o filósofo e psicanalista André Martins, professor da UFRJ, que aponta a necessidade de olhar para a violência que nasce em contexto diferente daquele movido pelo tráfico nas favelas, que é disseminada e está associada, segundo ele, tanto ao passado escravista, que produz ecos reforçando o fosso social brasileiro e a cultura do privilégio, quanto ao que ele chama de capitalismo desenvolvimentista selvagem brasileiro²⁴. É necessário, segundo ele, buscar construir um pacto social que valorize as instituições jurídicas, políticas e de organização urbana, e que esteja vinculado à valorização da educação, sobretudo da primeira infância.

Os exemplos acima remetem, também, ao tipo de violência caracterizado na obra de Maria Silvia de Carvalho Franco. Nela, a violência partia de uma situação tipicamente banal e cotidiana, que culminava em uma agressão sumária, onde as regras de decoro e civilidade, que se impõem num contexto em que indivíduos reconhecem-se igualmente como cidadãos, são ignoradas. Importa destacar que a ausência de um repertório de cidadania ainda é um problema latente e o que torna mais complexo este cenário é que a sociedade brasileira contemporânea vive um processo de cosmopolitização, em que é inevitável não apenas conviver com “outros”, ou seja, com grupos sociais marginalizados, mas com diferentes visões de mundo, estilos de vida e

²⁴ <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-pais-do-autoengano,1017818,0.htm>

comportamentos difundidos de maneira complexa em todo o tecido social. Ou seja, é necessário aqui considerar a sobreposição de dois processos: um nacional, no qual a construção de uma cultura política autoritária, inscrita na formação social brasileira e reatualizada ao longo do Império e da República, não foi superada no processo recente de democratização, e, em segundo lugar, o processo global de transformação convulsiva da socialização, no qual está inserida a inevitável cosmopolitização da sociedade, que, diante da ideologia do “novo espírito do capitalismo”, degenera para uma condição crise da política.

Além disto, vale destacar também a intensificação do isolamento social e, conseqüentemente, da inabilidade de resolver problemas de forma dialógica em um contexto de marginalidade avançada, de disseminação de medidas punitivas e do discurso do medo. Tendo como base o paradoxo entre o avanço da democracia e o aumento da repressão policial ilegal, Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) demonstra a existência de uma combinação entre violência cotidiana e falência institucional, que intensifica o discurso do medo, o aumento de segurança privada e de preconceitos.

É possível incorporar a este diagnóstico alguns dados mais recentes constantes do Relatório de Desenvolvimento Humano da PNUD sobre racismo, violência e pobreza, publicado no ano de 2005. Neste relatório há a constatação, a partir das estatísticas, de que “ser preto, jovem, de sexo masculino e solteiro significa ser alvo preferencial da violência letal no Brasil” (PNUD, 2005, p.87). Na comparação entre pretos, brancos e pardos, na faixa etária entre 10 e 39 anos, é possível perceber, de acordo com a tabela abaixo, que na medida em que a pele escurece a mortalidade por homicídios vai ficando maior. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes para a população negra, ou seja, população de pretos e pardos, é de 46,3, o que é quase o dobro

do número em relação à taxa de homicídios para os brancos (a mortalidade dos negros no Brasil era maior do que na Colômbia, que estava em guerra civil no mesmo período, com taxa de 44 por 100 mil). Na busca por compreender as motivações e tentar definir os agressores, o relatório publica que foram feitas sondagens e buscas de estudos específicos que “indicam que os negros são as maiores vítimas não só dos criminosos, mas também da instituição que deveria proteger os cidadãos: a polícia” (idem, p. 91).

Tabela 2 – Taxa de homicídios na população por 100 mil habitantes por sexo, idade e cor/raça em 2011.

Faixa etária	Masculino			Feminino		
	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
Até 9 anos	1,0	0,9	1,3	1,1	1,0	0,9
de 10 a 14 anos	4,2	9,7	7,7	1,7	2,3	2,7
de 15 a 19 anos	64,8	152,5	123,3	6,6	11,5	9,9
de 20 a 24 anos	102,3	218,5	185,4	6,6	13,2	10,3
de 25 a 29 anos	96,5	177,2	163,6	7,6	15,2	11,2
de 30 a 39 anos	69,8	120,5	112,5	5,9	12,1	8,4
de 40 a 49 anos	49,4	67,9	75,4	4,7	7,3	6,6
de 50 a 59 anos	35,0	42,3	46,3	3,9	3,8	2,9
60 anos ou mais	22,9	16,5	25,7	4,7	3,2	4,0

Fonte: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano – Racismo, Violência e Pobreza, Brasil 2005, p.

88.

O dado referente à violência policial envolve um conjunto de fatores que não está compreendido na abordagem definida neste trabalho. No entanto, este tema não pode ser ignorado pelo fato de que a violência policial ilegal se intensifica com a democracia e, mais importante para este trabalho, muitas vezes é movida por preconceitos e autoritarismo. Para abordar este problema sem fugir do foco proposto compreende-se, assim como a constatação feita no 5º Relatório Nacional sobre os

Direitos Humanos do NEV/USP, que os preconceitos e também o autoritarismo da polícia estão presentes na sociedade como um todo. Segundo o relatório:

Nesta linha de classificação feita pela população, “preto”, “pobre”, “nordestino”, “prostituta”, “adolescente” representam autorizações prévias que permitem práticas abusivas e essa “demarcação” apoia-se frequentemente em preconceitos arraigados na sociedade como um todo, e não apenas na corporação policial (NEV/USP, 2001/2010, p. 296).

Assim também, de acordo com o relatório supracitado, comparando pesquisas sobre os valores relacionados à violência e aos direitos humanos feitas em 1999 e 2010, aumentou a propensão a aceitar um certo arbítrio da política para violar as leis. Sobre este aumento da propensão, as tabelas abaixo fornecem uma ideia a respeito da concordância em relação a alguns abusos que a polícia possa vir a cometer.

Tabela 3 – Um policial pode, em 1999:

	concorda totalmente	concorda em parte	discorda em parte	discorda totalmente
Invadir uma casa	3,2	12,4	6,1	78,4
Atirar em um suspeito	1,9	5,1	5,1	87,9
Agredir um suspeito	1,8	4,8	4,7	88,7
Atirar em suspeito armado	16,0	26,8	11,8	45,4

Fonte: NEV/USP, 5º Relatório Nacional de Direitos Humanos, 2001/2010 p.42.

Tabela 4 – Um policial pode, em 2010:

	concorda totalmente	concorda em parte	discorda em parte	discorda totalmente
Invadir uma casa	5,5	17,5	13,3	63,8
Atirar em um suspeito	3,2	13,4	14,8	68,6
Agredir um suspeito	3,6	13,1	15,4	67,9
Atirar em suspeito armado	15,9	29,4	16,7	38,0

Fonte: NEV/USP, 5º Relatório Nacional de Direitos Humanos, 2001/2010 p. 42.

Ainda sobre os valores referentes à violência e aos direitos humanos, um dado relevante é a fraca discordância em relação à tortura, fato que muda em relação a 1999, momento em que a rejeição era maior. Segundo o relatório, os entrevistados deveriam

dizer se concordam ou discordam da frase: “os tribunais devem aceitar provas obtidas através de tortura”. Enquanto em 1999 houve uma clara discordância da frase, em 2010 apenas 52% discordaram (NEV/USP, 2001/2010, p. 47). Sobre este relatório, Nancy Cardia escreveu um artigo para o jornal *Le monde diplomatique*, em que diz que a juventude de 2010, que nasceu sob a égide do regime democrático, apresenta aspectos mais autoritários que a juventude de 1999: surpreende o número de jovens que apoiam a pena de morte e tortura, assim como a violência como medida punitiva para educação dos filhos.

No âmbito geral dos valores, aumentou o número de jovens que valorizam mais o aumento da capacidade de consumo e da geração de renda do indivíduo em detrimento de valores mais coletivos como bem-estar da comunidade e solidariedade de grupo. Estes valores não parecem ter sido passados de pais para filhos, pois, por exemplo, muitos dos jovens que concordam com a violência no intuito de disciplinar, seja proveniente do Estado, seja proveniente da família, não sofreram violência por parte dos pais. Cardia²⁵ conclui que nesta juventude há o que Guillermo O’Donnell intitulou de “autoritarismo socialmente implantado”, que significa a desvalorização das leis e da solidariedade em nome da segurança e disciplina.

Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) identifica este autoritarismo da sociedade brasileira, que defende a prática ilegal da polícia no momento imediatamente após a ditadura militar. Como exemplo da dificuldade, enfrentada por grande parte da população, em construir uma cidadania inclusiva, vale trazer um fato que Teresa Pires do Rio Caldeira cita em seu livro *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Segundo a autora, o governo Montoro “lutou pelo retorno ao estado de

²⁵ <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1276>

direito e, uma vez eleito, tentou não só controlar os abusos policiais como também melhorar as condições das prisões de São Paulo. Foi durante a sua administração que o crime violento aumentou significativamente em São Paulo” (CALDEIRA, 2000, p.346). Em resposta ao discurso em favor dos direitos humanos e diante do aumento da criminalidade, o repórter policial Jazadji “se opôs à política de humanização das prisões, à reforma da polícia e a algumas inovações do governo Montoro, como a delegacia da mulher” (idem, p. 347). O discurso estereotipado associado à oposição do bem contra o mal foi infinitamente mais popular do que a defesa dos direitos humanos, fato que gerou não só o “aumento da oposição do governo Montoro, mas também tornou mais difícil para a sua administração garantir o Estado de Direito” (idem, p. 348).

Como não há muitos dados sistematizados em relação à motivação da violência nos últimos vinte anos, as pesquisas sobre valores ajudam a fornecer base para o argumento defendido, qual seja, de que, principalmente a partir dos anos 1990 há uma propensão para o aumento da violência de ódio difusa que está relacionada ao dilaceramento da cidadania e que não está em oposição aos valores hegemônicos, mas que ocorrem em decorrência, no caso do Brasil, da justaposição entre uma cultura política autoritária e a ideologia do novo capitalismo. Compreendendo que na violência de ódio difusa está incluída também a violência contra parcelas da população que sofrem preconceitos, tais como negros, homossexuais, prostitutas, moradores de rua, nordestinos, entre outros, foram coletadas algumas notícias que exemplificam este tipo de intolerância.

Apenas a partir de 2011 surgem dados oficiais sobre violência homofóbica no Brasil, algo que dificulta a produção científica em torno do tema, mas, ao mesmo tempo, demonstra o aumento da relevância deste tipo de violência. Como mostrado na

tabela abaixo, de 2011 a 2012 houve um aumento de 166,09% no número de denúncias, o que pode indicar a intensificação do debate sobre violência homofóbica e a percepção de que isto tem se tornado um problema social. O banco de dados do NEV/USP, acessado em abril de 2013, também apresenta dados a partir de 2011, coletados em jornais, o que, portanto, reforça a ideia de que a abordagem sobre a intolerância inerente a este tipo de violência tem ganhando relevância nas ciências sociais.

Tabela 5 – Violações relacionadas à população LGBT. Comparação entre 2011 e 2012

	2011	2012	% de aumento
Denúncias	1.159	3.084	166,09%
Violações	6.809	9.982	46,6%
Vítimas	1.713	4.851	183,19%
Suspeitos	2.275	4.784	110,29%
Média violação/vítima	3,97	3,23	

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano 2012, p.18.

Nesta pesquisa feita no banco de dados do NEV/USP também foi colhido um conjunto de notícias dos anos 2004, 2007, 2008 e 2012 a partir de vários jornais que relatam agressões contra moradores de rua. Por não haver uma sistematicidade na coleta do NEV/USP não há como concluir se houve um aumento nestes casos de violência contra moradores de rua e nem se há uma característica marcante presente na maioria deles. Além disto, não há dados oficiais sistematizados que mostrem agressões contra moradores de rua ao longo destes vinte anos. Mas, entre as notícias recolhidas ao longo do ano, uma veiculada de *Folha de São Paulo* evidencia a recorrência sobre casos de violência contra moradores de rua em um espaço curto de tempo. O excerto abaixo tirado de uma notícia veiculada em 02 de novembro de 2013 pela *Folha de São Paulo* ilustra bem este cenário.

Além do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Bahia são alguns dos Estados que têm casos recentes de agressões à moradores de rua. Em Brasília, no mês passado, três jovens de classe média foram acusados de matar queimado o morador de rua, Edivan Lima da Silva, 48.

O caso tem semelhanças com assassinato do índio pataxó Galdino dos Santos, que também teve o corpo queimado na cidade, em 1997. Na época, cinco rapazes, de classe média, confessaram ter atado fogo no índio, dizendo se tratar apenas de uma "brincadeira". Eles foram condenados em 2001.

No começo do ano, em Porto Alegre, um morador de rua foi espancado até a morte por cinco pessoas ao lado do Mercado Público, um dos locais mais tradicionais da capital.

Em Presidente Venceslau (611 km de São Paulo), em novembro do ano passado, um mendigo foi encontrado em estado grave com parte do corpo queimada e com o desenho de uma suástica (símbolo do nazismo) feito em suas costas com uma faca.

Poucos meses antes, outro morador de rua também foi vítima de agressão com fogo em Salvador. Daniel Pinto dos Santos, 26, morreu após ter 60% do corpo queimado por quatro homens.

No início de 2012, no Rio de Janeiro, Vítor Suarez Cunha, 21, foi espancado após tentar defender um morador de rua que era agredido na Ilha do Governador. O ataque lhe causou 20 fraturas no crânio e a necessidade de colocar 63 parafusos e oito placas de titânio na cabeça (FOLHA, 2013²⁶).

Diante disto, é importante dizer que, assim como descrito no relatório de violência homofóbica (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2011), muitas vezes os ataques são feitos por um grupo cuja intenção é atingir as pessoas que se encaixam em minorias estigmatizadas por algum preconceito, tais como nordestinos, homossexuais, moradores de rua, prostitutas, etc. No caso do relatório sobre violência homofóbica isto fica claro principalmente pela quantidade maior de agressores do que de vítimas. Como exemplo deste tipo de agressão em grupo, em 28 de abril de 2013 foi noticiado no site UOL que um jovem nordestino foi agredido duas vezes em diferentes

²⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335519-sp-rs-e-df-tem-casos-recentes-de-agressao-a-moradores-de-rua.shtml>

lugares e momentos na cidade de São Gonçalo por um grupo de neonazista que, além de espancá-lo o ofendeu por ser nordestino²⁷.

Este conjunto de casos de violência citados aqui são apenas alguns exemplos que estão incluídos na violência de ódio difusa, que podem estar crescendo juntamente com a difusão de discursos conservadores e autoritários que muitas vezes expressam uma busca de sentido, ou em outros termos, de um mecanismo de fuga à liberdade, diante da insegurança típica da modernidade radicalizada. A partir desta propensão ao autoritarismo, que se expressa de maneira mais individualizada e múltipla, busca-se compreender estas expressões de violência de ódio difusa que, no Brasil, são predominantemente reforçadas pela ausência histórica de um repertório de cidadania inclusiva.

Mais especificamente, defende-se que no Brasil a violência de ódio difusa é predominantemente infrapolítica. Este conceito abrange um conjunto vasto de formas de violência, mas, mais importante, ele sintetiza um processo também amplo de transformação da violência. Segundo Michel Wieviorka (2009), principalmente depois dos anos 1980, em que houve um processo mundializado de privatização da economia, a violência também se privatizou, ou melhor, houve uma diminuição da violência que se interessa pelo sistema político ou pelo poder do Estado. Houve, por outro lado, um aumento da violência que se interessa mais em atividades lucrativas, tais como tráfico de drogas, armas, órgãos, crianças, etc. Como exemplo, o autor cita as máfias russa e da antiga Yugoslávia, que podem atacar o Estado principalmente se este interferir em seus negócios, com uma probabilidade muito pequena de atacar tendo um projeto político de poder como motivação. Wieviorka também cita a violência no Brasil, que até os anos

²⁷ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/28/agredido-por-jovem-que-se-diz-neonazista-conta-que-mudou-rotina-por-medo.htm>

1970 podia apresentar alguma motivação política em razão da ditadura. Atualmente, no entanto, estão entre as motivações propósitos estritamente criminais.

O autor também inclui na violência infrapolítica o fenômeno racista e xenofóbico. Ainda que esta violência se caracterize fundamentalmente pelo fato de não estar ligada ao sistema político ou não ser motivada pela busca do poder político, é possível que alguns discursos autoritários, fundamentalistas ou preconceituosos encontrem espaço no sistema político. No entanto, apesar destes discursos motivarem a violência, eles não declaram publicamente um incentivo à violência. Fazendo uma correlação com casos vivenciados no Brasil, poderíamos dizer que o discurso de alguns evangélicos neopentecostais, que estão paulatinamente ampliando sua bancada parlamentar e adquirindo mais postos de primeiro e segundo escalões na administração pública, se caracteriza pelo fundamentalismo e preconceito²⁸.

Ainda que o autoritarismo seja intenso no discurso destes pastores, que claramente estabelecem inimigos – tais como homossexuais, fiéis de outras religiões, sobretudo as afrodescendentes – e com isto se afastem da possibilidade de construção de um conflito social baseado em uma ação política, eles não chamam para si a responsabilidade de crimes de intolerância. Isto posto, a associação existe, ou seja, o discurso fundamentalista, que dá capital político a alguns pastores, orienta, sem dúvida, ações potencialmente violentas, mas a motivação da violência não é política, no sentido de que não há uma estratégia por parte do agressor de se interessar pelo poder do Estado.

²⁸ <http://exame.abril.com.br/brasil/politica/album-de-fotos/15-tuites-polemicos-do-pastor-e-deputado-marco-feliciano>
<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,em-ato-contra-gays-silas-malafaia-diz-que-uniao-homoafetiva-e-crime,1039203,0.htm>

Inserida nestas transformações da violência, há também o aumento da violência metapolítica. De maneira sintética, a violência metapolítica não é apolítica, mas pode estar acima do sistema político, tal como o terrorismo e pode ter como motivação o ataque ao Estado. No entanto ela se caracteriza fundamentalmente por uma rejeição à modernidade, principalmente devido seu caráter pós-tradicional, ou seja, que faz com que a tradição não seja a única alternativa de construção de sentido. Há sempre neste tipo de violência uma intransigência e uma impossibilidade de negociação, podendo estar ligada a uma tradição, ou ter um conteúdo religioso.

No Brasil houve apenas dois casos de violência metapolítica. Um caso em 1999²⁹ em que um jovem matou 14 e feriu 50 pessoas sem um alvo estabelecido em um cinema do Morumbi shopping, em São Paulo. O segundo, na cidade do Rio de Janeiro³⁰, ocorreu em 7 de abril de 2011, quando o atirador Wellington Menezes, ex-aluno do colégio, matou 12 crianças e feriu mais de dez estudantes. Estes dados, sejam referentes à violência infrapolítica, sejam em relação a estes casos de violência metapolítica evidenciam a condição brasileira de modernidade periférica radicalizada. Isto significa que a violência de ódio difusa no Brasil combina ao mesmo tempo expressões resultantes da condição de *atraso* como também dilemas inerentes à modernidade radicalizada.

²⁹ <http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/em-dia/em-1999-mateus-meira-e-o-massacre-que-chocou-o-brasil/>

³⁰ <http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/>

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos pressupostos implícitos deste trabalho é que há dilemas da modernidade, revelados brutalmente pelas duas guerras mundiais, que, ao invés de resolvidos, foram radicalizados ao longo do tempo, tendo sido profundamente complexificados diante do contexto de capitalismo flexível. Mais especificamente, a busca por ordem, aliada à exclusão da alteridade, ou, em outros termos, aliada à luta contra a ambivalência, se expressaram, de forma extrema, nas barbaridades do nazismo, na escravidão, no *apartheid*, na perseguição de comunistas, entre outros nos quais a vítima era claramente estigmatizada por conceitos como raça, gênero, nacionalidade, religião, ideologia, comumente através de muros, campos de concentração, prisões, entre outras barreiras quase sempre definidas nos termos do Estado-Nação.

Basicamente, o trabalho expõe que autores tão diversos, tais como os frankfurtianos (por exemplo, Adorno, Horkheimer, Eric Fromm) e Hannah Arendt, ou autores mais contemporâneos tais como Wierviorka e Bauman, concordam que a modernidade libertou os indivíduos das obrigações da tradição, mas os jogou, ao mesmo tempo, em um mundo no qual é necessário lidar com a incerteza, onde os indivíduos estão soltos e responsáveis pelas suas próprias escolhas. A busca incessante por um mundo ordenado, no qual todos os efeitos estejam sob o controle humano, se revela impossível na modernidade, e a recusa desta liberdade, ou da incerteza, é a recusa do diálogo, da negociação ou do extravasamento do conflito, ou seja, é a recusa da política democrática, o que leva, por sua vez, à produção de intolerância, violência e ruptura. Este dilema da modernidade, ou este efeito colateral violento, resultante da incapacidade de lidar com a liberdade, adquire diversas feições de acordo com as

configurações sociopolíticas apresentadas ao longo da História. Neste ponto do trabalho defino dois aspectos, que se combinam, para abordar este tema: um teórico e outro histórico. No âmbito teórico, recupera-se a concepção de Arendt de que a violência é o oposto do poder, compreendendo o último como ação política concertada. Este axioma arendtiano é reforçado posteriormente por Michel Wieviorka (2013) na diferenciação metodológica que estabelece entre conflito social e violência, ainda que o autor não faça uso explícito da teoria de Arendt. No âmbito histórico, o capítulo I, em síntese, expõe uma trajetória típico-ideal que vai desde o nazismo, passa pela irrupção de crimes de ódio e chega ao contexto atual demonstrando o caráter difuso que a violência adquiriu, levando a um patamar que gera um novo paradigma para a violência, em que são necessários novos referenciais teóricos para compreendê-la.

O ponto a ser destacado é que a violência de ódio, definida nos termos de exclusão através de categorias sociais, continua a existir, mas associada também a muitos outros tipos de violência, definidos individualmente ou por pequenos grupos em um contexto em que o Estado-Nação já não tem um papel bem definido, como no momento de estruturação da modernidade, que perdurou, de maneira significativa, até o declínio do capitalismo fordista. Este contexto, que se apresenta como condição social, é o da sociedade do risco, muito bem trabalhado e definido por Ulrich Beck, que expõe, em síntese, que depois da queda do muro de Berlim e de Chernobyl, ficou claro que não é possível mais estabelecer barreiras simbólicas e geográficas que resultem na delimitação dos riscos a apenas alguns indivíduos ou populações. Este dilema é uma característica fundamental para se compreender a noção de “novo paradigma da violência”, ainda que Wieviorka não trabalhe nestes termos. Mas o conceito estipulado por ele está associado ao aumento de problemas na socialização e de vazios de sentido ou

produção exagerada de sentido, características que são consequência do processo social demonstrado no primeiro capítulo.

Mais do que nunca, portanto, é necessário conviver com a diferença e buscar um debate de alternativas, como o exposto, ainda no capítulo I, entre Ulrich Beck, com sua proposta cosmopolita, e Chantal Mouffe, com a noção de pluralismo agonístico. Fato é que é necessária uma reinvenção da política, para usar um termo de Beck, mas, ao contrário disto, estamos vivendo, de maneira difundida em termos mundiais, uma crise da política. Esta crise da política diz respeito às transformações pessoais do capitalismo flexível, relacionadas à reprodução de uma ideologia extremamente privatista e instrumental. Concomitante a este novo modo de acumulação surgiu e se disseminou a política neoliberal, que, ao mesmo tempo, reduziu drasticamente as políticas de bem-estar social e intensificou os mecanismos de punição através do aumento de prisões, o que gerou, associado às altas taxas de desemprego, a marginalidade avançada (WACQUANT, 2001). É possível dizer que a intensificação da marginalização, somada a uma ideologia privatista e instrumental, pode gerar um ambiente social potencialmente violento, que se origina em diversos contextos, não estando necessariamente vinculado às condições de vulnerabilidade econômica.

Esta é a discussão colocada, em síntese, pelo capítulo I e, nos capítulos que se seguem, II e III, são abordados os processos de formação nacionais relacionados com as características específicas da violência de ódio difusa em ambos os países.

Por que estudar Estados Unidos? Em primeiro lugar, sempre foi referência de democracia. Tocqueville mesmo demonstra que a democracia americana serviu de referência à Europa. No pensamento social brasileiro, a oposição entre americanistas e iberistas, como define Sérgio Buarque de Holanda, assume as feições de um jogo de

atração e recusa pelos Estados Unidos, revelando a importância da comparação entre os dois países no conjunto das interpretações clássicas do Brasil.

A força da democracia norte-americana, segundo Tocqueville, reside na capacidade dos indivíduos de agirem politicamente através das associações. Este pressuposto, em conjunto com história norte-americana, leva alguns autores, em especial Robert Putnam, a afirmarem que existe uma queda, no momento contemporâneo, do capital social, ou seja, da capacidade dos americanos de se associarem, o que, em consequência, diminui a força da democracia norte-americana. O estudo de Putnam, apesar de rico em dados e relevante para o debate sobre a queda do associativismo, ignora uma máxima ainda mais relevante de Tocqueville, qual seja, a de que, nos Estados Unidos, a experiência prática do homem comum na política permite que os hábitos e costumes sejam as bases de manutenção das leis. Mais especificamente, para este autor, as leis e, sobretudo, os costumes, permitem que o povo democrático permaneça livre. Há, portanto, uma perspectiva mais qualitativa na teoria de Tocqueville que Putnam não aborda, e que se demonstra mais relevante para a compreensão das transformações estruturais no momento contemporâneo. Desta forma, o capítulo II aborda as raízes puritanas e suas especificidades na formação dos Estados Unidos, a intolerância arraigada (demonstrada, por exemplo, pela escravidão e pelo *apartheid*), a forma sempre politizada de lidar com a violência de ódio e, por fim, como tem se apresentado, contemporaneamente, a violência de ódio nos EUA, em especial naquilo que tem se constituído como um dilema: os *rampage shootings*, definidos neste trabalho como uma manifestação de violência metapolítica. A violência metapolítica caracteriza-se, em síntese, por ser não instrumental e ir além do político, devido ao seu caráter inegociável, algo que expõe claramente a crise da modernidade.

Outra pergunta importante a ser esclarecida é por que comparar Brasil e Estados Unidos. Em primeiro lugar, ambos tem em comum o fato de serem países que emergem a partir da colonização europeia, que se estruturam territorialmente em dimensões continentais, e que são marcados profundamente pela escravidão, tendo como base fundadora religiões, ainda que distintas, que produzem um importante sentido nacional ainda hoje, ou, em outros termos, que constituem profundamente a comunidade imaginada. Para além destes motivos mais evidentes, que aproximam os dois países, é fundamental destacar a relevância da violência na formação política e cultural em ambos os países, destacando a grande diferença no papel que ela exerce sobre cada um. Sobre esta diferença é possível dizer que, nos EUA, a violência exerceu um papel fundamental na sua formação e, ao contrário de se apresentar como um elemento perturbador ou avesso à consciência coletiva, estruturou a sociabilidade e a identidade neste país. No Brasil, a violência está vinculada à formação social, à escravidão, à dificuldade de se sobrepor uma ordem social igualitária e competitiva à estrutura social hierárquica e patrimonialista. Disto resulta que, para entender como a violência se apresenta nos dias atuais, é fundamental resgatar a formação política de ambos os países, algo já bem discutido na sociologia da violência no Brasil, mas quase inexistente nos estudos norte-americanos de violência, especificamente sobre os *rampage shootings* ou *mass shootings*.

Mais do que isto, os Estados Unidos apresentam um processo constante de empoderamento dos sujeitos e de construção forte e molecular da cidadania. É, portanto, uma importante matriz da modernidade. O indivíduo existe, é forte, valorizado. Neste sentido, a noção de crise da modernidade é facilmente identificada.

O Brasil, como se sabe, possui um processo de modernidade diferente, podendo ser classificado como periférico, onde nem o igualitarismo, nem o individualismo típicos da experiência norte-americana conseguem se afirmar como horizonte de sentido para a vida social. A noção de indivíduo é, neste contexto, pouco valorizada e desenvolvida, ao contrário da cordialidade, que permanece com força de sentido. Segundo Sérgio Buarque, o homem cordial poderia ser superado através do repertório civilizacional burguês, que o trabalho produtivo, em moldes empresariais, pode proporcionar. Mas o Brasil assimilou o capitalismo flexível, no qual o trabalho é precário e pouco valorizado, sem alcançar os objetivos materiais da modernidade. Embora as últimas décadas tenham como marca, no Brasil, a retirada de muitas pessoas da miséria, não houve uma melhora estrutural da educação nem um projeto bem sucedido de desenvolvimento da cidadania. Ao contrário, produziu-se apenas mais consumidores. No Brasil, alia-se, portanto, competitividade e isolamento social, de um lado, com o aumento de violência banal, do outro, o que gera um contexto muito agressivo e de ameaça à democracia, compreendida não apenas como um modelo, mas também como um conjunto de repertórios de cidadania.

No Brasil, portanto, não há espaço para a violência metapolítica, que se manifesta em lugares onde há saturação de sentido e onde o mal-estar gerado é consequência de um processo de isolamento social e de ausência de reconhecimento individual decorrentes da crise de controle social. Esta crise de controle social, definida em detalhe no capítulo II, se revela na sociedade norte-americana a partir de uma excessiva normalização e engessamento das formas de agir, fruto de um estilo paranóico de fazer política, mas também resultado de um contexto no qual as instituições

funcionam há muito tempo de forma eficaz e no qual tanto elas quanto os indivíduos possuem um sentido político bem definidos.

Assim, ao mesmo tempo em que é possível afirmar que não há espaço para a violência metapolítica no Brasil, é possível concluir também que o dilema relacionado à violência é muito mais complexo e confuso que nos EUA. Sobre isto, pode-se dizer que os EUA precisam reinventar a política e lidar com os efeitos perversos de uma sociedade atomizada e cada vez mais desigual, mas o Brasil, com a violência banal arraigada, aqui definida como infrapolítica, possui dilemas que combinam a modernidade clássica com a modernidade radicalizada, de forma misturada e confusa.

Esta confusão, no entanto, não se revela como um complicador para a tese aqui exposta, pois este trabalho busca abrir caminho para uma reflexão sobre a violência que combina teoria política e temas da sociologia contemporânea. O desafio encontrado no campo acadêmico, qual seja, o de resgatar dados que demonstrem rigorosamente o aumento, a partir dos anos 1990, do tipo de violência aqui delimitada, estipulada como violência de ódio difusa, se revela pela ausência de conceitos claramente delimitados, que possam servir de base para a interpretação de uma sequência histórica de sua ocorrência.

Desta forma, o objetivo delimitado, de buscar compreender estes tipos de violência à luz da noção de um novo paradigma da violência, trazendo, a reboque disso, uma discussão principalmente teórica e histórica, visa organizar um debate e demonstrar sua relevância. Este debate concentra-se na ideia de que há duas necessidades prementes: a reinvenção da política e a valorização da democracia mediante a reflexão sobre os hábitos e costumes, algo bastante evidente na violência ocorrida nos Estados Unidos. O Brasil, principalmente quando visto sob comparação, não conseguiu construir

uma comunidade imaginada tendo como base um pacto social ancorado na valorização da educação e de valores democráticos. Além de ter de superar desafios clássicos da modernidade, o país precisa estar atento ao dilema contemporâneo que alia a condição, vivida por todos, de sociedade do risco, com o consumismo exacerbado, o individualismo competitivo e a tendência para a anomia social, que minam diversos potenciais de uma reinvenção da política.

9 - BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
- ADORNO, S. Patrimonialismo, liberalismo e democracia: ambivalências da sociedade e do Estado no Brasil pós-colonial. In: *Os aprendizes do poder: O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 33-75.
- ADORNO, S., CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-1989. In: In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.) *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- BARBOSA FILHO, R. As linguagens da democracia. *RBCS*. v. 23, n. 67, junho/2008.
- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- BECK, U. *Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo, Ed.34, 2010.
- _____. *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- _____. “Momento cosmopolita” da Sociedade do risco. *Revista Eletrônica de Jornalismo científico*. 2008. Acesso em 15 de agosto de 2012. <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&id=50118>
- BELLAH, R. N. Civil religion in America. *Daedalus*, v. 117, nº3, p.97-117, 1988.
- _____. *et al. Habits of the heart: Individualism and Commitment in American Life*. University of California Press, 2007.
- _____. *et al. Individualism and the Crisis of Civic Membership. Christian Century March*, 20 – 27, 1996, pp.260-265.
- BENDIX, *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BENN, W. *Contra a diversidade. Piauí*, ed.26, Novembro de 2008.
- BOLTANSKI, L & CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

BORUM, R; CORNEL, D. G; MODZELESKI, W; JIMERSON, S. R; What Can Be Done About School Shootings? A Review of the Evidence. *Educational researcher*, v.39, n. 1, 2010, p.27-37.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n.2, p. 231 a 269, 2005.

BROWN, R. P; OSTERMAN, L.L; BERNES, C. D. School Violence and the Culture of Honor, *Psychological Science* v.20, n.11, p.1400-1405, 2009.

BUTLER, J. *Marcos de Guerra*. Las vidas lloradas. Buenos Aires: Paidós, 2010.

CALDEIRA, T, P. do R. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

CARVALHO, M. A. de. Prefácio: uma reflexão sobre a civilização brasileira. In: VIANNA, L. W. *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

COHEN, J. L; ARATO, A. Sociedade civil y teoría política. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

DERBER, C. *Sociopathic Society: A People's sociology of the United States*. Boulder, London: Paradigm Publishers, 2013.

DUARTE, A. *Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração*. Selectedworks, 2009. In: http://works.bepress.com/andre_duarte/15

ELIASOPH, N. *Avoiding politics: how americans produce apathy in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998

_____. *Making volunteers: civic life after welfare's end*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

ESTEVES, P. L. M. L. Cordialidade e Familismo amoral: dilemas da modernização. *RBCS* v. 13, n.36. Fev/1998.

FELTRAN, G de S. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, v.72, p.83-114, 2007.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)*. São Paulo, Globo, 2008.

_____. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, Globo, 2006.

FERREIRA, G. N.; RICUPERO, B. Raymundo Faoro e as Interpretações do Brasil. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, p.37-55, 2005.

FONSECA, C. da. *Deus Está do Nosso Lado: Excepcionalismo e Religião nos EUA. Contexto Internacional* – vol.29

FOX, C.; HARDING, D.J. School Shootings as Organizational Deviance. *Sociology of Education*, v. 78, n.1, p. 69-97, 2005.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FROMM, E. O medo à liberdade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1964.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

HARVEY, D. O Neoliberalismo: história e implicações. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

_____. *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

HOLANDA, S. B. de. Considerações sobre o americanismo. In: *Cobra de Vidro*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

_____. *Raízes do Brasil*. 26º ed. Rio de Janeiro, José Olympio Ed, 1994.

HOLSTON, J. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUNTINGTON, S. P. *Who are we? The challenges to America's national identity*. New York: Simon & Schuster, 2004.

JENNESS, V. Social movement growth, domain expansion, and framing processes: the gay/lesbian movement and violence against gays and lesbians as a social problem. *Social Problems*, v.42, n.1, p.145-170, 1995.

JONES, J. M. Americans's satisfaction with blacks treated tumbles. *Gallup*, August 4, 2015.

_____. Americans's views of black-white relations deteriorate. *Gallup*, August 6, 2015.

_____. In US, Confidence in Police Lowest in 22 years. *Gallup*, June 19, 2015.

JOURNELL, W. The Challenges of Political Instruction in a Post-9/11 United States. *The High School Journal*, v. 95, n. 1, p.3-14, 2011.

KOVARICK, L. Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos*, v.63, p.9-30, julho/2002.

LAFER, C. Introdução. In: ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

LAHUERTA, M.; BOTELHO, A. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, p.37-55, 2005.

LAHUERTA, M.; SILVA, A. P. Ferguson e a democracia na América. *Estadão Noite*, 26 de agosto 2014.

LAL, V. The Killer as Auteur: Insanity, Intimacy and Death in Virginia. *Economic and Political Weekly*, v. 42, n.18, p.1589-1590, 2007.

LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação. In: *História Geral da civilização Brasileira*. Rio de Janeiro – São Paulo. DIFEL, 1978.

LEONHARDT, D.; PARLAPIANO, A. Why gun control and abortion are different from Gay Marriage. *The New York Times*, June 30, 2015.

LIPSET, S. M. *El excepcionalismo norteamericano*. Una espada de dos filos. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

MACHADO DA SILVA, A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.13, p.115-124, 1999.

MEDIA MONITOR. *Violence goes to school*. How TV has covered school shootings. Washington, D.C. Center for media and public affair, 1999.

MISSE, Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, v.79, p.15-38, 2010.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política e Sociedade*, n.3, p.11-26, 2003.

_____. *Em torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

MOORE JR., B. As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edições Cosmos, 1975

MUSCHERT, G. W. Rampage: The Social Roots of School Shootings by Katherine S. Newman; Cybelle Fox; David Harding; Jal Mehta; Wendy Roth. *Contemporary Sociology*, v.34, n.6, p.617-619, 2005.

_____. Research in School Shootings. *Sociology Compass* v.1, n.1 p.60–80, 2007.

MONTEIRO, P. M. As Raízes do Brasil no Espelho de Próspero. *Novos Estudos*, v.83, Março/2009.

NEWMAN, K. S. *et al. Rampage*. The social roots os school shootings. New York: Basic Books, 2004

NEWPORT, F. Americans continue to shift the left on key moral issues. *Gallup*, May 26, 2015.

_____. Despite unrest, blacks do not feel more mistreated by police. *Gallup*, August 3, 2015.

OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n.10, 1989.

PAIVA, A. R. *Católico, Protestante e Cidadão*. Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. São Paulo: *Revista USP*, abril, maio e junho, 1991.

REIS, E. P. Reinhard Bendix, uma introdução. In: BENDIX, R. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

REGO, W. L. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao bolsa família. *Lua Nova*, São Paulo, nº 73. p. 147-185, 2008.

SANTOS, W. G. dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo no Brasil*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

SENNETT, R. *Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2010.

SERBIN, K. Hostes do vazio: assassinos em massa têm mais frustrações e desequilíbrio do que projetos políticos. *Estadão*. 12 de agosto de 2012.

SINGER, A. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos* nº85, 2009.

SCHOENFELD, A. Rampage Shootings, School Structures, and Community Organization. *Yale Law and Policy Review*, v.21, p.347-356, 2005.

SUTTLES, G. D. Rampage: The Social Roots of School Shootings by Katherine S. Newman. *American Journal of Sociology*, v.111, n.4, p.1219-1221, 2006.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n.1, Jan./Mar, 2004

VIANNA, L. W. *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, L. W. Weber e a Interpretação do Brasil. *Novos Estudos* nº53, 1999.

WACQUANT, L. J. D. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº13, p.39-50, 1999.

_____. Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, n.9, v.1. p.5-41, 1997.

_____. Social Conflict. *Current Sociology Review*, Sage, London, nº 61, v.5-6, p. 696–713. 2013.

_____. Violence: a new approach. London, Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2009.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.) Violência em tempo de globalização. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. Democratização incabada: fracasso na segurança pública. *Estudos Avançados* 21 (61), 2007.

RELATÓRIOS

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos Relatório sobre violência homofóbica no Brasil : ano de 2011. Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho, Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). – Brasília, DF : Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos Relatório sobre violência homofóbica no Brasil : ano de 2012. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

NEV/USP. 5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos. 2001-2010. Primeira Edição, São Paulo, 2012.

PNUD/ONU. Relatório de Desenvolvimento Humano – Racismo, pobreza e violência. Brasil, 2005.

PNUD/ONU. Relatório de Desenvolvimento Humano – Valores e desenvolvimento humano. Brasil, 2009/2010.

SITES ACESSADOS

http://www.schoolshooters.info/PL/Articles_files/Rampage%20School%20Shooters-%20A%20Typology.pdf. Acesso em 02 de abril de 2013.

http://www.cmpa.com/files/media_monitor/99julaug.pdf. Acesso em 02 de abril de 2013.

[ttp://www.brasil.gov.br/educacao/2012/11/campanha-201cconte-ate-10201d-pretende-diminuir-crimes-cometidos-por-impulso](http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/11/campanha-201cconte-ate-10201d-pretende-diminuir-crimes-cometidos-por-impulso). Acesso em 15 de outubro de 2013.

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2012/10/26/estudante-confessa-assassinato-de-colega-diz-policia.htm>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/27/um-terco-dos-assassinatos-em-sp-em-2012-e-2013-foi-por-motivos-futeis-diz-ssp.htm>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-pais-do-autoengano,1017818,0.htm>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1276>. Acesso em 03 de abril de 2013.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335519-sp-rs-e-df-tem-casos-recentes-de-agressao-a-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em 02 de novembro de 2013.

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/28/agredido-por-jovem-que-se-diz-neonazista-conta-que-mudou-rotina-por-medo.htm>. Acesso em 02 de maio de 2013.

<http://exame.abril.com.br/brasil/politica/album-de-fotos/15-tuites-polemicos-do-pastor-e-deputado-marco-feliciano>. Acesso em 20 de junho de 2013

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,em-ato-contragaays-silas-malafaia-diz-que-uniao-homoafetiva-e-crime,1039203,0.htm>. Acesso em 15 de junho de 2013.

<http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/em-dia/em-1999-mateus-meira-e-o-massacre-que-chocou-o-brasil/> Acesso em 30 de agosto de 2013.

<http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/>. Acesso em 30 de agosto de 2013.

http://www.fbi.gov/about-us/investigate/civilrights/hate_crimes. Acesso em 05 de outubro de 2013.

<http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2012/12/estreia-documentario-bullying-toca-em-ferida-aberta-em-escolas-dos-eua.html>. Acesso em 04 de abril de 2013.

http://www.huffingtonpost.com/2013/09/17/mass-shootings-us_n_3935978.html. Acesso em 03 de outubro de 2013.

<http://www.motherjones.com/politics/2012/07/mass-shootings-map?page=2>. Acesso em 03 de outubro de 2013.

10 – ANEXOS

TABELAS DO FBI SOBRE CRIMES DE ÓDIO: DE 1996 A 2011.

Table 1. — Number of Incidents, Offenses, Victims, and Offenders by Bias Motivation, 1996

	Number of			
	Incidents	Offenses	Victims	Known Offenders
Total	8,759	10,706	11,039	8,935
Single Bias Incidents				
Race:	5,396	6,767	6,994	6,122
Anti-White	1,106	1,384	1,445	1,783
Anti-Black	3,674	4,469	4,600	3,701
Anti-American Indian/Alaskan Native	51	69	71	56
Anti-Asian/Pacific Islander	355	527	544	374
Anti-Multi-Racial Group	210	318	334	208
Ethnicity/National Origin:	940	1,163	1,207	1,095
Anti-Hispanic	564	710	728	734
Anti-Other Ethnicity/National Origin	376	453	479	361
Religion:	1,401	1,500	1,535	523
Anti-Jewish	1,109	1,182	1,209	371
Anti-Catholic	35	37	38	17
Anti-Protestant	75	80	81	44
Anti-Islamic	27	33	33	16
Anti-Other Religious Group	129	139	145	64
Anti-Multi-Religious Group	24	27	27	11
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	2	2	2	0
Sexual Orientation:	1,016	1,256	1,281	1,180
Anti-Male Homosexual	757	927	940	925
Anti-Female Homosexual	150	185	192	150
Anti-Homosexual	84	94	99	93
Anti-Heterosexual	15	38	38	4
Anti-Bisexual	10	12	12	8
Multiple-Bias Incidents¹	6	20	22	15

¹There were six multiple-bias incidents. Within these incidents there were 20 offenses, 22 victims, and 15 known offenders.

Table 1. — Number of Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders by Bias Motivation, 1997

	Number of			
	Incidents	Offenses	Victims ¹	Known Offenders ²
Total	8,049	9,861	10,255	8,474
Single-Bias Incidents				
Race:	4,710	5,898	6,084	5,444
Anti-White	993	1,267	1,293	1,520
Anti-Black	3,120	3,838	3,951	3,301
Anti-American Indian/Alaskan Native	36	44	46	45
Anti-Asian/Pacific Islander	347	437	466	351
Anti-Multi-Racial Group	214	312	328	227
Religion:	1,385	1,483	1,586	792
Anti-Jewish	1,087	1,159	1,247	598
Anti-Catholic	31	32	32	16
Anti-Protestant	53	59	61	19
Anti-Islamic	28	31	32	22
Anti-Other Religious Group	159	173	184	120
Anti-Multi-Religious Group	24	26	27	11
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	3	3	3	6
Sexual Orientation:	1,102	1,375	1,401	1,315
Anti-Male Homosexual	760	912	927	1,032
Anti-Female Homosexual	188	229	236	158
Anti-Homosexual	133	210	214	103
Anti-Heterosexual	12	14	14	14
Anti-Bisexual	9	10	10	8
Ethnicity/National Origin:	836	1,083	1,132	906
Anti-Hispanic	491	636	649	614
Anti-Other Ethnicity/National Origin	345	447	483	292
Disability:	12	12	12	14
Anti-Physical	9	9	9	11
Anti-Mental	3	3	3	3
Multiple-Bias Incidents³	4	10	40	3

¹ The term "victim" may refer to a person, business, institution, or a society as a whole.

² The term "known offender" does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect is identified which distinguishes him/her from an unknown offender.

³ There were four multiple-bias incidents. Within these incidents, there were 10 offenses, 40 victims, and 3 known offenders.

Table 1

**Number of Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
By Bias Motivation, 1998**

	Incidents	Offenses	Victims ¹	Known offenders ²
Total	7,755	9,235	9,722	7,489
Single-Bias Incidents				
Race:	4,321	5,360	5,514	4,626
Anti-White	792	989	1,003	1,131
Anti-Black	2,901	3,573	3,663	2,999
Anti-American Indian/Alaskan Native	52	66	66	61
Anti-Asian/Pacific Islander	293	359	372	245
Anti-Multi-Racial Group	283	373	410	190
Religion:	1,390	1,475	1,720	536
Anti-Jewish	1,081	1,145	1,235	394
Anti-Catholic	61	62	65	15
Anti-Protestant	59	61	62	31
Anti-Islamic	21	22	23	12
Anti-Other Religious Group	125	138	288	71
Anti-Multi-Religious Group	41	45	45	12
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	2	2	2	1
Sexual Orientation:	1,260	1,439	1,488	1,408
Anti-Male Homosexual	850	972	1,005	1,048
Anti-Female Homosexual	223	265	270	207
Anti-Homosexual	158	170	177	129
Anti-Heterosexual	12	13	17	7
Anti-Bisexual	17	19	19	17
Ethnicity/National Origin:	754	919	956	863
Anti-Hispanic	482	595	620	580
Anti-Other Ethnicity/National Origin	272	324	336	283
Disability:	25	27	27	42
Anti-Physical	13	14	14	19
Anti-Mental	12	13	13	23
Multiple-Bias Incidents³	5	15	17	14

¹ The term *victim* may refer to a person, business, institution, or a society as a whole.

² The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect is identified which distinguishes him/her from an unknown offender.

³ There were five multiple-bias incidents. Within these incidents, there were 15 offenses, 17 victims, and 14 known offenders.

Table 1

**Number of Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 1999**

Bias Motivation	Incidents	Offenses	Victims ¹	Known offenders ²
Total	7,876	9,301	9,802	7,271
Single-Bias Incidents	7,871	9,291	9,792	7,265
Race:	4,295	5,240	5,485	4,362
Anti-White	781	970	996	1,011
Anti-Black	2,938	3,542	3,679	2,861
Anti-American Indian/Alaskan Native	47	49	50	40
Anti-Asian/Pacific Islander	298	363	379	288
Anti-Multi-Racial Group	211	316	381	162
Religion:	1,411	1,532	1,686	602
Anti-Jewish	1,109	1,198	1,289	429
Anti-Catholic	36	41	41	18
Anti-Protestant	48	49	50	19
Anti-Islamic	32	34	34	14
Anti-Other Religious Group	151	170	221	98
Anti-Multi-Religious Group	31	35	46	21
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	4	5	5	3
Sexual Orientation:	1,317	1,487	1,558	1,376
Anti-Male Homosexual	915	1,025	1,070	1,043
Anti-Female Homosexual	187	216	231	150
Anti-Homosexual	178	205	216	154
Anti-Heterosexual	14	16	16	15
Anti-Bisexual	23	25	25	14
Ethnicity/National Origin:	829	1,011	1,040	904
Anti-Hispanic	466	576	588	562
Anti-Other Ethnicity/National Origin	363	435	452	342
Disability:	19	21	23	21
Anti-Physical	10	11	13	9
Anti-Mental	9	10	10	12
Multiple-Bias Incidents³	5	10	10	6

¹The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

²The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect is identified which distinguishes him/her from an unknown offender.

³A *multiple-bias incident* is any hate crime incident in which one or more of the offenses were committed as a result of two or more bias motivations.

Table 1

**Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2000¹**

Bias motivation	Incidents	Offenses	Victims ²	Known offenders ³
Total	8,063	9,430	9,924	7,530
Single-Bias Incidents	8,055	9,413	9,906	7,520
Race:	4,337	5,171	5,397	4,482
Anti-White	875	1,050	1,080	1,169
Anti-Black	2,884	3,409	3,535	2,799
Anti-American Indian/Alaskan Native	57	62	64	58
Anti-Asian/Pacific Islander	281	317	339	273
Anti-Multiracial Group	240	333	379	153
Religion:	1,472	1,556	1,699	577
Anti-Jewish	1,109	1,161	1,269	405
Anti-Catholic	56	61	63	33
Anti-Protestant	59	62	62	23
Anti-Islamic	28	33	36	20
Anti-Other Religious Group	172	187	210	77
Anti-Multireligious Group	44	46	52	18
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	4	6	7	1
Sexual Orientation:	1,299	1,456	1,558	1,443
Anti-Male Homosexual	896	1,023	1,060	1,088
Anti-Female Homosexual	179	211	228	169
Anti-Homosexual	182	210	226	153
Anti-Heterosexual	22	22	24	18
Anti-Bisexual	20	20	20	15
Ethnicity/National Origin:	911	1,164	1,216	1,012
Anti-Hispanic	557	735	763	694
Anti-Other Ethnicity/National Origin	354	429	453	318
Disability:	36	36	36	36
Anti-Physical	20	20	20	22
Anti-Mental	16	16	16	14
Multiple-Bias Incidents⁴	8	17	18	10

¹Because hate crime submissions have been updated, data in this table may differ from those published in *Crime in the United States, 2000*.

²The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

³The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that the race of the suspect is identified which distinguishes him/her from an unknown offender.

⁴A *multiple-bias incident* is a hate crime in which two or more offense types were committed as a result of two or more bias motivations.

Table 1
**Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
 by Bias Motivation, 2001¹**

Bias motivation	Incidents	Offenses	Victims ²	Known offenders ³
Total	9,730	11,451	12,020	9,239
Single-Bias Incidents	9,721	11,430	11,998	9,226
Race:	4,367	5,290	5,545	4,494
Anti-White	891	1,034	1,065	1,148
Anti-Black	2,899	3,529	3,700	2,818
Anti-American Indian/Alaskan Native	80	95	100	103
Anti-Asian/Pacific Islander	280	349	363	271
Anti-Multiple Races, Group	217	283	317	154
Religion:	1,828	2,004	2,118	917
Anti-Jewish	1,043	1,117	1,196	389
Anti-Catholic	38	38	40	12
Anti-Protestant	35	36	36	45
Anti-Islamic	481	546	554	334
Anti-Other Religious Group	181	211	235	102
Anti-Multiple Religions, Group	45	51	52	28
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	5	5	5	7
Sexual Orientation:	1,393	1,592	1,664	1,580
Anti-Male Homosexual	980	1,103	1,152	1,196
Anti-Female Homosexual	205	245	257	170
Anti-Homosexual	173	207	217	179
Anti-Heterosexual	18	20	21	17
Anti-Bisexual	17	17	17	18
Ethnicity/National Origin:	2,098	2,507	2,634	2,193
Anti-Hispanic	597	755	812	941
Anti-Other Ethnicity/National Origin	1,501	1,752	1,822	1,252
Disability:	35	37	37	42
Anti-Physical	12	12	12	16
Anti-Mental	23	25	25	26
Multiple-Bias Incidents⁴	9	21	22	13

¹Because hate crime submissions have been updated, data in this table may differ from those published in *Crime in the United States, 2007*.

²The term victim may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

³The term known offender does not imply that the identity of the suspect is known, but only that the race of the suspect has been identified, distinguishing him/her from an unknown offender.

⁴A multiple-bias incident is a hate crime in which two or more offense types were committed as a result of two or more bias motivations.

IMPORANTE: TABELA 2002 não encontrada no site do FBI

Table 1

Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2003

<i>Bias motivation</i>	<i>Incidents</i>	<i>Offenses</i>	<i>Victims¹</i>	<i>Known offenders²</i>
Total	7,489	8,715	9,100	6,934
Single-Bias Incidents	7,485	8,706	9,091	6,927
Race:	3,844	4,574	4,754	3,886
Anti-White	830	969	1,006	1,019
Anti-Black	2,548	3,032	3,150	2,456
Anti-American Indian/ Alaskan Native	76	83	85	80
Anti-Asian/Pacific Islander	231	277	289	196
Anti-Multiple Races, Group	159	213	224	135
Religion:	1,343	1,426	1,489	574
Anti-Jewish	927	987	1,025	332
Anti-Catholic	76	78	80	32
Anti-Protestant	49	50	54	20
Anti-Islamic	149	155	171	94
Anti-Other Religion	109	118	120	69
Anti-Multiple Religion, Group	24	25	26	17
Anti-Albion/Agnosticism/etc.	9	13	13	10
Sexual Orientation:	1,239	1,430	1,479	1,313
Anti-Male Homosexual	783	881	910	863
Anti-Female Homosexual	187	220	230	167
Anti-Homosexual	247	305	314	257
Anti-Heterosexual	14	15	15	10
Anti-Bisexual	8	9	10	16
Ethnicity/National Origin:	1,026	1,236	1,326	1,119
Anti-Hispanic	426	529	595	577
Anti-Other Ethnicity/ National Origin	600	707	731	542
Disability:	33	40	43	35
Anti-Physical	24	30	32	24
Anti-Mental	9	10	11	11
Multiple-Bias Incidents³	4	9	9	7

¹The term victim may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

²The term known offender does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect has been identified, which distinguishes him/her from an unknown offender.

³A multiple-bias incident occurs only when two or more offense types are committed in a single incident. In a situation where there is more than one offense type, the agency can indicate a different bias motivation for each offense type. In the case of a single offense type, only one bias motivation can be indicated.

Table 1

Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2004

<i>Bias motivation</i>	<i>Incidents</i>	<i>Offenses</i>	<i>Victims¹</i>	<i>Known offenders²</i>
Total	7649	9035	9528	7145
Single-Bias Incidents	7642	9021	9514	7136
Race:	4042	4863	5119	4173
Anti-White	829	998	1027	1085
Anti-Black	2731	3281	3475	2694
Anti-American Indian/Alaskan Native	83	97	100	97
Anti-Asian/Pacific Islander	217	252	266	188
Anti-Multiple Races, Group	182	235	251	109
Religion:	1374	1480	1586	604

Anti-Jewish	954	1003	1076	330
Anti-Catholic	57	57	68	37
Anti-Protestant	38	43	48	28
Anti-Islamic	156	193	201	124
Anti-Other Religion	128	140	147	68
Anti-Multiple Religions, Group	35	37	39	14
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	6	7	7	3
Sexual Orientation:	1197	1406	1482	1258
Anti-Male Homosexual	738	855	902	832
Anti-Female Homosexual	164	201	212	163
Anti-Homosexual	245	297	314	224
Anti-Heterosexual	33	35	36	22
Anti-Bisexual	17	18	18	17
Ethnicity/National Origin:	972	1201	1254	1047
Anti-Hispanic	475	611	646	585
Anti-Other Ethnicity/National Origin	497	590	608	462
Disability:	57	71	73	54
Anti-Physical	23	23	24	16
Anti-Mental	34	48	49	38
Multiple-Bias Incidents³	7	14	14	9

¹The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

²The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect has been identified, which distinguishes him/her from an unknown offender.

³In a *multiple-bias incident* two conditions must be met: 1) more than one offense type must occur in the incident and 2) at least two offense types must be motivated by different biases.

Table 1

**Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2005**

<i>Bias motivation</i>	<i>Incidents</i>	<i>Offenses</i>	<i>Victims¹</i>	<i>Known offenders²</i>
Total	7163	8380	8804	6804
Single-Bias Incidents	7160	8373	8795	6800
Race:	3919	4691	4895	3913
Anti-White	828	935	975	963
Anti-Black	2.63	3.20	3.32	2581
	0	0	2	
Anti-American Indian/Alaskan Native	79	95	97	73
Anti-Asian/Pacific Islander	199	231	240	163
Anti-Multiple Races, Group	183	230	261	133

Religion:	1227	1314	1405	580
Anti-Jewish	848	900	977	364
Anti-Catholic	58	61	61	22
Anti-Protestant	57	58	58	32
Anti-Islamic	128	146	151	89
Anti-Other Religion	93	102	106	54
Anti-Multiple Religions, Group	39	42	47	18
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	4	5	5	1
Sexual Orientation:	1017	1171	1213	1138
Anti-Male Homosexual	621	713	743	715
Anti-Female Homosexual	155	180	186	146
Anti-Homosexual	195	228	233	237
Anti-Heterosexual	21	23	23	18
Anti-Bisexual	25	27	28	22
Ethnicity/National Origin:	944	1144	1228	1115
Anti-Hispanic	522	660	722	691
Anti-Other Ethnicity/National Origin	422	484	506	424
Disability:	53	53	54	54
Anti-Physical	21	21	21	21
Anti-Mental	32	32	33	33
Multiple-Bias Incidents³	3	7	9	4

¹The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

²The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect has been identified, which distinguishes him/her from an unknown offender.

³In a *multiple-bias incident* two conditions must be met: 1) more than one offense type must occur in the incident and 2) at least two offense types must be motivated by different biases.

Table 1
Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2006

<i>Bias motivation</i>	<i>Incidents</i>	<i>Offenses</i>	<i>Victims¹</i>	<i>Known offenders²</i>
Total	7722	9080	9652	7330
Single-Bias Incidents	7720	9076	9642	7324
Race:	4000	4737	5020	3957
Anti-White	890	1008	1054	1074
Anti-Black	2,640	3,136	3,332	2,437
Anti-American Indian/Alaskan Native	60	72	75	72

Anti-Asian/Pacific Islander	181	230	239	181
Anti-Multiple Races, Group	229	291	320	193
Religion:	1462	1597	1750	705
Anti-Jewish	967	1027	1,114	362
Anti-Catholic	76	81	86	44
Anti-Protestant	59	62	65	35
Anti-Islamic	156	191	208	147
Anti-Other Religion	124	140	147	63
Anti-Multiple Religions, Group	73	88	92	49
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	7	8	8	5
Sexual Orientation:	1195	1415	1472	1380
Anti-Male Homosexual	747	881	913	914
Anti-Female Homosexual	163	192	202	154
Anti-Homosexual	238	293	307	268
Anti-Heterosexual	26	28	29	26
Anti-Bisexual	21	21	21	18
Ethnicity/National Origin:	984	1233	1305	1209
Anti-Hispanic	576	770	819	802
Anti-Other Ethnicity/National Origin	408	463	486	407
Disability:	79	94	95	73
Anti-Physical	17	20	21	17
Anti-Mental	62	74	74	56
Multiple-Bias Incidents ³	2	4	10	6

¹The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

²The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect has been identified, which distinguishes him/her from an unknown offender.

³In a *multiple-bias incident*, two conditions must be met: (a) more than one offense type must occur in the incident and (b) at least two offense types must be motivated by different biases.

Table 1

**Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2007**

<i>Bias motivation</i>	<i>Incidents</i>	<i>Offenses</i>	<i>Victims¹</i>	<i>Known offenders²</i>
Total	7624	9006	9535	6965
Single-Bias Incidents	7621	8999	9527	6962
Race:	3870	4724	4956	3707
Anti-White	749	871	908	828
Anti-Black	2658	3275	3434	2509

Anti-American Indian/Alaskan Native	61	75	76	63
Anti-Asian/Pacific Islander	188	219	234	165
Anti-Multiple Races, Group	214	284	304	142
Religion:	1400	1477	1628	576
Anti-Jewish	969	1010	1127	320
Anti-Catholic	61	65	70	31
Anti-Protestant	57	59	67	22
Anti-Islamic	115	133	142	104
Anti-Other Religion	130	140	148	62
Anti-Multiple Religions, Group	62	64	66	32
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	6	6	8	5
Sexual Orientation:	1265	1460	1512	1454
Anti-Male Homosexual	772	864	890	923
Anti-Female Homosexual	145	184	197	147
Anti-Homosexual	304	362	375	349
Anti-Heterosexual	22	27	27	19
Anti-Bisexual	22	23	23	16
Ethnicity/National Origin:	1007	1256	1347	1155
Anti-Hispanic	595	775	830	758
Anti-Other Ethnicity/National Origin	412	481	517	397
Disability:	79	82	84	70
Anti-Physical	20	20	20	27
Anti-Mental	59	62	64	43
Multiple-Bias Incidents ³	3	7	8	3

¹The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

²The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect has been identified, which distinguishes him/her from an unknown offender.

³In a *multiple-bias incident*, two conditions must be met: (a) more than one offense type must occur in the incident and (b) at least two offense types must be motivated by different biases.

Table 1

**Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2008**

<i>Bias motivation</i>	<i>Incidents</i>	<i>Offenses</i>	<i>Victims¹</i>	<i>Known offenders²</i>
Total	7783	9168	9691	6927
Single-Bias Incidents	7780	9160	9683	6921
Race:	3992	4704	4934	3723
Anti-White	716	812	829	811
Anti-Black	2876	3413	3596	2596

Anti-American Indian/Alaskan Native	54	59	63	61
Anti-Asian/Pacific Islander	137	162	170	140
Anti-Multiple Races, Group	209	258	276	115
Religion:	1519	1606	1732	632
Anti-Jewish	1013	1055	1145	353
Anti-Catholic	75	75	89	35
Anti-Protestant	56	60	62	34
Anti-Islamic	105	123	130	85
Anti-Other Religion	191	212	222	90
Anti-Multiple Religions, Group	65	67	70	33
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	14	14	14	2
Sexual Orientation:	1297	1617	1706	1460
Anti-Male Homosexual	776	948	981	921
Anti-Female Homosexual	154	194	198	156
Anti-Homosexual	307	415	466	336
Anti-Heterosexual	33	33	34	25
Anti-Bisexual	27	27	27	22
Ethnicity/National Origin:	894	1,148	1,226	1,034
Anti-Hispanic	561	735	792	711
Anti-Other Ethnicity/National Origin	333	413	434	323
Disability:	78	85	85	72
Anti-Physical	22	28	28	26
Anti-Mental	56	57	57	46
Multiple-Bias Incidents³	3	8	8	6

¹The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

²The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect has been identified, which distinguishes him/her from an unknown offender.

³In a *multiple-bias incident*, two conditions must be met: (a) more than one offense type must occur in the incident and (b) at least two offense types must be motivated by different biases.

Table 1

**Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2009**

<i>Bias motivation</i>	<i>Incidents</i>	<i>Offenses</i>	<i>Victims¹</i>	<i>Known offenders²</i>
Total	6604	7789	8336	6225
Single-Bias Incidents	6598	7775	8322	6219
Race:	3199	3816	4057	3241
Anti-White	545	652	668	753

Anti-Black	2284	2724	2902	2160
Anti-American Indian/Alaskan Native	65	84	87	88
Anti-Asian/Pacific Islander	126	147	149	108
Anti-Multiple Races, Group	179	209	251	132
Religion:	1303	1376	1575	586
Anti-Jewish	931	964	1132	353
Anti-Catholic	51	55	59	25
Anti-Protestant	38	40	42	17
Anti-Islamic	107	128	132	95
Anti-Other Religion	109	119	131	51
Anti-Multiple Religions, Group	57	60	68	38
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	10	10	11	7
Sexual Orientation:	1223	1436	1482	1394
Anti-Male Homosexual	682	798	817	817
Anti-Female Homosexual	185	216	227	197
Anti-Homosexual	312	376	391	349
Anti-Heterosexual	21	21	21	14
Anti-Bisexual	23	25	26	17
Ethnicity/National Origin:	777	1050	1109	934
Anti-Hispanic	483	654	692	649
Anti-Other Ethnicity/National Origin	294	396	417	285
Disability:	96	97	99	64
Anti-Physical	25	25	25	25
Anti-Mental	71	72	74	39
Multiple-Bias Incidents³	6	14	14	6

¹The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

²The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect has been identified, which distinguishes him/her from an unknown offender.

³In a *multiple-bias incident*, two conditions must be met: (a) more than one offense type must occur in the incident and (b) at least two offense types must be motivated by different biases.

Table 1

**Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2010**

<i>Bias motivation</i>	<i>Incidents</i>	<i>Offenses</i>	<i>Victims¹</i>	<i>Known offenders²</i>
Total	6628	7699	8208	6008
Single-Bias Incidents	6624	7690	8199	6001
Race:	3135	3725	3949	2934

Anti-White	575	679	697	649
Anti-Black	2,201	2,600	2,765	1,974
Anti-American Indian/Alaskan Native	44	45	47	43
Anti-Asian/Pacific Islander	150	190	203	156
Anti-Multiple Races, Group	165	211	237	112
Religion:	1322	1409	1552	606
Anti-Jewish	887	922	1,040	346
Anti-Catholic	58	61	65	22
Anti-Protestant	41	46	47	6
Anti-Islamic	160	186	197	125
Anti-Other Religion	123	134	141	72
Anti-Multiple Religions, Group	48	53	55	30
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	5	7	7	5
Sexual Orientation:	1277	1470	1528	1516
Anti-Male Homosexual	739	851	876	904
Anti-Female Homosexual	144	167	181	152
Anti-Homosexual	347	403	420	412
Anti-Heterosexual	21	21	22	21
Anti-Bisexual	26	28	29	27
Ethnicity/National Origin:	847	1040	1122	887
Anti-Hispanic	534	681	747	593
Anti-Other Ethnicity/National Origin	313	359	375	294
Disability:	43	46	48	58
Anti-Physical	19	22	24	28
Anti-Mental	24	24	24	30
Multiple-Bias Incidents³	4	9	9	7

¹The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

²The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect has been identified, which distinguishes him/her from an unknown offender.

³In a *multiple-bias incident*, two conditions must be met: (a) more than one offense type must occur in the incident and (b) at least two offense types must be motivated by different biases.

Table 1
Incidents, Offenses, Victims, and Known Offenders
by Bias Motivation, 2011

<i>Bias motivation</i>	<i>Incidents</i>	<i>Offenses</i>	<i>Victims¹</i>	<i>Known offenders²</i>
Total	6222	7254	7713	5731
Single-Bias Incidents	6216	7240	7697	5724

Race:	2917	3465	3645	2787
Anti-White	504	577	593	594
Anti-Black	2076	2494	2619	1935
Anti-American Indian/Alaskan Native	61	67	70	60
Anti-Asian/Pacific Islander	138	165	175	120
Anti-Multiple Races, Group	138	162	188	78
Religion:	1233	1318	1480	590
Anti-Jewish	771	820	936	287
Anti-Catholic	67	68	84	21
Anti-Protestant	44	49	51	32
Anti-Islamic	157	175	185	138
Anti-Other Religion	130	139	155	74
Anti-Multiple Religions, Group	60	63	65	37
Anti-Atheism/Agnosticism/etc.	4	4	4	1
Sexual Orientation:	1,293	1,508	1,572	1,511
Anti-Male Homosexual	760	871	891	978
Anti-Female Homosexual	137	168	174	123
Anti-Homosexual	359	429	465	362
Anti-Heterosexual	16	17	19	19
Anti-Bisexual	21	23	23	29
Ethnicity/National Origin:	720	891	939	749
Anti-Hispanic	405	506	534	452
Anti-Other Ethnicity/National Origin	315	385	405	297
Disability:	53	58	61	87
Anti-Physical	19	23	26	29
Anti-Mental	34	35	35	58
Multiple-Bias Incidents ³	6	14	16	7

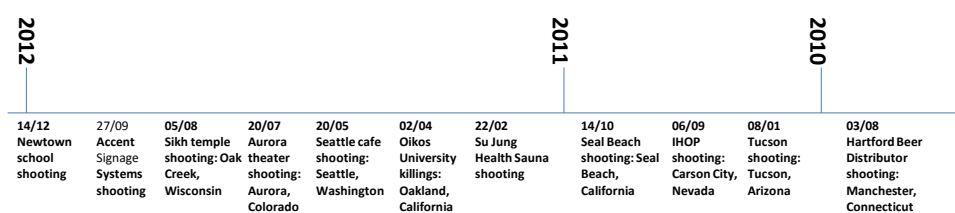
¹ The term *victim* may refer to a person, business, institution, or society as a whole.

² The term *known offender* does not imply that the identity of the suspect is known, but only that an attribute of the suspect has been identified, which distinguishes him/her from an unknown offender.

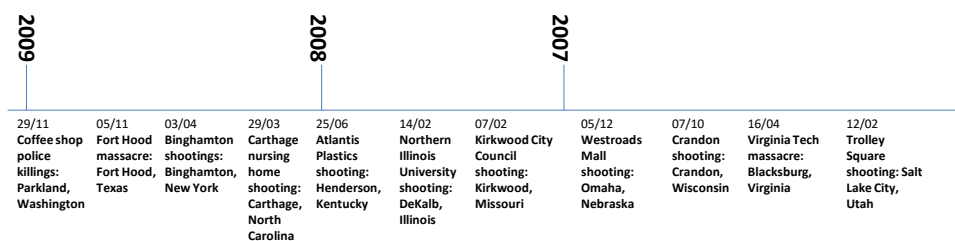
³ In a *multiple-bias incident*, two conditions must be met: (a) more than one offense type must occur in the incident and (b) at least two offense types must be motivated by different biases.

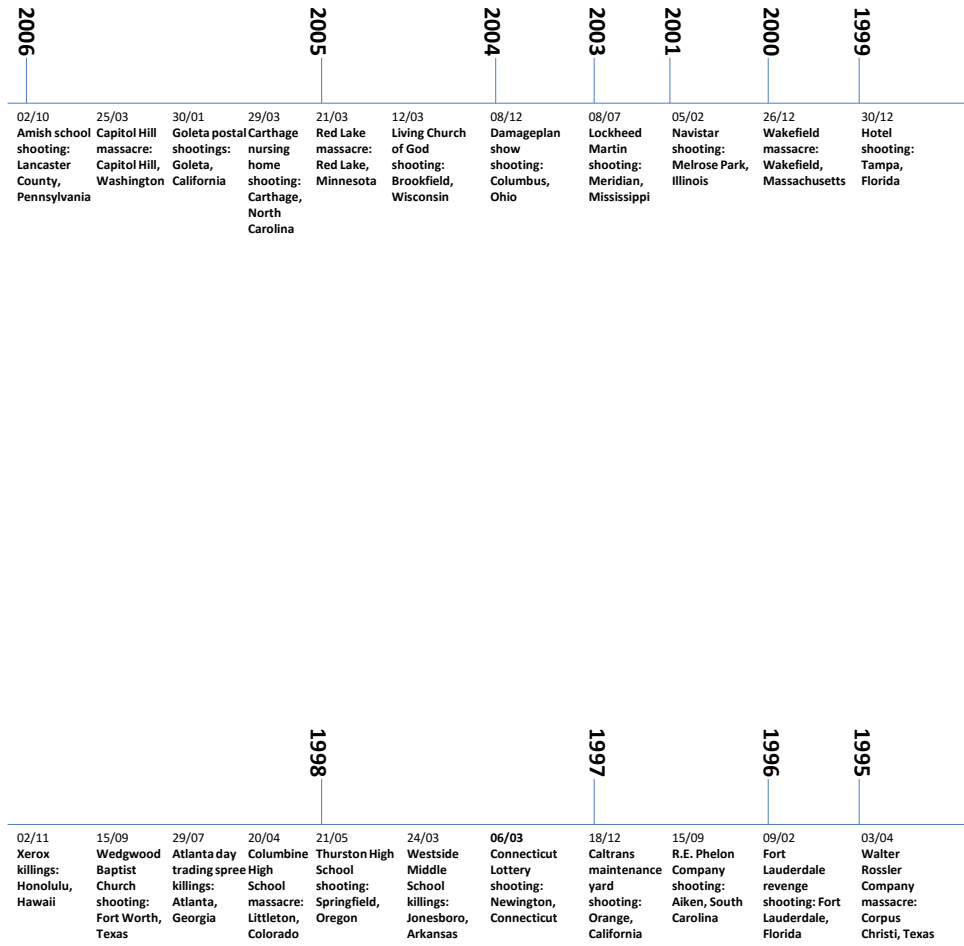
ANEXO 2

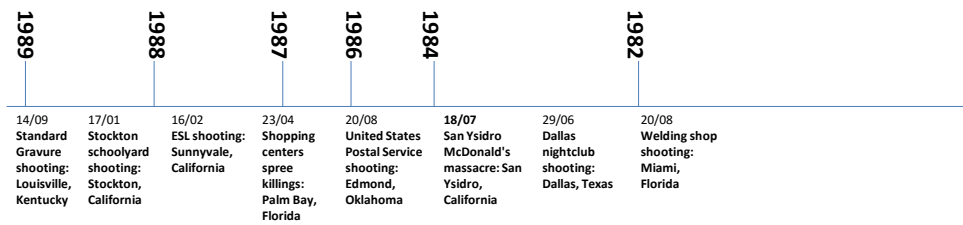
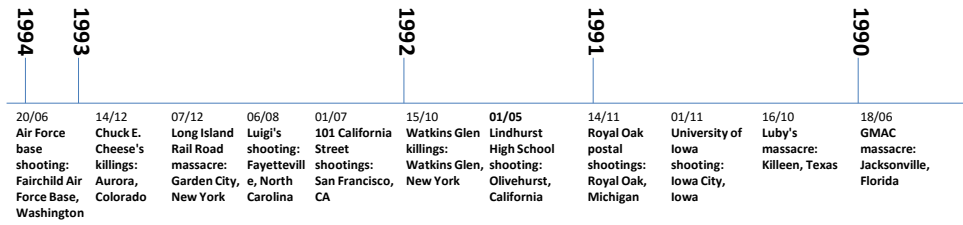
LINHA DO TEMPO – RAMPAGE SHOOTINGS NOS EUA (1982-2012)*



*Fonte: <http://www.motherjones.com/politics/2012/07/mass-shootings-map?page=2>







ANEXO 3

Reprodução da reportagem do *Huffington Post* do dia 17 de setembro de 2013 sobre os *rampage shootings* que ocorreram no ano de 2012 e 2013.

A reportagem é relevante pois completa a linha do tempo construída no anexo 2 e também porque fornece algumas informações importantes. O FBI não tem estatísticas sobre os *rampage shootings*. Para massacres em geral ele define apenas *mass murder*, conceito no qual está incluído outras formas de violência com diferentes motivações. A reportagem é também importante porque seleciona alguns trechos da fala do presidente Barack Obama a respeito dos massacres.

We've Had So Many Mass Shootings In The U.S., We've Had To Redefine The Term

The **Huffington Post** | By Nick Wing Posted: 09/17/2013 8:04 am EDT | Updated: 09/17/2013 1:01 pm EDT

A heavily armed shooter entered the Navy Yard in Washington on Monday and opened fire, killing at least 12 people before being shot to death by authorities.

The killings brought the horror of mass shootings back into the national spotlight, as President Barack Obama [condemned](#) the "cowardly act" and honored the victims during an address.

Monday's violence marked the sixth mass shooting since the one in Newtown, Conn., in December, according to some counts. It was also the first publicly recognized by Obama since the elementary school massacre, which claimed the lives of 27, including 20 children.

There have been six mass shootings over the past nine months -- and [at least 20 during Obama's presidency](#). That may be disturbing. But some would argue even that startling figure grossly underreports the number of shooting sprees.

The [growing number of mass killings](#) over the past five years left the country in search of a term that would distinguish mass murder by gun from those using other weapons. Mass shooting has gained favor as the obvious choice. Though the FBI doesn't specifically define mass shooting, it does define [mass murder](#), calling it a single incident in which a perpetrator kills four or more people, not including himself or herself.

The FBI defined mass murder to distinguish it from serial murder. That definition provides the basis for the unofficial definition of mass shooting that has gained use in recent years. Mother Jones [explained the definition](#) in an extensive "Guide to Mass Shootings in America," writing that mass shootings typically involve a single episode in a single location, usually a public place. The Mother Jones definition of mass shooting matches the FBI definition of mass murder in that it includes single incidents that kill at least four victims.

Over on Reddit, the [Guns Are Cool](#) community has [compiled a list of every mass shooting in the United States this year](#). The moderators of the subreddit, which doesn't actually appear to be of the belief that guns are cool, use an expanded definition of mass shooting, listing every event in which "four or more people [including the shooter] are shot in a spree." Under the Reddit definition, a shooting spree that wounds at least four people, but doesn't kill them, is still a mass shooting. Including Monday's mass shooting, the Reddit list for 2013 is nearing 250 incidents. That's an average of one mass shooting almost every day.

With so many mass shootings, even those that fit the frequently used definition [rarely prompt a presidential response](#). Perhaps it's not surprising that many of the violent acts cataloged by Reddit escape national attention.

Below, the 20-plus mass shootings that have made waves on a national's calendar during Obama's presidency, including the few that have been mentioned by the president himself.

Sept. 16, 2013 -- Washington -- At least 12 dead (including gunman)

A man identified as [Aaron Alexis](#), 34, [opened fire](#) at the Navy Yard on Monday, gunning down at least 12 before being killed by authorities.

Obama addressed the incident in a [live address later in the day](#).

"So we are confronting yet another mass shooting and today it happened on a military installation in our nation's capital," he said.

Speaking of the victims, he added: "These are men and women who were going to work, doing their job, protecting all of us. They are patriots and they know the dangers of serving abroad, but today they faced unimaginable violence that they wouldn't have expected here at home."

July 26, 2013 -- Hialeah, Fla. -- 7 dead (including gunman)

Shooter Pedro Vargas killed six neighbors in a rampage after setting fire to his apartment complex. He was later shot and killed by police.

(No public comments from the president.)

June 7, 2013 -- Santa Monica, Calif. -- 6 dead (including gunman)

Shooter John Zawahri killed his father and brother before going on a shooting spree on and around the campus of Santa Monica College that claimed the lives of four more and injured others.

(No public comments from the president, though he [was in the area](#) for a fundraiser.)

April 24, 2013 -- Manchester, Ill. -- 5 dead

A shooter rocked the small town of Manchester when he killed five, including two children, at a federal housing complex. The gunman later died of gunshot wounds sustained during a shootout with police.

(No public comments from the president.)

April 21, 2013 -- Federal Way, Wash. -- 5 dead (including gunman)

After shooting and killing his girlfriend, a gunman gunned down three more neighbors in an apparent attempt to eliminate all witnesses. He was later killed by police.

(No public comments from the president.)

March 13, 2013 -- Herkimer County, N.Y. -- 5 dead (including gunman), one FBI K-9 dead

Kurt Myers, 64, shot six people, killing four, before holing up in an abandoned building. He later killed an FBI K-9 officer during a shootout in which he was eventually killed.

Dec. 14, 2012 -- Newtown, Conn. -- 27 dead (including gunman)

The shooting at Sandy Hook Elementary was the second-deadliest school shooting in U.S. history, leaving 27 dead -- including 20 young children.

President Obama [gave an emotional address](#), calling for "meaningful action":

As a country we have been through this too many times. Whether it is an elementary school in Newtown, or a shopping mall in Oregon, or a temple in Wisconsin, or a movie theater in Aurora, or a street corner in Chicago -- these neighborhoods are our neighborhoods, and these children are our children. We're going to have to come together to meaningful action on this, regardless of the politics.

Sept. 27, 2012 -- Minneapolis, Minn. -- 7 dead (including gunman), 2 injured

Andrew John Engeldinger, a recently laid off employee of Accent Signage Systems, [entered the office building and opened fire](#).

(No public comments from the president.)

Aug. 5, 2012 -- Oak Creek, Wis. -- 7 dead (including gunman), 4 injured

White supremacist Wade Michael Page entered a Sikh Temple, opening fire on congregants. He later shot and injured a police officer responding to the scene.

[Presidential reaction:](#)

Michelle and I were deeply saddened to learn of the shooting that tragically took so many lives in Wisconsin. At this difficult time, the people of Oak Creek must know that the American people have them in our thoughts and prayers, and our hearts go out to the families and friends of those who were killed and wounded.

My Administration will provide whatever support is necessary to the officials who are responding to this tragic shooting and moving forward with an investigation. As we mourn this loss which took place at a house of worship, we are reminded how much our country has been enriched by Sikhs, who are a part of our broader American family.

July 20, 2012 -- Aurora, Colo. -- 12 dead, 59 injured

During a midnight screening of "The Dark Knight Rises," a gunman [opened fire on the suburban Denver movie theater](#), killing 12 and injuring dozens of others.

Two days later, Obama [delivered a ten-minute speech](#) from the University of Colorado that made no mention of gun control:

God bless all who helped to respond to this tragedy. And I hope that over the next several days, next several weeks, and next several months, we all reflect on how we can do something about some of the senseless violence that ends up marring this country, but also reflect on all the wonderful people who make this the greatest country on Earth.

May 31, 2012 -- Seattle, Wash. -- 6 dead (including gunman)

A man opened fire in a cafe, [fatally wounding four people](#), then killed another in a carjacking before killing himself.

(No public comments from the president.)

April 2, 2012 -- Oakland, Calif. -- 7 dead

A former student of Oikos University, a Korean college, entered a building on the campus and shot repeatedly at random targets.

(No public comments from the president)

Feb. 22, 2012 -- Norcross, Ga. -- 5 dead (including gunman)

A man [shot and killed two of his sisters and their husbands and then himself](#) in a Korean health spa.

(No public comments from the president.)

Oct. 12, 2011 -- Seal Beach, Calif. -- 8 dead, 1 injured

Scott Evans Dekraai, 41, stormed a hair salon where his ex-wife worked and [killed eight people](#).

(No public comments from the president.)

Jan. 8, 2011 -- Tucson, Ariz. -- 6 dead, 14 injured

Jared Lee Loughner, 22, opened fire in a Safeway parking lot, killing six people and injuring others including U.S. Rep. Gabrielle Giffords, who was [shot in the head at point-blank range](#).

Two months later, Obama addressed gun control issues [in an op-ed for the Arizona Daily Star](#):

I know that every time we try to talk about guns, it can reinforce stark divides. People shout at one another, which makes it impossible to listen. We mire ourselves in stalemate, which makes it impossible to get to where we need to go as a country. However, I believe that if common sense prevails, we can get beyond wedge issues and stale political debates to find a sensible, intelligent way to make the United States of America a safer, stronger place.

Aug. 3, 2010 -- Manchester, Conn. -- 9 dead (including gunman), 2 injured

A driver for Hartford Distributors [killed eight people and then himself](#) in this workplace shooting.

(No public comments from the president.)

Nov. 29, 2009 -- Parkland, Wash. -- 5 dead (including gunman)

A Washington man walked into a coffee shop and [shot four police officers execution-style](#).

(No public comments from the president.)

Nov. 5, 2009 -- Fort Hood, Texas -- 13 dead, 30 injured (including gunman)

In the deadliest shooting to ever happen on an American military base, an Army Major [serving as a psychiatrist went on a shooting spree](#) that killed 13.

Obama [said at a press conference](#):

This morning I met with FBI Director Mueller and the relevant agencies to discuss their ongoing investigation into what caused one individual to turn his gun on fellow servicemen and women. We don't know all of the answers yet, and I would caution against jumping to conclusions until we have all of the facts.

April 3, 2009 -- Binghamton, N.Y. -- 14 dead (including gunman), 4 injured

Jiverly Wong, a naturalized immigrant from Vietnam, [gunned down students and employees at the American Civic Association](#), where he had been taking English lessons.

President Obama said in a statement:

Michelle and I were shocked and deeply saddened to learn about the act of senseless violence in Binghamton, N.Y. today. Our thoughts and prayers go out to the victims, their families and the people of Binghamton. We don't yet know all the facts, but my administration is actively monitoring the situation, and the vice president is in touch with Governor Paterson and local officials to track developments.

March 10, 2009 -- Geneva County, Ala. -- 11 dead (including gunman), 6 injured

A 28-year-old man [killed his mother then drove ten miles to kill several members of his extended family, neighbors and a bystander](#). The victims ranged in age from 18 months to 74 years old.

(No public comments from the president.)

March 29, 2009 -- Carthage, N.C. -- 8 dead, 3 injured (including gunman)

A gunman [opened fire on a nursing home](#), killing seven residents and a nurse.

(No public comments from the president.)

